



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VANESSA BUENO ARRUDA

RESISTÊNCIAS CONTRADITÓRIAS DO CAMPESINATO EM DIAMANTE DO
SUL/PR: UMA ABORDAGEM DA SUBORDINAÇÃO DA RENDA DA TERRA NO
SISTEMA INTEGRADO DA SERICICULTURA

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2023

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VANESSA BUENO ARRUDA

RESISTÊNCIAS CONTRADITÓRIAS DO CAMPESINATO EM DIAMANTE DO
SUL/PR: UMA ABORDAGEM DA SUBORDINAÇÃO DA RENDA DA TERRA NO
SISTEMA INTEGRADO DA SERICICULTURA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon como condição obrigatória para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Djoni Roos

Marechal Cândido Rondon

2023

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Arruda, Vanessa Bueno

Resistências contraditórias do campesinato em Diamante do Sul/PR: Uma abordagem da subordinação da renda da terra no sistema integrado da sericicultura / Vanessa Bueno Arruda; orientador Djoni Roos. -- Marechal Cândido Rondon, 2023.
121 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.

1. Campesinato. 2. Sericicultura. 3. Resistências contraditórias. 4. Subordinação da renda da terra. I. Roos, Djoni, orient. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE VANESSA BUENO ARRUDA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 31 dia(s) do mês de março de 2023 às 14h00min, no(a) Unioeste - Campus de Marechal Cândido Rondon, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Vanessa Bueno Arruda, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia - nível de Mestrado, na área de concentração em Espaço de Fronteira: Território e Ambiente. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Djoni Roos, Rosemeire Aparecida de Almeida, Joao Edmilson Fabrini, Paulo José Koling. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Djoni Roos, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) aluno(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Resistências contraditórias do campesinato em Diamante do Sul/PR: uma abordagem da subordinação da renda da terra no sistema integrado da sericicultura". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Rosemeire Aparecida de Almeida, Joao Edmilson Fabrini, Paulo José Koling. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).

Orientador(a) - Djoni Roos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)

Joao Edmilson Fabrini

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE VANESSA BUENO ARRUDA, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Paulo José Koling

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon
(UNIOESTE)

Rosemeire Aparecida de Almeida
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Vanessa Bueno Arruda

Aluno(a)

Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Geografia

*Dedico este trabalho aos meus pais,
por sempre ter apoio nesta caminhada dos estudos.
“Eu vou ficar nesta cidade, não vou voltar pro sertão
Pois vejo vir vindo no vento cheiro da nova estação
Eu sei de tudo na ferida viva do meu coração”
(Belchior)*

AGRADECIMENTOS

Ao final deste ciclo, tive o apoio de muitas pessoas, as quais tenho imensa consideração e que foram essenciais durante esta jornada.

Agradeço à minha mãe (Teresinha) e ao meu pai (Clarivaldo), por todo apoio, pela visão de mundo que me deram, pelas diversas conversas, inclusive por telefone nos momentos mais difíceis da pandemia e que ficávamos angustiados pelo desgoverno desse período, mas nunca se esqueceram do apoio a minha profissão e também em seguir sempre estudando.

Agradeço ao meu companheiro Jaime por todo carinho e apoio, pela paciência em sentar comigo diversas vezes e me explicar as teorias marxistas. Além do companheirismo de sempre. Muito obrigada!

Um agradecimento especial ao meu orientador, professor Djoni, pela paciência e compreensão, pelos questionamentos, contribuições, e por todo incentivo nesse processo. Enfim, obrigada por todo conhecimento desde a graduação, o qual foi e continua sendo fundamental para minha construção enquanto pesquisadora e professora.

Ao professor Paulo Koling, por todo o aprendizado durante o projeto de extensão, em que os trabalhos de campo eram muito ricos, além de divertido, juntamente com o Edgar e a Núbia. Também por me incentivar a realizar o projeto de mestrado e por toda contribuição até aqui.

Ao professor João Fabrini, uma referência desde a graduação, suas aulas foram essenciais para eu seguir pesquisando a geografia agrária, além de toda contribuição na minha pesquisa.

A professora Rosemeire, por toda a atenção e as considerações pertinentes durante a banca de defesa, contribuindo para o trabalho final.

A Sabrina, minha grande amiga e companheira desde a graduação, por todo apoio, por todas as conversas, conselhos, risos e choros compartilhados. Obrigada por tudo de coração!

A Daia, amiga, a qual moramos juntas e compartilhamos nossas histórias, obrigada por todo apoio, mesmo de longe, por toda ajuda e contribuições durante meu mestrado.

A Ana Gabriela, por todo o apoio de sempre e pela amizade.

Ao Altair, pelo apoio, amizade, desabafos e risadas nos corredores da Unioeste.

A Teresa e ao Djeovani, pela ajuda e contribuição durante a pesquisa e também pela amizade de anos.

A Nati, e a Ale, amigas de infância, a qual diariamente trocamos mensagens, compartilhando nossas angústias e conquistas. Sobretudo, agradeço por todo o apoio, mesmo distante sei que posso contar com vocês.

Aos companheiros do GEOLUTAS, Edson, Juscelino, professor Bruno por todas as conversas, risadas, debates e reflexões nas tardes de laboratório.

Ao colega Anderson, pesquisador, o qual fomos companheiros nas saídas de campo em Diamante do Sul, ambos se ajudando nesta difícil jornada da pesquisa.

A professora Glorinha de Diamante do Sul, a qual sempre foi muito querida, prestativa, concedendo sua casa e acompanhando nos trabalhos de campo, além de todo aprendizado que tive nesta caminhada, sou imensamente grata.

A Fernanda da EMATER, sempre muito atenciosa, sou grata por compartilhar o contato dos camponeses sericultores de Diamante do Sul.

Por fim, agradeço a todos os camponeses que me concederam as entrevistas, além de toda hospitalidade e atenção. Contribuindo com suas histórias, as quais foram de grande riqueza ao ouvir a realidade camponesa, com suas realizações e dificuldades, sendo experiências de vida fundamentais na construção deste trabalho. Muito obrigada!

*“Então que nem abelha, né?
Trabalha no verão pra comer no inverno, né?”
(Camponês da Comunidade Alto Cascudo - Diamante do Sul/PR).*

RESUMO

Este trabalho propõe problematizar a relação do campesinato com o sistema integrado da sericicultura, a partir do recorte espacial dos camponeses no município de Diamante do Sul-PR, vinculados ao sistema de contrato pela indústria capitalista. Procura-se compreender as resistências camponesas em meio a subordinação da renda da terra, sendo uma relação contraditória, em que o capital industrial monopoliza o território camponês em prol da acumulação de sua riqueza. Os camponeses sericultores vivem em pequenas propriedades, buscando estratégias de sobrevivência para além da produção do bicho-da-seda, com o intuito de manter seu modo de vida familiar e sua permanência no campo. Assim, através do aporte teórico, compreende-se que o campesinato não está desaparecendo, mas está inserido no modo de produção capitalista, o qual, contraditoriamente, se relaciona com uma diversidade de cultivos, que faz parte da sua organização familiar. Ou seja, a análise busca aprofundar o entendimento da recriação camponesa diante da monopolização do território pelo capital na sericicultura.

Palavras-chave: Campesinato, sericicultura, resistência, subordinação.

CONTRADICTIONARY RESISTANCE OF THE PEASANTRY IN DIAMANTE DO SUL/PR: AN APPROACH TO THE SUBORDINATION OF LAND INCOME IN THE INTEGRATED SYSTEM OF SERICULTURE

ABSTRACT

This work proposes to problematize the peasantry's relationship with the integrated sericulture system, from the spatial perspective of peasants in the municipality of Diamante do Sul-PR, linked to the contract system by the capitalist industry. It seeks to understand the peasant resistance amid the subordination of land income, being a contradictory relationship, in which industrial capital monopolizes the peasant territory in favor of the accumulation of its wealth. Sericulture peasants live on small properties, seeking survival strategies beyond the production of silkworms, in order to maintain their family way of life and their permanence in the countryside. Thus, through the theoretical contribution, it is understood that the peasantry is not disappearing, but is inserted in the capitalist mode of production, which, contradictorily, is related to a diversity of crops, which is part of its family organization. In this sense, it deepens how the peasantry recreates itself from this monopolization of the territory by the capital of sericulture. That is, field analysis seeks to deepen the understanding of peasant recreation in the face of the monopolization of the territory by capital in sericulture.

Keywords: Peasantry, sericulture, resistance, subordination.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de Diamante do Sul-PR	25
----------------------------------------------------------	----

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Área de pastagem em Diamante do Sul/PR	31
Fotografia 2: Ocupação Suburbana Área Verde em Diamante do Sul/PR	37
Fotografia 3: Cultivo de amoreiras em propriedade camponesa - Diamante do Sul/PR	70
Fotografia 4: Barracão de bicho-da-seda	73
Fotografia 5: Terceira idade do bicho-da-seda	74
Fotografia 6: Quarta idade do bicho-da-seda	75
Fotografia 7: Quinta idade do bicho-da-seda e início do processo de subida aos bosques	82
Fotografia 8: Horta direcionada ao autoconsumo em propriedade camponesa	97
Fotografia 9: Cultivo de mandioca para autoconsumo em propriedade camponesa	97
Fotografia 10: Criação de galinhas para autoconsumo em propriedade camponesa	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparativo dos estabelecimentos e quantidade da área em hectares	33
Gráfico 2: Efetivo de pecuária e aves em Diamante do Sul/PR (2019)	34
Gráfico 3: Cultura agrícola temporária Diamante do Sul/PR em toneladas (2019).....	35

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Mapa hipsométrico de Diamante do Sul-PR.....	31
-------------------------------------------------------------	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estrutura Fundiária de Diamante do Sul/PR (2011).....	32
Tabela 2: Produção de origem animal em Diamante do Sul/PR (2019).....	35
Tabela 3: Produção casulos de bicho-da-seda no Brasil (2004-2019)	42
Tabela 4: Produção casulos de bicho-da-seda no Paraná (2004-2019)	44
Tabela 6: Produção de casulos de bicho-da-seda em Diamante do Sul-PR (2004-2019)	45

LISTA DE SIGLAS

- ABRASEDA** - Associação Brasileira da Seda
- BRATAC** - Brazil Takushoku Kumiai
- COBRINCO** - Companhia Brasileira de Imigração e Colonização
- CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
- EMATER**- Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural
- FETRAF** - Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDHM** - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPARDES** - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens
- MARIPA** - Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná
- MMC** - Movimento de Mulheres Camponesas
- MST**- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MSTR** - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
- PCB** - Partido Comunista Brasileiro
- PROCERA** - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
- PRONAF**- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I – OS CAMPONESES SERICICULTORES DE DIAMANTE DO SUL: CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA, ESTRUTURA FUNDIÁRIA E A RESISTÊNCIA CAMPONESA.....	24
1.1 Caracterização socioeconômica do município de Diamante do Sul- PR.....	24
1.2 Inserção da sericicultura no Brasil e a atuação da Bratac em Diamante do Sul-PR..	39
CAPÍTULO II – CAMPESINATO E A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL	48
2.1 As características do campesinato e as correntes teóricas de interpretação	48
2.2 A agricultura capitalista brasileira e a reprodução contraditória do campesinato..	599
2.3 Os sistemas de integração e a monopolização do território camponês pelo capital .	62
CAPÍTULO III – RESISTÊNCIA E SUBORDINAÇÃO: A RECRIAÇÃO CONTRADITÓRIA DO CAMPESINATO NO SISTEMA INTEGRADO DA SERICICULTURA EM DIAMANTE DO SUL	68
3.1 As etapas de produção no ciclo do bicho-da-seda e o trabalho familiar camponês.....	68
3.1.2 Classificação dos casulos de bicho-da-seda: A transferência da renda camponesa.....	82
3.2 Relações de resistência tipicamente camponesas na sericicultura: O autoconsumo	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
Fontes Orais.....	108
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICES	112
ANEXOS	115

INTRODUÇÃO

Em um primeiro momento se faz importante destacar as motivações que levaram a realização deste trabalho. Na graduação, assuntos em torno da Geografia Agrária constantemente despertaram interesse, motivando a realização de iniciação científica e posteriormente, a monografia sobre a questão indígena. Além de despertar o interesse pelo assunto, despertou indignação, diante da violência e do preconceito com os Guaranis do Oeste do Paraná. Desse modo, os trabalhos com foco nos povos indígenas foram essenciais para compreender e aprofundar cientificamente os conflitos e a cultura Guarani, o qual contrapõe o modelo destruidor da natureza em favor do lucro. Além disso, como professora, procura-se discutir a questão indígena na tentativa de desconstruir preconceitos que ainda são persistentes, principalmente nesta região em que o agronegócio é acirrado e os conflitos violentos contra o povo Guarani permanecem.

Posteriormente, a autora teve a oportunidade de participar de um projeto de extensão, como bolsista recém-formada, juntamente com professores, alunos da graduação e recém-formados da área de História e Geografia. Este trabalho analisou os aspectos da vida camponesa em diversas gerações da região do Cantuquiriguaçu. Esta etapa, consistiu em um aprendizado muito rico, a partir dos estudos teóricos que se dialogaram com os trabalhos de campo realizados em Campo Bonito, Ibema e Diamante do Sul. Este projeto foi muito satisfatório no sentido de ter conhecido diversas histórias de vida, as quais estão rodeadas por conflitos agrários da região, interligadas numa concentração fundiária excludente e violenta. Diante disso, foi marcante e de grande valor ter ouvido numerosas histórias de luta e resistência.

Além disso, a partir desse caminho trilhado, a autora percebeu que seu pai possuía origem camponesa. Um camponês o qual foi morar na cidade, porém, sua essência camponesa ainda permanece, através dos ensinamentos e histórias da vida na roça que são marcantes desde sua infância. Exemplo de tantas histórias ouvidas nos trabalhos de campo, muitas delas lembravam as histórias do pai.

Desse modo, todas estas questões pessoais e acadêmicas levam o questionamento do papel do pesquisador. Afinal, a pesquisa está em torno de pessoas e vínculos, e, por isso, compreende-se o cuidado que deve ter ao analisar sujeitos que diariamente resistem e lutam por uma sociedade mais igualitária. Nesse sentido, a partir do resultado do projeto de extensão, foi possível realizar o projeto de mestrado, com foco nos camponeses

sericultores de Diamante do Sul, sendo sujeitos dos quais estão inseridos nas contradições do capital.

Assim, este trabalho se propõe a analisar a relação dos camponeses sericultores de Diamante do Sul, o qual estão vinculados à empresa Bratac, através do sistema de integração. A partir deste recorte espacial, problematiza-se o conjunto de contradições envolvidas no processo de subordinação da renda da terra camponesa.

Nesse sentido, o modo de produção capitalista utiliza-se de relações capitalistas e não capitalistas para se expandir. No caso dos sericultores, o sistema integrado utiliza-se do sistema de contrato, em que os camponeses se tornam “parceiros” ideais, justamente para empresa obter controle nas propriedades camponesas. Ou seja, a indústria capitalista subordina a renda da terra camponesa, sendo mais benéfico para ela do que se fosse por meio do trabalho assalariado. Assim, através da monopolização do território camponês é que o capital industrial consegue se expandir e acumular riqueza, sem necessariamente ser proprietário de terra.

A sericultura ocorre nas pequenas propriedades camponesas, que variam na sua maioria de 1 a 3 alqueires de terra, com uma produção que totaliza em 9 lotes¹ anuais. A produção familiar é majoritariamente manual, não precisando de muitos maquinários. Além disso, a produção ocorre conforme às regras da indústria capitalista, mesmo no período do inverno, em que não há lotes, os camponeses precisam fazer a manutenção das amoreiras (principal alimento do bicho-da-seda). Ou seja, antes e durante a produção da sericultura, há um longo processo árduo de trabalho que a família camponesa realiza. Também, na medida em que as lagartas avançam em seu estágio de crescimento, precisa-se cada vez mais alimento e conseqüentemente, mais atenção dos camponeses. Portanto, é através desse sistema integrado que a indústria capitalista consegue subordinar a produção camponesa. Outra forma de controle é através dos financiamentos, e insumos oferecidos pela empresa, deixando os criadores “amarrados” à integradora, a cada momento da entrega da produção, precisando quitar sua dívida.

No entanto, o capital industrial não controla o território camponês na sua totalidade, já que, há resistências em que são realizadas a partir de uma diversidade de cultivos, e que estão conectadas ao modo de vida familiar. Mas, é importante destacar que

¹ Lote é a quantidade total de lagartas de bicho-da-seda, as quais estão na terceira idade, sendo distribuídas pela empresa em caixas aos sericultores. Cada caixa possui uma média de 35 a 40 mil lagartas, pesando cerca de 10 a 20 gramas. A quantidade de caixas entregue aos sericultores dependerá do tamanho do barracão.

são resistências contraditórias que se relacionam nesse processo. Em outras palavras, a subordinação do território camponês se relaciona diretamente com suas relações de resistência.

Assim, o presente trabalho foi realizado a partir do aprofundamento de leituras bibliográficas, além do levantamento de dados junto ao INCRA, IBGE, IPARDES e ainda dados do município de Diamante do Sul os quais foram apurados durante o projeto de extensão no ano de 2018 e 2019². Além do mais, não foi possível levantar dados atualizados da Bratac, ao ter colocado vários empecilhos para serem acessados³.

Ainda para elaboração da pesquisa, o componente mais importante, foram os trabalhos de campo em Diamante do Sul nas comunidades: Alto Cascudo, Erval Bonito e Pinhalito, nas quais foram realizadas entrevistas com os camponeses sericultores, conduzidas por meio de um questionário semiestruturado.⁴

Foram entrevistadas 9 famílias, com um total de 12 camponeses, os quais trouxeram relatos de sua realidade, sendo pertinentes na discussão da pesquisa, dialogando com os dados obtidos e com o referencial teórico. Estas entrevistas foram gravadas e autorizadas pelos camponeses, e, posteriormente, transcritas. Nas citações das falas dos camponeses/camponesas, optou-se metodologicamente por não identificar os/as entrevistados/as, apresentando os trechos das entrevistas da seguinte forma: “Camponês/Camponesas A, B, C, D ...”. Além disso, inseriu-se também a localização com o nome da sua comunidade, mês e ano da entrevista.

No capítulo I, analisa-se a caracterização socioeconômica de Diamante do Sul, a fim de compreender o contexto em que os sericultores estão inseridos, observando que a realidade do município possui contrastes sociais no meio rural e urbano. Ou seja, em Diamante do Sul, muitas famílias camponesas foram excluídas do acesso à terra, fato que se relaciona com a concentração fundiária do município, apresentada nos dados levantados. Todavia, a maior parte da população de Diamante do Sul é composta por camponeses, os quais se recriam a partir de uma diversidade de produções e cultivos. Uma delas é o foco da nossa pesquisa, sendo o sistema integrado da sericultura.

Ainda neste capítulo, aborda-se a inserção da sericultura no Brasil e a atuação da Bratac em Diamante do Sul. Também analisa-se dados da produção de casulos de bicho-da-seda no Brasil, Paraná e Diamante do Sul, relacionando as formas de

² Tc n. 144/2018- SETI/UGF/USF-UNIOESTE.

³ Ver Anexos 1 e 2.

⁴ Ver Apêndice 1.

subordinação que envolve a família camponesa, bem como, as formas de resistências do campesinato, sendo contradições do próprio capital nesse processo.

No segundo capítulo, debate-se as correntes teóricas do campesinato, sendo que, algumas correntes afirmam o seu desaparecimento diante da expansão do capitalismo no campo. Já outras defendem a transformação do camponês em agricultor familiar. No entanto, autores como Oliveira (1996), Martins (1981), Paulino (2003), entre outros, compreendem que o campesinato não desapareceu, pois está inserido no processo capitalista, sendo que, o foco deste trabalho se fundamenta nestes autores. A partir do aprofundamento destas correntes teóricas, faz-se uma abordagem sobre o campesinato sericicultor de Diamante do Sul, destacando o universo camponês, o qual possui particularidades na organização política e social.

Neste capítulo, destaca-se ainda o conceito da monopolização do território camponês pelo capital, com a subordinação da renda da terra (OLIVEIRA, 1996). Este processo, tipicamente capitalista, acontece por vias não capitalistas de produção, com o trabalho camponês familiar. É o que ocorre nas propriedades sericícolas, em que o capital industrial, no caso específico de Diamante do Sul é a empresa Bratac, se apropria da riqueza produzida pela família camponesa. Porém, os camponeses buscam formas para se recriar neste processo capitalista, mesmo que ocorra de forma contraditória.

O terceiro capítulo é o momento fundamental da pesquisa, no qual procura-se relacionar os apontamentos teóricos à realidade dos camponeses, tendo como elemento central a análise das entrevistas realizadas. Assim, expõe o processo de produção em cada etapa de crescimento do bicho-da-seda, até o momento da classificação dos casulos. Em cada estágio, problematiza-se o processo de monopolização do território camponês efetivado pela empresa capitalista, que dita regras em favor dos seus interesses, para assim, obter a renda da terra camponesa. Sendo assim, os camponeses enxergam na sericultura uma alternativa de produção nas pequenas propriedades. No entanto, compreende-se que há falta de políticas de Estado, como forma de incentivar os camponeses, principalmente uma política de reforma agrária, a qual poderia possibilitar melhor acesso à terra e a condições mais favoráveis, evitando a sujeição aos sistemas de integração.

Nesse cenário de subordinação do sistema integrado, relaciona-se as resistências dos camponeses através de um conjunto de atividades que vão além da sericultura. Em outras palavras, debate-se que os camponeses possuem relações que transpassam a relação com a Bratac, como as relações de solidariedade entre os vizinhos. Além disso,

aborda-se o conjunto de cultivos que se destinam ao seu autoconsumo, as quais representam resistências que se somam às atividades sericícolas. Nesse sentido, os camponeses não sobrevivem apenas com a produção de bicho-da-seda, mas com uma estrutura organizacional de modo a reproduzir seu modo de vida familiar.

Assim, é nesta essência que a presente pesquisa propõe debater o território camponês, os quais permeiam as contradições diante do modo de produção capitalista. Por outro lado, existe uma multiplicidade de soluções que os sericultores de Diamante do Sul efetuam, com a finalidade de permanecer na terra e garantir a reprodução do seu modo de vida camponês.

CAPÍTULO I

OS CAMPONESES SERICICULTORES DE DIAMANTE DO SUL: CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIECONÔMICA, ESTRUTURA FUNDIÁRIA E RESISTÊNCIA CAMPONESA

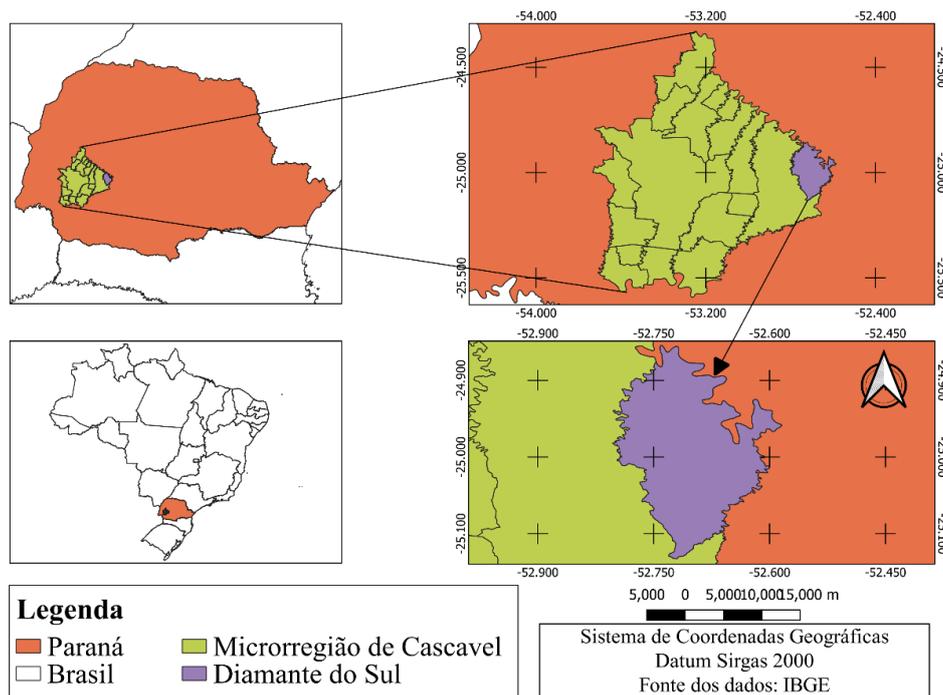
Neste capítulo aborda-se a caracterização socioeconômica de Diamante do Sul a partir de dados coletados no decorrer da pesquisa, a fim de compreender a realidade do município, seus contrastes e a desigualdade social que pode ser observada.

Nesse sentido, diante dos dados apresentados, compreende-se que a questão da terra ainda é desigual e excludente, visto que, muitos camponeses foram excluídos do acesso à terra. Por outro lado, os camponeses de Diamante do Sul que permanecem no campo, possuem uma diversidade de produções e cultivos, os quais se mostram importantes na economia local e ainda na sua recriação. Uma dessas atividades se reflete na sericicultura, foco do nosso estudo. Estas famílias camponesas vivem em pequenas propriedades e junto à sericicultura, produzem um conjunto de cultivos que se somam no seu modo de vida familiar.

Ao final deste capítulo, aborda-se a contextualização da sericicultura no Brasil, no Paraná, a atuação da BRATAC em Diamante do Sul e as contradições em que os camponeses estão inseridos.

1.1 Caracterização socioeconômica do município de Diamante do Sul- PR

Diamante do Sul está localizado na microrregião geográfica de Cascavel, no Oeste do estado do Paraná (Figura 1). O município possui uma área de 347,233 Km² e sua densidade demográfica em 2010 era de 9,75 hab/km² (IBGE). O município limita-se com Guaraniaçu, Altamira do Paraná, Laranjal e Nova Laranjeiras. Diamante do Sul antes dos anos 1990, pertencia ao município de Guaraniaçu, foi emancipado como município pela Lei Estadual n.º 9316 de 1 de julho de 1990, mas só em 1993 foi desmembrado de Guaraniaçu (IPARDES, 2021). O município também está inserido na região conhecida como Cantuquiriguaçu, nome oriundo da junção dos vales dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu.

Figura 1: Localização de Diamante do Sul-PR

Fonte: FELIX, 2021; Org: ARRUDA, 2021.

Para compreender a realidade camponesa do município que está sendo estudado, apresenta-se brevemente o contexto histórico de Diamante do Sul relacionando com as companhias colonizadoras do Oeste do Paraná. Corrêa (1995), destaca relatos sobre as primeiras famílias que chegaram em Diamante do Sul por volta da década de 1924, exemplos de José Joaquim do Amaral, Miguel dos Santos, Manoel Vieira, entre outros. No entanto, sabemos que na região Oeste do Paraná já havia presença dos Povos Originários como Guarani, Kaingang e Xetá, os quais foram expulsos de seus territórios de forma violenta.

Antes mesmo da especulação das empresas colonizadoras na região Oeste do Paraná, muitas famílias compravam o direito de posse de determinada área de terra, o que era comum na época. A fala de Erotides das Neves contribui para o entendimento deste período:

Erotides: O pai veio trazer uma mudança de um gado do senhor que era, um deles que era dessa fazenda, aqui na Rocinha, município de Guaraniaçu que é hoje, naquele tempo nem se falava em município, nem pensaria. E daí comprou esse direito de posse aqui.

Vanessa: Como que foi? Ele abriu posse aqui?

Erotides: É o direito de posse, o meu pai comprou de outra pessoa que tinha aberto aqui, quer dizer de abertura dizia né? Falava no sertão fazia uma roça, duas ou três, um paiolão, morava um pouco ali com a família

né? Assim, o estilo, o costume era esse, aí meu pai veio e deu a notícia que aqui no sertão tinha esse senhor que vendia esse direito de posse, que é aqui nesse lugar que tamo conversando. Aí meu pai entrou no sertão aqui, e era picadão naquele tempo, picada, trilha né? Pra chegar nos primeiro habitante que era a família do meu sogro, aquele ali da fotografia. Contavam que ele abriu aqui, mudou aqui em 1924. (NEVES, 2019).⁵

Conforme o relato de Erotides, sua família se instalou em meados dos anos 1944, comprando o direito de posse em Diamante do Sul. Essa forma de adquirir a terra, irá se perdurar nas décadas seguintes, como anos 1950 e 1960. Assim como Erotides, Antonio também adquiriu terras junto a seu irmão, através da compra do direito de posse:

Paulo: E ali onde que o senhor e o seu irmão fizeram safra, vocês compraram a terra que era... Tinha ali ou não?
 Antonio: Depois meu irmão comprou.
 Paulo: Mas e antes?
 Antonio: Antes era nacional
 Paulo: Era nacional?
 Antonio: É
 Paulo: Como é que era...
 Antonio: Depois entrou a medição, e mediram e daí ele comprou, ele comprou 150 arqueire de terra.
 Paulo: Por que que chama terra nacional?
 Antonio: Nacional por causa que não era medida, era do governo né.
 Paulo: Do governo?
 Antonio: É
 Paulo: Mas fazia como pra ocupar a terra?
 Antonio: Ocupá... Chegava e... se apossava da terra ali pois não... Não... Não tinha dono ainda.
 Paulo: Abria posse?
 Antonio: É
 Paulo: Mas pra abrir posse era ir lá e derrubar o mato, alguma coisa ou... Como é que fazia? Marcava o lugar?
 Antonio: É tinha que... Por causa que já, já... Vários lugar tinha dono né, daí chegava e... e comprava o direito daquela pessoa.
 Paulo: Como que fazia...
 Antonio: Dava alguma coisinha pra ele né
 Paulo: Como é que fazia a compra do direito? Registrava isso ou era de papel?
 Antonio: Era... no peito
 Paulo: No peito? na palavra?
 Antonio: Na palavra...porque naquele tempo existia homem de palavra... (TAVARES, 2018).

⁵ As entrevistas de 2018 e 2019 fazem parte do Acervo de Fontes Orais do projeto de extensão intitulado “Educação, Terra e Juventude em ambientes no Cantuquiriguaçu: Vidas Camponesas em Gerações e experiências de populações em assentamentos rurais em Campo Bonito e Ibema e em ocupação suburbana em Diamante do Sul”, coordenado pelo docente Paulo José Koling (Tc n. 144/2018- SETI/UGF/USF-UNIOESTE) e que contou com a participação da presente pesquisadora na equipe.

Podemos observar pelas falas acima, a posse da terra camponesa, sendo que, ao entrar na terra, o camponês está criando estratégias de resistência contra aquilo que lhes foi negado. Assim, o próprio capital, de forma contraditória, impôs a luta camponesa contra a propriedade capitalista da terra (OLIVEIRA, 1996). Além disso, as práticas camponesas ao entrar na terra, possui lógica diferente daquela adotada na propriedade capitalista. Sua organização não se pauta na acumulação, mas na reprodução do seu modo de vida e sobrevivência da família. Exemplo disso, pode ser percebido no caso das famílias que comercializavam porcos, observado no relato de Antonio Tavares, que trabalhou no que era chamado de “safra de porco”:

Paulo: E vieram fazer o que aqui em Diamante?
 Antonio: Ah eu vim trabalhar com safra de porco (risos)
 Paulo: [...] Então seu Antonio... Eu acho que hoje em dia as pessoas não sabem o que é safra de porco né?! [...] o senhor podia contar como é que era a safra de porco?
 Antonio: Safra de porco é o seguinte... a gente fazia... fazia a roça num canto do terreno e... e daí a gente já tinha a porcada no outro... no outro lugar... quando a roça estava seca, a gente pegava e sortava os porco na roça...
 Paulo: E a roça era grande...?
 Antonio: Era... fazia o tanto que... O tanto que podia, vinte, trinta alqueire
 Paulo: Vinte, trinta alqueire de roça?
 Antonio: É! E daí sortava os porco...
 Paulo: Soltava os porco?
 Antonio: É... Soltava ali, cem, duzentos...duzentos porco
 Paulo: e depois?
 Antonio: Pra comê o milho (risos) e engordá
 Paulo: Plantava só milho, ou plantava mais coisa no meio da...?
 Antonio: Só milho...
 Paulo: Da safra?
 Antonio: Milho e abóbora...
 Paulo: abóbora? E depois de engordar o porco?
 Antonio: Vendia!
 Paulo: Vendia pra quem?
 Antonio: Vendia, tinha dois comprador aqui, tinha o Miro Carvalho e o... Antonio Vicente, os dois já são morto.
 Paulo: aqui no Diamante né?
 Antonio: É, um morava aqui e o outro ali (apontando com a mão)
 Paulo: E os porco vinham como até aqui?
 Antonio: A pé! (risos)
 Paulo: E como é que faziam?
 Antonio: Tocado!
 Paulo: E não fugia nenhum?
 Antonio: Nenhum!
 Paulo: Como é que não fugia?
 Antonio: Mas não fugia! Inclusive algum que agarrava o mato que era bastante porco, e agarrava o mato e ficava... Eles vinham atrás pelo rastro dos outro (risos) (TAVARES, 2018).

Como aponta Oliveira (1996), os camponeses ao migrarem para outros espaços, reconquistam sua autonomia, indo contra às leis do capital. Este camponês, seja ele posseiro ou não, quando expropriado, não irá necessariamente se proletarizar, mas buscar outros territórios para se manter no campo, ocorrendo um movimento de criação, destruição e recriação (OLIVEIRA, 1996).

As classes dominantes, que por vezes tem ligação com o Estado, criam formas de aniquilar as propriedades de trabalho (OLIVEIRA, 1996). É por isto que este movimento de criação, destruição e recriação não será de forma tranquila, resultando em conflitos pela terra. Exemplo disso, são os governos paranaenses, os quais distribuíram terras a partir da Constituição Federal de 1891, e da Constituição Estadual de 1892, sendo a gestora de regulação das terras devolutas no Paraná. Este fato beneficiou as empresas colonizadoras, ao contrário dos primeiros posseiros, sendo deixados em segundo plano. “As grandes empresas representavam, acima de tudo, o interesse do capital e detinham prioridade para demarcar e revender as terras” (PRIORI et al., 2012, p. 79).

No caso do Oeste do Paraná, sendo a última região do estado a ser tomada por empresas colonizadoras através da chamada “Marcha para o Oeste”, a qual inicia-se na década de 1930, tinha por objetivo ocupar o “vazio demográfico”, não levando em conta os povos originários/tradicionais (PRIORI et al., 2012). Em outras palavras, quem sofreu primeiramente com a violência no campo foram os indígenas, com a negação de sua existência na região e com a expulsão de seus territórios.

Nesse contexto, iniciou-se a venda de terras devolutas, principalmente para descendentes de alemães e italianos vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, através dos projetos de colonização, com apoio do Estado. Uma das companhias de mais destaque foi a Industrial Madeira e Colonizadora Rio Paraná Ltda (Maripá). Contudo, houve a participação de empresas menores, que juntas, totalizaram uma área superior a dois milhões de hectares na região Oeste do Paraná (PRIORI, et al., 2012).

Segundo Corrêa (1995), a área territorial de Diamante do Sul ficou sob responsabilidade da Companhia Brasileira de Imigração e Colonização (COBRIMCO). Porém, não há registros mais detalhados da empresa em Diamante do Sul, por exemplo, o tamanho da área colonizada, a data em que foi instalada na região, dentre outras informações. A COBRIMCO, da década de 1950, pertencia ao grupo Bradesco, tendo como proprietários os empresários paulistas Amador Coelho Aguiar, fundador e sócio do banco Bradesco e Oscar Martinez (SALLES, 2016). Como aponta Salles (2016), não há

muitos registros bibliográficos sobre a atuação da companhia sobre a formação da estrutura fundiária na região Oeste do Paraná. Sabe-se que a COBRIMCO, assim como outras empresas colonizadoras, agiu sob tutela do governo de Moysés Lupion.

Foi no governo de Moysés Lupion que ocorreram muitos conflitos de terras no Paraná, sobretudo, na região Oeste, envolvendo indígenas, posseiros e companhias colonizadoras. Durante seu governo, ocorreram uma série de irregularidades, como a titulação ser emitida várias vezes sob uma mesma área (CRESTANI, 2013). Além disso, o autor ainda aponta que:

A política de ocupação do território paranaense, especificamente a região Oeste, incitado nos Governos de Bento Munhoz e Moysés Lupion, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (1989) passou a ser definida como prejudicial, não só pelo tipo de propriedade que gerou, mas também por ter deixado como “herança” inúmeras irregularidades sobre os títulos de propriedades. (CRESTANI, 2013, p. 104).

Conforme assinala Crestani (2013), as terras no Oeste do Paraná tornaram-se uma “indústria da posse da terra”, sendo lucrativa para as empresas colonizadoras apropriarem-se da terra de colonos e posseiros. Além disso, em muitos casos, a apropriação dessa terra pela empresa se dava de forma ilegal, ou seja, pela grilagem, falsificação de documentos tanto por cartórios ou por departamentos que tinham como função legalizar a posse da propriedade.

Nesse sentido, é importante destacar que o posseiro, conforme observado nos relatos anteriores de Erotides das Neves e Antônio Tavares, é aquele que abre a posse da terra. Diferentemente dos grileiros, os quais expulsam violentamente indígenas e camponeses, tomando assim suas terras e falsificando documentos, fato ocorrido principalmente no governo de Moysés Lupion. Martins (1981), nos ajuda a compreender essa diferença:

O posseiro é lavrador pobre, que vende no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois de ter reservado uma parte da sua produção para o sustento da sua família [...]. Como não possui o título de propriedade da terra em que trabalha, raramente tem acesso ao crédito bancário, à assistência agrônômica ou qualquer outro tipo de apoio que lhe permita aumentar sua produtividade do seu trabalho. **É importante saber que, a rigor, o posseiro não é um invasor da propriedade de outrem. Invasores são os grileiros, fazendeiros e empresários que o expulsam da sua posse.** (MARTINS, 1981, p. 104, grifo nosso).

Assim, a estrutura fundiária do Oeste do Paraná está interligada com o processo conflituoso da região, combinada com ação do Estado, o qual excluiu muitos sujeitos do acesso à terra. Em outras palavras, muitos camponeses foram obrigados a migrar para outras regiões e/ou para o meio urbano. Os camponeses que ficaram, buscaram e buscam cotidianamente estratégias de sobrevivência para sua resistência e permanência no campo. Deste modo, a análise da região Oeste do Paraná, reflete-se na realidade do campesinato de Diamante do Sul, o que pode ser observado através de alguns dados obtidos que serão apresentados a seguir.

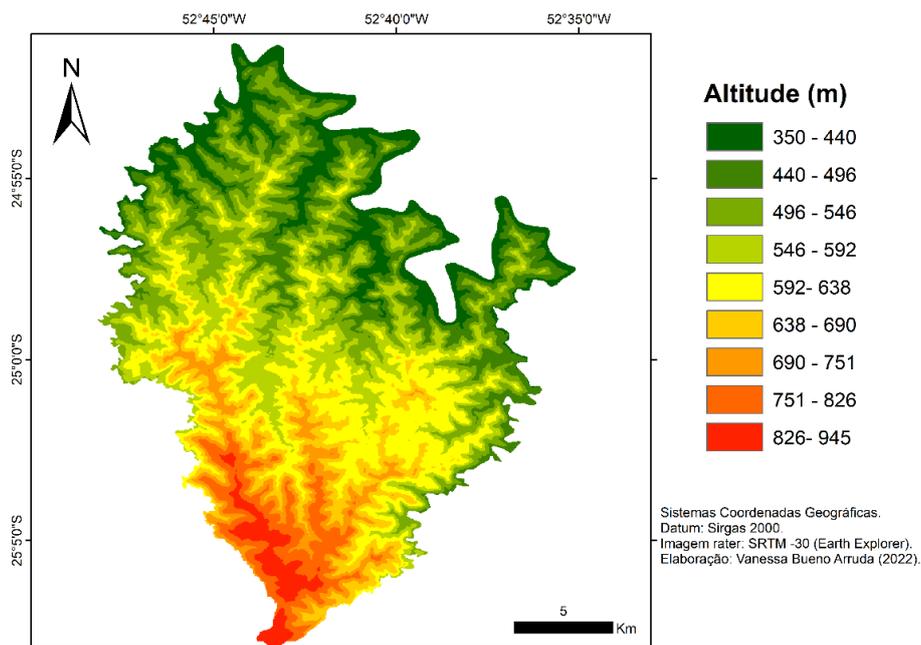
Para compreender a estrutura fundiária do município de Diamante do Sul, utilizamos o conceito de módulo fiscal, o qual apresenta-se na Lei 6.746/79, artigo 50 do Estatuto da Terra. Módulo fiscal refere-se a uma unidade de medida em hectares, levando em conta os seguintes critérios: a) o tipo de exploração de cada município; b) a renda obtida no tipo de exploração; c) outras explorações existentes no município; d) conceito de “propriedade familiar”.

O valor do módulo fiscal, definido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), varia em cada município brasileiro, em razão da localização de um imóvel, a fertilidade do solo, o relevo, entre outros fatores. A área de cada módulo pode ser de 5 a 110 hectares.

Na Lei Nº 8.629/93, referente a reforma agrária, foram classificados os imóveis rurais como: minifúndio (imóvel rural de área inferior a 1 módulo fiscal), pequena propriedade (imóvel rural de área entre 1 e 4 módulos fiscais), média propriedade (imóvel rural de área superior a 4 e até 15 módulos fiscais). Assim, subentende-se que a grande propriedade seja superior a 15 módulos fiscais, já que esta lei não classifica as grandes propriedades. Em 2017, com a Lei nº 13.465, as pequenas propriedades passaram a ser consideradas como aquelas que possuem área igual ou menor que 4 módulos fiscais, extinguindo-se o conceito de minifúndio.

Em Diamante do Sul, o módulo fiscal varia entre 18 e 20 hectares. Nesse sentido, as pequenas propriedades de Diamante do Sul correspondem a 80 hectares ou menos. As médias propriedades são áreas maiores de 80 a 300 hectares. E as grandes propriedades são aquelas acima de 300 hectares. Um dos fatores que implicam o valor do módulo fiscal em Diamante do Sul é o relevo, o qual é predominantemente acidentado. A altitude mínima do município é de 350m, a máxima é de 945m, seguindo uma altitude média de 595m (Mapa 1).

Mapa 1: Mapa hipsométrico de Diamante do Sul- PR



Fonte: SIRGAS 2000; Org: ARRUDA, 2022.

Nesse sentido, o Mapa 1 mostra a singularidade de Diamante do Sul acerca do relevo, o qual se interliga com a paisagem do meio rural e seu predomínio das pastagens, conforme Fotografia 1. Embora haja produção de *commodities* como milho e soja, as pastagens preponderam, o qual provavelmente esteja ligada com as grandes fazendas da região. No entanto, não há objetivo de tornar um fato generalizante, já que, não se exclui o fato dos camponeses também obterem criações de gado.

Fotografia 1: Área de pastagem em Diamante do Sul/PR



Foto: ARRUDA, 2019.

Portanto, se de um lado temos a concentração de terras ligadas principalmente às pastagens, nota-se as propriedades camponesas, os quais possuem uma variedade de alimentos e outras produções, sendo uma delas a sericicultura. Aí está a diferença entre grandes propriedades, com objetivo de adquirir lucro, diferente das propriedades do campesinato que, embora tenha relação com o mercado, o objetivo é sua recriação através da produção de alimentos e manutenção da família.

Os dados do Incra (2011) nos ajudam a analisar com mais atenção a concentração de terras em Diamante do Sul. A Tabela 1 indica que, 318 imóveis (76,62%) com menos de 50 hectares, ocupam uma área de 22,09%. Os imóveis de 50 até menos de 200 hectares correspondem a 17,83%, ocupando uma área de 26,16%. Já os imóveis de 200 até acima de 2.500 hectares (1,20%), ocupam 51,74% da área total. Se prestarmos atenção nos imóveis de 2.000 hectares ou mais, temos apenas 2 (0,48%), os quais ocupam uma área correspondente à 20,46%. Portanto, a agricultura camponesa ocupa apenas 22,09% da área do município, mas representa 76,62% dos imóveis rurais em Diamante do Sul, enquanto isso, mais de 70% da área total é ocupada pelas grandes propriedades, que representa menos de 2% dos imóveis.

Tabela 1: Estrutura Fundiária de Diamante do Sul/PR (2011)

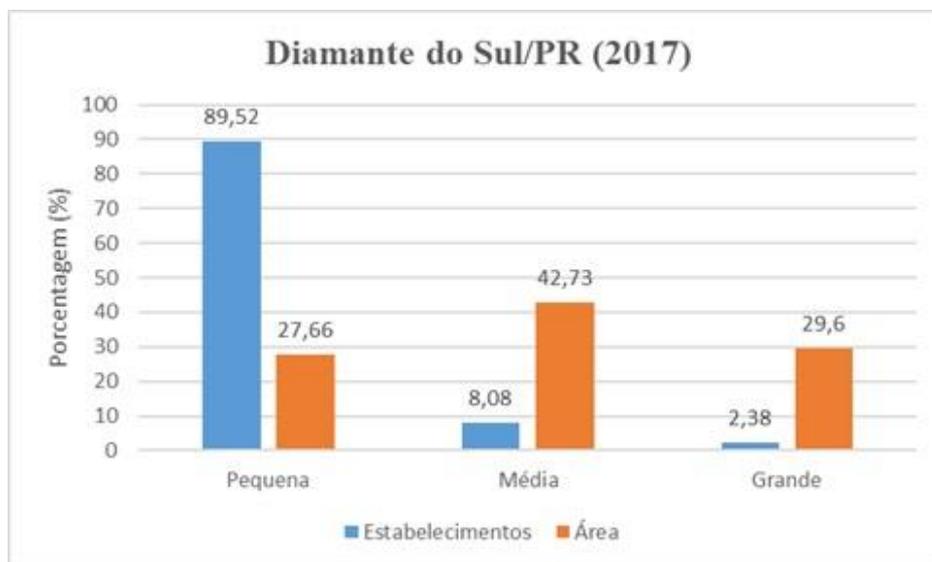
Classes de área (em ha)	Nº de imóveis	%	Área (ha)	%
MENOS DE 1	9	2,17	4,3000	0,01
1 A MENOS DE 2	8	1,93	11,6000	0,04
2 A MENOS DE 5	46	11,08	162,6600	0,63
5 A MENOS DE 10	53	12,77	396,1100	1,53
10 A MENOS DE 25	117	28,19	2035,3346	7,88
25 A MENOS DE 50	85	20,48	3090,6201	11,97
50 A MENOS DE 100	49	11,81	3244,1336	12,57
100 A MENOS DE 200	25	6,02	3507,0000	13,58
200 A MENOS DE 500	18	4,34	5705,6914	22,10
500 A MENOS DE 1000	3	0,72	2367,0000	9,17
1000 A MENOS DE 2000	0	0	0,0000	0
2000 A MENOS DE 2500	1	0,24	2081,6000	8,06
2500 E MAIS	1	0,24	3200,1000	12,4
TOTAL	415	100	25.806,1497	100

Fonte: INCRA, 2011, Org: ARRUDA, 2021.

Essa concentração de terras pode ser vista também a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017), apresentados no Gráfico 1. Deste modo, as pequenas

propriedades compreendem 487 estabelecimentos (89,52%), em uma área de 6.642 ha (27,66%), as grandes propriedades ocupam área com 7.106 ha (29,60 %) concentradas em apenas 13 (2,38%) estabelecimentos.⁶

Gráfico 1: Comparativo dos estabelecimentos e quantidade de área em hectares



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017, Org.: ARRUDA, 2022.

Pelos dados do INCRA (2011) e do IBGE (2017), percebe-se a existência de uma estrutura fundiária concentrada, no entanto, Diamante do Sul não é formado apenas pelas grandes propriedades. Primeiramente, observa-se os dados do IBGE (2010), sua população é majoritariamente rural. Ou seja, a população total correspondente a 3.510 pessoas, das quais 2.105 vivem na área rural e 1.405 na área urbana.

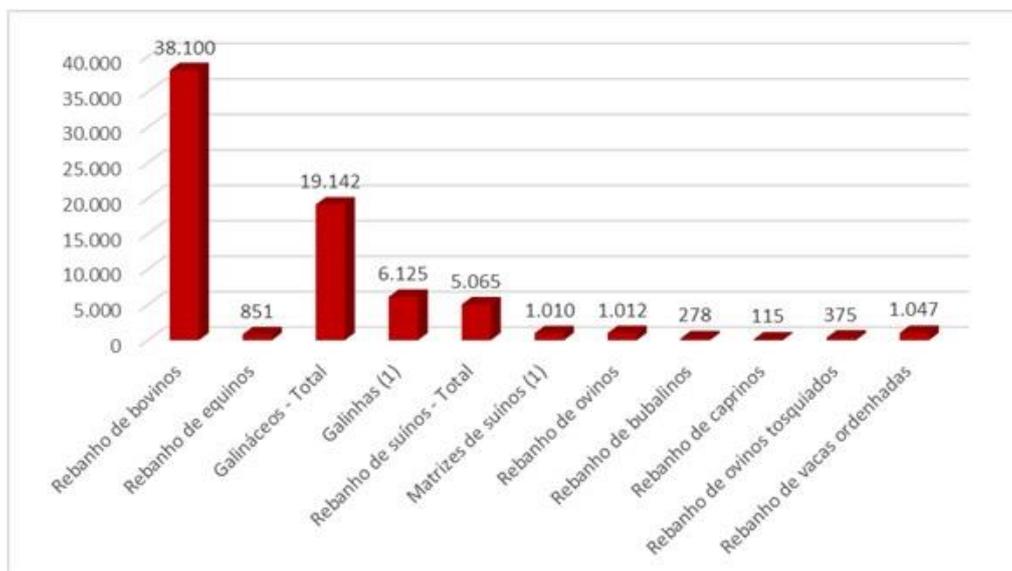
Estes dados refletem que, grande parcela da população no meio rural é formada por camponeses e possuem sua produção inserida em vários setores da economia, sendo um deles a produção do bicho-da-seda. Portanto, grande parcela dos imóveis representam as pequenas propriedades, ou seja, a maior parte dessa população estará nas propriedades de até 50 hectares.

Relacionado às pequenas propriedades, os dados a seguir ajudam a compreender que, uma parcela significativa da produção é proveniente dos camponeses, como pode-se

⁶ É necessário apontar que, os dados do IBGE e do INCRA utilizam metodologias diferentes. O IBGE demonstra os estabelecimentos agropecuários a partir da ocupação deste espaço e não pelo caráter jurídico. Já o INCRA elabora os dados a partir do Cadastro de Imóveis Rurais, sendo de caráter jurídico da estrutura fundiária, porém, não há qualquer confirmação das informações junto aos cartórios de registro de imóveis. Desse modo, os imóveis podem ser uma propriedade ou uma posse.

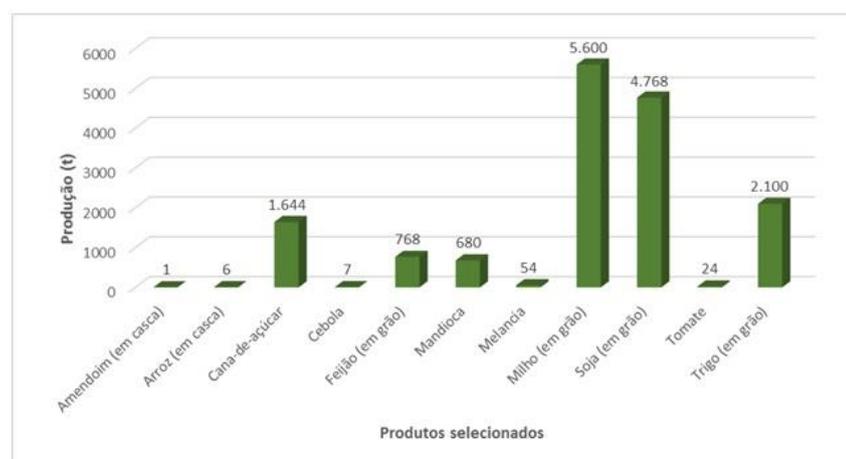
observar no Gráfico 2, com a criação de galináceos (19.142 cabeças), suínos com 5.065 cabeças, rebanho de 1.047 vacas ordenhadas e 1.012 ovinos. Por outro lado, ainda no Gráfico 2, nota-se que a produção de bovinos se somou um total de 38.100 cabeças em 2019, a qual, possivelmente está relacionado com às grandes propriedades da região. Embora o gado de corte seja expressivo, não são apenas as grandes propriedades que agregam a economia local, há diversos outros cultivos significativos que advém das famílias camponesas.

Gráfico 2: Efetivo de pecuária e aves em Diamante do Sul/PR (2019)



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (PAM), 2019, Org.: ARRUDA, 2021.

Somadas a isso, existem outros cultivos sendo indicativos que, não são exclusivos das grandes propriedades, a exemplo do Gráfico 3, que se mostra nas lavouras temporárias, que são: amendoim, arroz, cana-de-açúcar, cebola, feijão, mandioca, melancia, milho, soja, tomate e trigo. Em 2019, as produções mais expressivas foram o milho, contabilizando 5.600 toneladas, seguido da soja com 4.768 toneladas, e o trigo totalizando 2.100 toneladas. Nota-se que as culturas temporárias, principalmente o feijão (768 toneladas) e a mandioca (680 toneladas), representam alimento, ou seja, é especialmente nas pequenas propriedades que estes são produzidos.

Gráfico 3: Cultura agrícola temporária Diamante do Sul/PR em toneladas (2019)

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal (PAM), 2019, Org.: ARRUDA, 2021.

Ademais, os principais produtos da extração vegetal do município são: a erva-mate, que gerou uma produção de 90 toneladas em 2019; o pinhão que gerou 2 toneladas; e a lenha com quantidade produzida de 70.818 m³ (IBGE, 2019). Neste contexto da madeira vale destacar a que, a empresa JBS S.A, possui em Diamante do Sul uma propriedade de 250 hectares, sendo exclusiva para extração de madeira.

Além da extração vegetal, há produções de origem animal, destacando o leite e a produção de bicho-da-seda. Conforme Tabela 2, em 2019 a produção de leite foi de 2.826 mil litros, totalizando o valor de R\$ 3.249.000,00, enquanto que os casulos de bicho-da-seda totalizaram 148.800 quilos no valor de R\$ 2.873.000,00.

Tabela 2: Produção de origem animal em Diamante do Sul- PR (2019)

PRODUTOS	VALOR (R\$1.000,00)	PRODUÇÃO	UNIDADE
Casulos do bicho-da-seda	2.873	148.800	Kg
Lã	3	990	Kg
Leite	3.249	2.826	Mil l
Mel de abelha	38	1.975	Kg
Ovos de codorna	-	-	Mil dz
Ovos de galinha	173	36	Mil dz

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal (PAM), 2019.

Como ressalta, a produção em Diamante do Sul é proveniente de grande parte da população que vive no campo, ou seja, dos camponeses que estão inseridos em vários

setores da economia. Além disso, este contexto apresentado a partir dos dados acima, leva a sinalizar que, os grandes fazendeiros da região não vivem em suas propriedades⁷. Possivelmente, quem irá cuidar da fazenda poderá ser uma família camponesa contratada para trabalhar em serviços básicos nos cuidados da área, em serviços de empreita, caseiro, entre outros.

A concentração fundiária se relaciona com a desigualdade percebida na paisagem do município. Esse contraste se espelha no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que é de 0,608, considerado um dos mais baixos do estado do Paraná, estando na colocação 393º (IPARDES, 2021), num total de 399 municípios. É no âmbito da desigualdade social, presente em Diamante do Sul, que os camponeses estão inseridos, buscando diariamente estratégias para sua *r-existência* (PORTO-GONÇALVES, 2012), como na sericicultura, conjuntamente com o autoconsumo e também em diversas formas de produções e cultivos, conforme apresentado nos dados acima. Também, parte desse processo excludente estão algumas famílias camponesas que migraram para a área urbana.

Nesse contexto, a exclusão ao acesso à terra persiste e também se integra com a chamada “modernização da agricultura”, avançando no processo da concentração da terra. Deste modo, camponeses assalariados, arrendatários, meeiros, acabaram sendo expropriados do meio rural em Diamante do Sul, o relato de Isaias, contribui:

Isaias: Porque aqui em Diamante, é... teve o processo de concentração da terra aqui violento na década de 70, e... muita gente migrou e os que ficaram, ficaram trabalhando em arrendamentos, ou trabalhando de peões, boa parte do que nós vemos, a Área Verde por exemplo, era gente que... que acabou sendo excluída dos arrendamentos né, que não teve mais espaço no campo e acabou tendo que ir pra periferia né.

Paulo: Lá nos anos 70, ou 60, já havia latifúndio aqui ou não? Grandes propriedades?

Isaias: já... já tinha grandes.

Paulo: Qual é o perfil da estrutura fundiária aqui de Diamante na tua avaliação?

Isaias: [...] a gente teria que olhar essas estatísticas né, mas é... concentra a grande maioria da terra né. Se fizer uma foto das comunidades aqui, na minha, na nossa comunidade aqui, se fizer uma foto, você vai que na beira deste rio aqui, tem alguns, pontuado algumas propriedades, depois daqui no rio Feio, que é no limite de Guaraniaçu... só fazenda! Se pega pra... daqui pra baixo até o rio Piquiri, praticamente só fazenda, nas outras comunidades também, são algumas, alguns aglomerados, perdidos do meio desses latifúndios aí. (NEVES, 2019).

⁷ Conforme relatos dos camponeses, os quais afirmam que os fazendeiros da região não moram em Diamante do Sul.

Como observado no relato acima, a concentração de terras em Diamante do Sul, resultou na migração de algumas famílias camponesas para a ocupação suburbana conhecida no município como “Área verde” (figura 2). Algumas pessoas que vivem na “Área Verde” sobrevivem de recursos da aposentadoria, ou algum tipo de auxílio, como Bolsa Família, outros permanecem trabalhando em fazendas da região em serviços de empreita, como seus filhos, conforme depoimento de Teresinha, moradora da Área Verde:

Paulo: A senhora veio morar aqui na Área Verde mesmo?

Teresinha: Quando eu saí de lá, eu já vim reto pra Área Verde.

Paulo: E aqui a senhora comprou a casa... como que a senhora fez?

Teresinha: Não... aqui não comprei nada, no começo que eu cheguei aqui, eu morei debaixo de um barraco de lona... daí que seu Luiz Kropowiski (prefeito da época) me deu uma casa [...] e eu não tenho casa, da onde vou ter dinheiro pra comprar uma casa [...] e eu só vivo com a pensão das criança, num tenho renda, num tenho nada.

Paulo: E os outros filhos da senhora estão aonde?

Teresinha: Tem aqui que mora comigo, mora a Rozilda, pertinho aqui, Arcinda... e a outra minha fia mora na Ibema e o meu caçula mora aí também, só que não tá na casa... mora tudo extraviado.

Paulo: Ele trabalha aonde o caçula?

Teresinha: Ele trabaia por dia nas fazenda também...

Paulo: Também?

Teresinha: uhum

Paulo: E esse trabalho por dia da fazenda o que eles fazem?

Teresinha: Ah, passam veneno, roçam... é isso... (FURQUIM, 2018).

Fotografia 2: Ocupação Suburbana Área Verde em Diamante do Sul/PR



Foto: ARRUDA, 2018.

O contexto da Área Verde, relacionado à violenta concentração de terras, como demonstrado nos dados anteriormente, expõe uma fração da desigualdade social do

município, o qual parte desta população é de camponeses que foram excluídos do acesso à terra e vivem de forma precária na área urbana, e muitos deles trabalhando nas fazendas de Diamante do Sul.

Por outro lado, como visto, a questão agrária de Diamante do Sul se insere também os camponeses que possuem a terra, os quais somam a maior parte da população rural, resistindo a partir de uma diversidade de atividades e cultivos. Embora haja desigualdade no campo, como sinalizado na estrutura fundiária do município, o objetivo do campesinato é sua permanência na terra, recriando-se enquanto modo de vida familiar. Desse modo, os camponeses percebem as dificuldades de viver no campo, porém, o conjunto de cultivos que os mesmos possuem, apresentados nos dados acima, é uma das formas de recriação de sua família, de modo que, os camponeses da “Área Verde” não têm acesso. Assim, Oliveira (2007), corrobora com este entendimento:

É em decorrência deste conjunto de razões, que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes, uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários, e em outra frente, lutam para permanecerem na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não lhes têm considerado em suas políticas públicas. (OLIVEIRA, 2007, p. 135).

Esta fala de Oliveira (2007) se relaciona com os camponeses de Diamante do Sul, os quais produzem alimentos e também outras atividades, sendo que sua dinâmica não é o lucro, como ocorre nas grandes propriedades. Além do mais, dentre os camponeses os quais forjam sua resistência, estão os sericultores, sendo o foco central da pesquisa, estando inseridos no sistema de integração com a empresa BRATAC.

A sericultura está voltada exclusivamente ao mercado externo, e é neste cenário que os sericultores de Diamante do Sul estão inseridos, o qual toda a produção manual dos estágios de crescimento do bicho-da-seda está sob seus cuidados, além da manutenção das amoras. Após todo o trabalho árduo da família camponesa, os fios de seda são conduzidos às empresas mundiais, tornando este setor dependente das oscilações do mercado internacional, conforme aponta Paulino (2012):

Tudo isso torna essa atividade bastante peculiar, totalmente à mercê das oscilações, que tanto podem resultar de condições internas dos países compradores, como dos movimentos mais gerais da economia mundial. Isso afeta diretamente os sericultores, ocasionando, alternadamente,

momentos de retratação e expansão da atividade. (PAULINO, 2012, p. 155).

No processo de produção, ocorre uma série de exigências pela empresa integradora no que diz respeito ao cultivo das larvas. Por este motivo, a qualidade do bicho-da-seda está ligada com o cuidado manual dos camponeses em torno de seu ciclo, da atenção exclusiva na alimentação das larvas, além da qualidade das folhas de amoras (que é produzida pelos camponeses), alimento específico do bicho-da-seda. É preciso de cuidados detalhados até mesmo no alojamento da lagarta em apenas uma quadrícula dos bosques, de maneira que não se produza casulos duplos ou manchados, os quais deixam de obter valor comercial (PAULINO, 2012).

O peso e a aparência são fatores cruciais que determinam o valor que se paga pelos casulos. Este fator implica, conforme aponta Paulino (2012), no processo de industrialização, que nada mais é do que o desenrolar dos casulos. Ou seja, se o casulo for menor, requer em mais emendas, depreciando assim, o valor alcançado pelo fio industrializado. Nesse sentido:

Como se pode observar, as exigências da atividade são de tal ordem que a sua viabilidade requer trabalhadores especiais, sobretudo no campo, cujo envolvimento com as necessidades diretas e indiretas dos bichos-da-seda vai interferir em toda a cadeia produtiva. Sem equívoco, pode-se afirmar que as demandas desses ditam, quase sem restrições, a rotina e o ritmo de trabalho dos camponeses. (PAULINO, 2012, p. 167).

Essas circunstâncias apontadas por Paulino (2012), faz refletir que a seda produzida é um artigo de luxo, dependente do mercado internacional, a qual se sustenta pelo trabalho familiar camponês. Ou seja, por trás das grandes grifes articuladas à seda, está todo o trabalho, a subordinação e a exploração da riqueza produzida pelos camponeses.

Nesse sentido, no próximo subitem será aprofundado a inserção da sericicultura no Brasil e a relação com os camponeses, sendo uma das estratégias de sobrevivência dos sericultores.

1.2 Inserção da sericicultura no Brasil e a atuação da Bratac em Diamante do Sul-PR

No Brasil, a sericicultura se inicia no estado do Rio de Janeiro nos anos 1848, com a fundação da Companhia Seropédica Fluminense, em Itaguaí. No entanto, a sericicultura

irá se destacar no estado de São Paulo nos anos de 1922, com a criação da Indústria da Seda Nacional S.A., na cidade de Campinas (PORTO, 2014). Conforme aponta o autor, a atividade sericícola no estado de São Paulo pode estar associada ao cultivo do café e a crise de 1929. Ou seja, com a crise, ocorreu a queda nos preços do café e consequentemente a falência de muitos cafeicultores. Com isso, por meio das companhias colonizadoras, grandes proprietários de terras começaram a dividir suas propriedades em pequenas áreas, a fim de vendê-las, principalmente aos imigrantes italianos e japoneses, colonos e migrantes que anteriormente trabalhavam nas grandes fazendas de café. Nesse contexto, a sericultura passou a ser uma das alternativas para complementar a cultura do café pelas famílias camponesas, sendo que, a colheita do café coincidia com a entressafra da sericultura nos meses de maio e agosto (PORTO, 2014).

Nessa conjuntura da ampliação e atuação das empresas sericícolas no estado de São Paulo, surge em 1940 a Fiação de Seda Bratac Ltda, na cidade de Bastos, originária a partir da associação Brazil Takushoku Kumiai, que apoiava a vinda de imigrantes japoneses a fim de seguir na atividade da sericultura. Apenas nos anos de 1974, é que a Bratac irá se instalar no Paraná, no município de Londrina.

Nos anos de 1990, o cultivo de bicho-da-seda no Brasil estava espalhado pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte e Roraima. As empresas desta época no setor da sericultura no Brasil eram: Bratac, Kanebo-Fujimura, Cocamar, Kobes, Shoei e Coopersedá.

Conforme Cirio (2018), na segunda metade da década de 1990, houve uma queda na atividade, um dos fatores que explicam esse processo é a oscilação do mercado internacional, motivo que contribuiu para empresas como Kobes, Shoei e Coopersedá viessem a fechar suas portas. Assim, entre os anos de 1996 e 1997, devido à queda de produção a Kobes e Shoei, encerraram suas atividades no Brasil. Também se encerraram as atividades da Coopersedá, a qual contava com 11 cooperativas espalhadas pelo Paraná, entre elas, a Cotriguaçu em Cascavel, Coopagro em Toledo, Copagra em Nova Londrina e Cocamar em Maringá. Em 2010 a Kanebo encerrou suas atividades, permanecendo atualmente somente a Bratac (CIRIO, 2018).

Nesse cenário é importante lembrar que, o bicho-da-seda é um produto exclusivo para exportação e, portanto, dependente do mercado internacional. Nesse contexto, durante o Plano Real, os produtos primários que eram exportados, sofreram com a sobrevalorização do real. Paulino (2012) explica esse processo:

É aí que sobrevém a grande crise do setor, que coincide com a mudança cambial atrelada ao Plano Real. Ao serem equiparados os valores da moeda brasileira ao dólar, de um só golpe a sericicultura, assim como as demais atividades que se beneficiavam do câmbio, tiveram sua rentabilidade reduzida em quase três vezes. É evidente que o impacto maior recaiu sobre os camponeses, em face dos baixos rendimentos que já vinham obtendo com a atividade. (PAULINO, 2012, p. 156).

Embora haja uma ligeira recuperação da atividade sericícola, mediante a posterior desvalorização do real, as empresas ainda se depararam com crises por conta da dependência do mercado, somadas a forte concorrência com a China. Exemplo da empresa Cocamar, que, conforme Cirio (2018), em 2006 continuou apenas com o apoio técnico aos sericultores em Maringá, transferindo o setor de processamento dos casulos à Bratac. Paulino (2012) é pertinente:

A pequena participação brasileira no mercado internacional exige saídas para a própria sobrevivência das empresas [...], por causa da sua limitação em jogar com preços e estoques, coisa que grandes produtores, como a China, podem fazer e efetivamente o fazem. Restalhes concorrer em mercados diferenciados, que privilegiam a qualidade superior do produto. Portanto, são esses nichos que elas têm explorado, garantindo até então a colocação de sua produção que é considerada uma das melhores do mundo. (PAULINO, 2012, p. 156).

Essa discussão enaltece a necessidade de pensar que, em momentos de crise, com as oscilações dos preços, os camponeses serão os mais afetados, em vista dos pequenos rendimentos na produção, levando ao abandono da atividade por muitos sericultores. Apesar disso, esse fator demonstra uma das contradições, uma vez que, o camponês não está totalmente subordinado à empresa integradora. Em outras palavras, o camponês ao entender que aquele tipo de produção não lhe retribui, decide buscar outras possibilidades, evidenciando assim que, não está exclusivamente dependente da empresa.

Além disso, a responsabilidade na qualidade, sendo um dos fatores que favorecem a compra dos casulos produzidos no Brasil, irá pesar sob os camponeses. Ou seja, a boa qualidade dos casulos, que é vista pelos compradores internacionais como fator favorável, se dá através da pressão e das regras que a empresa demanda dos camponeses sericultores. Também o fato da propaganda sobre a boa qualidade da seda, de origem brasileira, se deve ao trabalho e dedicação exclusiva da família camponesa.

Na Tabela 3, pode-se observar a queda na produção de casulos de bicho-da-seda no Brasil, no ano de 2004, a produção foi de 8.044.604 quilos, comparado ao ano de 2019,

temos apenas 3.057.140 quilos. Em 2007 ocorreu a produção mais significativa de casulos, com 8.205.079 quilos. Já em 2014, teve-se a menor quantidade, totalizando 2.681.813 quilos. Apesar da queda de produção, no ano de 2019, rendeu o valor expressivo de aproximadamente R\$59 milhões. Por sua vez, este valor não é fruto da indústria, ou das grandes propriedades, mas sim do fruto do trabalho camponês, o qual é subordinado pelo capital.

Tabela 3: Produção casulos de bicho-da-seda no Brasil (2004-2019)

ANO	QUANTIDADE PRODUZIDA (Kg)	VALOR DA PRODUÇÃO (x 1000) R\$
2019	3.057.140	59.016,00
2018	3.055.175	56.859,00
2017	3.038.858	52.710,00
2016	2.855.320	48.189,00
2015	3.006.455	49.502,00
2014	2.681.813	41.246,00
2013	2.708.523	34.818,00
2012	2.730.770	29.452,00
2011	3.219.067	28.616,00
2010	3.650.832	25.936,00
2009	4.953.819	33.186,00
2008	6.162.034	36.974,00
2007	8.205.079	48.133,00
2006	7.880.276	46.820,00
2005	7.448.904	45.633,00
2004	8.044.604	43.201,00

Fonte: IBGE 2019, Org: ARRUDA, 2021.

Nota-se que a Bratac é a única empresa que se manteve atuante na sericicultura no país, a respectiva empresa, foi fundada no estado de São Paulo, na década de 1940. No entanto, atualmente, a maior parte de seus setores localizam-se no Paraná, cuja estrutura divide-se em: Matriz, unidade fabril, depósitos/entrepostos, campos de criação e incubação. Hoje, a matriz localiza-se em Londrina-PR e a filial em Bastos-SP. Há 25 depósitos (23 localizados no Paraná e dois em Mato Grosso do Sul) e 29 entrepostos, sendo um em Mato Grosso do Sul e 28 no Paraná (BRATAC, 2021).

Os depósitos e entrepostos são responsáveis pela distribuição das larvas, recebimento dos casulos e assistência técnica aos sericultores. Um destes entrepostos localiza-se no município de Diamante do Sul. Os campos de criação são também chamados de “chocadeiras”, responsáveis pela criação das larvas até o segundo estágio. Dois destes campos encontram-se em Bastos-SP e quatro no Paraná, nos municípios de Nova Esperança, Alto Paraná, Umuarama e Cianorte. A incubação ou “sementagem”, são laboratórios de controle de qualidade, pesquisas e melhoramento genético, são encontrados em Bastos-SP e em Cruzeiro do Norte-PR (BRATAC, 2021).

Nesse sentido, o Paraná tornou-se um dos principais estados ligados à sericultura, totalizando 1.636 estabelecimentos em 148 municípios, conforme dados do Censo Agropecuário do IBGE (2017). Fazendo um comparativo da produção de bicho-da-seda no Brasil, o Paraná é o estado responsável pela maior porcentagem do total produzido no país. O que demonstra no ano de 2019, com a quantidade de 2.565.567 quilos (Tabela 4), totalizando aproximadamente o valor de R\$49 milhões. O auge da produção foi no ano de 2007, com um total de 7.374.242 quilos. Assim como a nível nacional, no Paraná também se nota uma queda, principalmente a partir do ano de 2008, ficando na margem de 2.000.000 quilos anuais.

A sericultura no Paraná teve início nos anos de 1970, e o momento mais expressivo na produção foi em 1996, totalizando 13.172.000 quilos de casulos (PAULINO, 2012). No entanto, a valorização do real, discutida anteriormente, também afetou a produção no Paraná. Conforme Paulino (2012):

Como vimos, a dinâmica da sericultura no Paraná foi, até pouco tempo, marcada pela expansão. Nesse contexto, o desafio colocado às empresas sempre fora a inserção de mais produtores em seus quadros, a fim de assegurar o fornecimento regular da matéria-prima. À medida que o mercado internacional caminhava para uma frenagem nessa tendência, veio a crise cambial, aqui entendida como sobrevalorização da moeda brasileira. (PAULINO, 2012, p. 157).

Tabela 4: Produção casulos de bicho-da-seda no Paraná (2004-2019)

ANO	QUANTIDADE PRODUZIDA (Kg)	VALOR DA PRODUÇÃO (x 1000) R\$
2019	2.565.567	49.474,00
2018	2.545.426	47.125,00
2017	2.499.201	43.293,00
2016	2.369.546	39.587,00
2015	2.495.619	40.703,00
2014	2.297.225	35.032,00
2013	2.366.933	29.988,00
2012	2.463.072	26.475,00
2011	2.933.300	26.161,00
2010	3.178.388	-
2009	4.444.209	-
2008	5.561.641	33.330,00
2007	7.374.242	43.160,00
2006	6.935.268	40.654,00
2005	6.652.823	40.614,00
2004	7.289.769	38.942,00

Fonte: IBGE 2019, Org.: ARRUDA, 2021.

Em Diamante do Sul há um total de 142 famílias camponesas vinculadas à sericicultura, com 143 barracões em uma área de 223 hectares (BRATAC, 2019). Se dividirmos o número de hectares pelo número de propriedades, nota-se que o resultado é menos de dois hectares para cada família camponesa.⁸ Dito isso, aponta-se que o grande responsável pela produção de casulos de bicho-da-seda em Diamante do Sul são os camponeses. Realidade que se repete a nível nacional, que, em sua maioria são as famílias camponesas do Sul do Brasil responsáveis por essa produção, como será evidenciado nos dados a seguir.

Conforme Tabela 5, a produção de casulos de bicho-da-seda em Diamante do Sul vem aumentando, realidade diferente se compararmos a nível estadual e nacional.

⁸ Houve uma tentativa de atualizar dados sobre a sericicultura do município, porém, a Bratac impôs vários obstáculos, de forma a negar acesso aos dados e informações pertinentes para a presente pesquisa. Além da exigência de preenchimentos de formulários para, posteriormente, ser aprovado por uma equipe de trabalho da empresa, conforme anexo 1.

Contudo, não se pode afirmar que a situação dos camponeses de Diamante do Sul seja mais favorável que dos sericicultores dos demais municípios paranaenses. Um dos fatores pode ser explicado pela quantidade de estabelecimentos que está vinculado à produção. Ou seja, no Paraná há 148 municípios ligados à produção de bicho-da-seda, desse total, Diamante do Sul é o terceiro município com maior quantidade de estabelecimentos. O município de Nova Esperança é aquele que possui maior número de camponeses dedicados a sericultura, com 197 estabelecimentos, seguido de Cândido de Abreu, com 189 (BRATAC, 2019).

Ainda conforme a Tabela 5, pode-se perceber que do ano de 2004 até 2008, a produção de casulos em Diamante do Sul aumentou de 99.732 quilos para 101.835. Já no período de 2009 até 2013, houve ligeira queda, sendo que, a menor quantidade produzida é identificada em 2013, com 64.300 quilos, mas a partir de 2014 houve expressivo aumento. No ano de 2019, nota-se a maior quantidade de casulos produzidos, com um total de 148.800 quilos, totalizando R\$2.873.000,00.

Tabela 5: Produção de casulos de bicho-da-seda em Diamante do Sul/PR (2004-2019)

ANO	QUANTIDADE PRODUZIDA (Kg)	VALOR DA PRODUÇÃO (x 1000) R\$
2019	148.800	2.873,00
2018	139.471	2.579,00
2017	129.188	2.252,00
2016	113.777	1.919,00
2015	121.159	2.016,00
2014	86.203	1.374,00
2013	64.300	655
2012	65.662	743
2011	82.059	772
2010	88.447	-
2009	89.113	-
2008	101.835	-
2007	111.656	-
2006	100.304	-
2005	99.875	-
2004	99.732	-

Fonte: IBGE 2019, Org.: ARRUDA, 2021.

A partir dos dados apresentados acima, considera-se oportuno destacar que, a produção do bicho-da-seda não é realizada por meio do trabalho assalariado e sim, através dos sistemas de “parceria”, sendo que, a produção é essencialmente camponesa. Há contradições no termo “parceiro” que serão discutidas nos próximos capítulos deste trabalho. Essa relação se torna mais vantajosa para a empresa capitalista por estar se inserindo nas propriedades camponesas, ou seja, monopolizando a circulação da produção destas e com isso subordinando a renda da terra.

Nesse cenário, é possível compreender o modo capitalista de produção se desenvolve nas propriedades camponesas a partir do fruto do trabalho da família camponesa. Esse processo que envolve relações capitalistas e não capitalistas, são contraditórias do próprio modo de produção, como salienta Oliveira (1996):

Essa contradição tem nos colocado frente a situações em que há fusão entre a pessoa do proprietário da terra e a do capitalista; e também frente à subordinação da produção camponesa, pelo capital, que sujeita e expropria a renda da terra. E, mais que isso, expropria praticamente todo excedente produzido, reduzindo o rendimento do camponês ao mínimo necessário à reprodução física. (OLIVEIRA, 1996, p. 11).

Os sericicultores de Diamante do Sul estão subordinados pela Bratac, cuja produção familiar está direcionada conforme às regras impostas pela empresa. Como nota-se, a qualidade do fio da seda é determinante no valor comercializado pelos mercados internacionais, e quem sente a imposição pela boa qualidade são os camponeses. Além do mais, os camponeses não têm outra opção de venda de sua produção a não ser a Bratac, mostrando o grande poder de subordinação que está por trás de todo este processo de produção, o qual é imposto pelos sistemas de integração.

Por outro lado, os camponeses buscam formas de resistência no interior dos sistemas de integração, mesmo que seja de forma contraditória, debate que será aprofundado nos próximos capítulos. Portanto, o campesinato é uma classe que está inserida no processo capitalista, ou seja, “[...] o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção, particularmente em sua etapa monopolista, cria, recria, domina relações não-capitalistas de produção como, por exemplo, o campesinato e a propriedade capitalista da terra.” (OLIVEIRA, 2007, p.11).

Nesse sentido, no próximo capítulo será abordado as correntes teóricas, a fim de compreender o campesinato, bem como as resistências que permeiam neste processo

contraditório do modo de produção capitalista e como se relaciona com os sericicultores de Diamante do Sul.

CAPÍTULO II

CAMPESINATO E A MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO CAPITAL

Neste capítulo será abordado as correntes teóricas que discutem o campesinato, bem como, as características que envolvem o universo camponês, mostrando que este sujeito, não desapareceu, mas resiste das mais diversas formas, mesmo que de forma contraditória. Também será discutido sobre a monopolização do território camponês pelo capital, o qual os camponeses sericultores de Diamante do Sul- PR, estão inseridos. Estes sujeitos estão vinculados ao sistema de integração com a empresa integradora Bratac, sendo esta, a única empresa do setor da seda existente no Brasil. Desse modo, percebe-se o auto poder de monopolização do território camponês pelo capital industrial, ocorrendo a subordinação da renda da terra por parte da empresa Bratac. No entanto, há resistências contraditórias e mais “silenciosas” por parte destes camponeses, os quais são pertinentes a busca pela compreensão desta realidade, no qual envolve a permanência do campesinato no campo.

2.1 As características do campesinato e as correntes teóricas de interpretação

Ao longo de décadas, diversas correntes teóricas analisaram/analisa o campesinato a fim de compreender as contradições engendradas no modo capitalista de produção. Alguns autores apontam para o desaparecimento desse sujeito social, como Lênin (1985), Kautsky (1980); outros discutem a criação e recriação do campesinato, sendo um processo contraditório do sistema capitalista, como Martins (1981), Oliveira (1996; 2007), Paulino e Almeida (2010), entre outros. Já autores como Abramovay (1992), defende a agricultura familiar, sendo desenvolvido como parte das relações capitalistas de acumulação (ROOS, 2015).

A partir do marxismo ortodoxo, autores como Lênin (1985), ao discutir a agricultura na Rússia e Kautsky (1980), ao analisar a agricultura na Alemanha, compreendem que há uma tendência ao desaparecimento do campesinato, no entanto, estes autores percorreram por caminhos diferentes em suas análises. Para Lênin (1985), o campo dividir-se-ia em burguesia rural e proletariado, destacando que é inevitável a desintegração do campesinato. Conforme o autor:

O conjunto das contradições existentes no interior do campesinato constitui o que denominamos desintegração do campesinato. Empregando a palavra ‘descamponização’, os próprios camponeses fornecem uma definição extremamente precisa e relevante desse processo, que redundará na destruição radical do antigo campesinato patriarcal e na criação de novos tipos de população rural. (LÊNIN, 1985, p. 113)

Com a desintegração, o campesinato antigo tenderia a desaparecer, surgiriam novas populações rurais como a burguesia rural e o proletariado rural. A burguesia rural, (ou o campesinato rico), são os camponeses que praticam a agricultura mercantil. Apesar de ser uma minoria, este grupo é predominante tanto nos produtos agrícolas quanto na produção no campo (LÊNIN, 1985).

Já o proletariado rural (campesinato pobre), seriam aqueles que possuem um lote comunitário, ou que não têm nenhum pedaço de terra. Este grupo para sobreviver, precisaria vender sua força de trabalho e constituiriam a maior parte da população rural (LÊNIN, 1985). Ou seja, a proletarização do camponês seria inevitável, levando ao seu desaparecimento.

Além disso, Lênin (1985), compreendia os camponeses como sujeitos de fora do capitalismo, ao contrário dos operários, os quais foram criados neste sistema. Desse modo, os camponeses se tornariam revolucionários quando se tornassem proletários. Assim:

Lênin tratava, portanto, o desaparecimento do campesinato como uma tendência histórica, pois a expansão das relações capitalistas convergia para a homogeneização do espaço, que inevitavelmente eliminaria as relações não capitalistas representadas na permanência dos camponeses. Nesse sentido, as relações tipicamente camponesas foram consideradas residuais e em vias de extinção, processo a se concretizar com o avanço qualitativo das forças produtivas. Assim, a anunciada decomposição dos camponeses em patrões e proletários era uma questão necessária para possibilitar o processo revolucionário, que neste entendimento, dependeria dos últimos. Portanto, a ampliação e expansão do capitalismo levariam ao aumento da capacidade revolucionária da sociedade. (ROOS, 2015, p. 46).

Kautsky em sua obra *A questão agrária* (1980), discute o processo de industrialização da agricultura. Para o autor, o camponês, que antes possuía sua própria indústria doméstica, capaz de satisfazer suas necessidades, posteriormente ficaria mais dependente do dinheiro e do mercado, dessa forma, seus produtos agrícolas transformariam-se em mercadoria. Este camponês com sua pequena propriedade e suas dificuldades de acompanhar o processo de industrialização, acabaria endividado, podendo

ser expropriado de sua terra, levando-o a proletarização. Ao contrário da grande propriedade, com condições de obter mais maquinários e se modernizar, tornando-se superior à pequena propriedade (KAUTSKY, 1980).

Kautsky (1980), pondera que a partir do desaparecimento da indústria doméstica e a industrialização da agricultura, surge a necessidade de contratar operários assalariados a fim de suprir os serviços agrícolas. Tais serviços são temporários, sendo ocupado por filhos e filhas de camponeses, que buscam serviços acessórios em troca de um salário (KAUTSKY, 1980). Deste modo, o autor afirma que o camponês que antes trabalhava com sua família, passa a ser um trabalhador assalariado.

Para Kautsky (1980), uma possibilidade de evitar a proletarização do campesinato seria a inserção em cooperativas:

Compreendendo que só poderá salvar-se por intermédio da produção agrícola cooperativa, o camponês compreenderá também que uma produção desse gênero só se realizará onde e quando o proletariado tenha força de modificar a forma da sociedade no sentido dos seus interesses. Mas então ele será socialista. (KAUTSKY, 1980, p. 79).

Tanto Kautsky (1980), quanto Lênin (1985), discutem por caminhos diferentes, porém, ambos compreendem o desaparecimento do campesinato. Os autores avaliavam ainda que, os camponeses não tinham consciência de classe e não tinham competência de pensar e agir politicamente, conseqüentemente não contribuiriam para a revolução. A luta de classe pelos camponeses seria possível caso se tornassem proletariados. Conforme Fabrini (2002):

Assim, observa-se que a produção camponesa deveria ser superada, pois era compreendida como se não fosse importante e capaz de contribuir com a transformação social porque os camponeses não possuíam consciência coletiva, cabendo aos operários a realização da revolução. Aos camponeses, cabia seguir a orientação da classe revolucionária (operários), encarregados da sua salvação. (FABRINI, 2002, p. 49).

Luxemburgo (1970), será a precursora na discussão sobre as relações não capitalistas no contexto de acumulação de capital. Ou seja, para a autora, a acumulação do capital também se desenvolve por vias não capitalistas. Em sua obra *A acumulação do capital*, Luxemburgo (1970) entende que, o processo de acumulação do capital não ocorre de forma pacífica, o capital se apropria das relações não capitalistas de forma violenta.

Com a separação da agricultura e do artesanato e a eliminação das indústrias da economia rural, o capital impõe a economia de mercado e a concentração industrial.

Se o capitalismo vive das formações e das estruturas não capitalistas, vive mais precisamente da ruína dessas estruturas, e, se necessita de um meio não capitalista para a acumulação, necessita-o basicamente para realizar a acumulação, após tê-lo absorvido. (LUXEMBURGO, 1970, p. 363).

Para a autora, o capitalismo ao se expandir, utiliza das relações não capitalistas, seja expropriando indígenas e camponeses de seus territórios, ou utilizando dessas relações para a acumulação. Contudo, Luxemburgo (1970), ao dar o exemplo dos indígenas, afirma que essas sociedades resistem e lutam contra a violência do capital. Da mesma forma, a resistência ocorre com os camponeses.

Assim sendo, os autores marxistas apresentam diferentes interpretações sobre o desaparecimento ou não do campesinato. Lênin (1985), aponta para o caminho da desintegração e proletarização do campesinato. Kautsky (1980), demonstra a proletarização do camponês diante da industrialização da agricultura. Uma possibilidade da não proletarização seria a inserção em cooperativas, caso contrário o campesinato desapareceria. Já Luxemburgo (1970), faz a leitura do não desaparecimento do campesinato, pois a expansão do capitalismo se dá também por vias não capitalistas.

Os estudos de Rosa Luxemburgo serão significativos para autores como Martins (1981) e Oliveira (1996; 2007) compreenderem a questão agrária e o campesinato no Brasil. Para eles, o camponês não está fadado ao desaparecimento, pois o modo capitalista de produção é contraditório e se utiliza de relações não capitalistas para garantir sua acumulação.

Oliveira (2007) aponta que, o modo capitalista de produção é um processo contraditório, já que, o capitalismo não se desenvolve apenas na produção imediata, envolve-se também na circulação de mercadorias, assim como, na troca de mercadorias por dinheiro e vice-versa. Entretanto, como o processo do modo capitalista de produção é contraditório, a sua criação e recriação se dá também por vias não capitalistas de produção.

Quer dizer, como o capital não se expande mercantilizando todos os setores envolvidos nessa expansão (não implanta a um só tempo trabalho assalariado em todos os setores e lugares), ele tende, particularmente onde e quando a vanguarda dessa expansão capitalista está apenas no comércio, a desenvolver, em parte contraditoriamente, o

mesmo processo que se deu em sua acumulação primitiva. O capital lança mão da criação e recriação das relações não capitalistas de produção para realizar a produção não capitalista do capital. (OLIVEIRA, 2007, p. 20).

Conforme aponta Fabrini (2002), os estudos da questão agrária de Marx, no capitalismo inglês, consideravam o camponês um sujeito de fora do capitalismo. Nesse sentido, os estudos clássicos da economia política estavam voltados principalmente nas relações capitalistas. Entendendo o mundo da mercadoria como uniforme, o camponês não era considerado de dentro desse processo tipicamente capitalista. Segundo Fabrini (2002):

A teoria da racionalidade da mercadoria denuncia a irracionalidade do campesinato. A partir da racionalidade da mercadoria e da economia política, o campesinato foi considerado como de fora do modo de produção capitalista. Foi um entendimento de que no império do capitalismo mercantil/industrial não caberiam relações não tipicamente capitalistas (camponeses). Portanto, o campesinato era um estranho ao mundo da mercadoria. (FABRINI, 2002, p. 37).

Embora alguns estudos marxistas, exemplos de Kautsky (1980) e Lênin (1985), se pautem na perspectiva de que o campesinato é um sujeito de fora do processo capitalista, entende-se que o camponês está inserido nele, pois o capitalismo se articula contraditoriamente com as relações não capitalistas. O conflito no campo, o qual campesinato está envolvido, não acontece como na indústria, ou seja, o conflito no campo não envolve operários e burguesia, ou ainda operários agrícolas de um lado, burguesia rural/proprietários de terra de outro (FABRINI, 2002).

Desse modo, a questão agrária envolve relações mais complexas que nos remetem a uma interpretação mais profunda. “A complexa trama da questão e reprodução do campesinato como fração da classe trabalhadora do modo de produção capitalista remete a necessidade de interpretação da sua existência no contexto das lutas de resistência e as manifestações desenvolvidas por eles.” (FABRINI, 2002, p. 40-41).

Para Fabrini (2002), os camponeses não estão em conflito direto com a propriedade, mas sim quando o capitalista subordina na circulação da produção, levando ao caminho da expropriação. Em outras palavras, o conflito no campo não é no princípio da mercadoria e sim na renda que é entregue ao capitalista, seja da indústria, nos bancos ou comerciantes que se dá através da circulação de mercadorias.

Portanto, se os operários lutam contra a mais-valia, assim, também fazem os camponeses, que lutam contra aquilo que lhe oprime, ou seja, o modo de controle que exige a transferência da mais-valia (social) em forma de renda da terra. A revolta dos camponeses é contra a renda da terra (equivalente de mais-valia) transferida aos capitalistas, assim como o fazem os operários contra a mais-valia. (FABRINI, 2002, p. 42).

Assim como o operário, o camponês possui demandas próprias de luta, sendo, portanto, uma classe social. Nesta relação, o camponês também sofre com a exploração, porém, não de forma direta, através do assalariamento, mas sim pela sujeição da renda da terra ao capital (BOMBARDI, 2003). O trabalhador assalariado é dono de sua força de trabalho, diferente do camponês que pode ser dono de uma propriedade, porém, não faz dele um capitalista, pois não se objetiva o lucro e sim a reprodução de seu modo de vida, a sua sobrevivência e permanência no campo.

O campesinato se reproduz de forma contraditória no modo de produção capitalista, já que ele faz parte desse processo. Bombardi (2003) chama atenção que, é justamente o trabalho familiar do camponês que irá possibilitar sua reprodução, fazendo com que esteja inserido no mercado, uma vez que, sua reprodução não se dá isoladamente.

Embora capitalistas e camponeses estejam inseridos no mesmo processo, a forma de produzir se dá por princípios opostos, ou seja, a produção na propriedade capitalista é diferente da camponesa. Na propriedade capitalista se constitui a partir da fórmula $D-M-D'$, em que os investimentos em dinheiro têm por objetivo produzir mercadorias para no final do ciclo, obter mais dinheiro do que investido no começo. Enquanto que, na propriedade camponesa ocorre o inverso: $M-D-M$, ou seja, a produção de mercadorias é para gerar dinheiro, o qual lhe permitirá adquirir outras mercadorias, não há objetivo de gerar lucro.

Bombardi (2003), discute ainda a questão da ordem moral camponesa, sendo uma visão que vai além da discussão da inserção do campesinato ao mercado. Sabe-se que, o camponês não está fora deste processo, porém, suas relações são distintas da ordem econômica imposta pela sociedade do mercado. Trata-se de uma lógica calcada no direito das pessoas e não das coisas. Em outras palavras, a forma como o camponês se organiza rotineiramente se dá a partir de um universo diferenciado, em que se valoriza as relações entre as pessoas. Ou seja,

Trata-se, portanto, de um outro universo de valores, completamente diverso do nosso, os laços de solidariedade são extremos, a vida é tecida com a vida dos outros, vizinhos e parentes, todos conhecem o que está

acontecendo com os demais. A ideia do indivíduo com uma ‘vida pessoal’ inexistente. Se por um lado, muitas vezes as contendas familiares não são incomuns, por outro, a ideia de corresponsabilidade é extrema, a dificuldade de outrem é encarada como sendo a própria dificuldade. (BOMBARDI, 2003, p. 112).

Os camponeses possuem sua própria organização, tanto na produção, nos horários de trabalho, na política, no seu modo de vida em geral. Tavares dos Santos (1978), mostra algumas características deste universo, uma delas é a *força de trabalho familiar*, representado pelo pai, mãe, crianças e idosos. O pai é o responsável por todas as tarefas produtivas. Já a mulher tem um papel redobrado nas tarefas, pois participa das decisões familiares, nas tarefas domésticas e nas tarefas produtivas da roça. Os idosos trabalham na produção do autoconsumo, bem como as crianças, que também trabalham nos serviços de autoconsumo e mercantis, além disso, seu trabalho é por meio período, já que frequentam a escola. Nessa relação, ocorre a *socialização do camponês*, por meio do ensinamento às crianças da família, com práticas e ensinamentos na divisão de tarefas familiares. Desse modo, o trabalho passa a fazer parte de seu mundo, compreendendo sua importância, como meio de sobrevivência (TAVARES DOS SANTOS, 1978).

A força de trabalho familiar se expande através da *ajuda mútua*, também chamada de “mutirão” ou “puxirão”, que nada mais é que, toda uma comunidade, ou vizinhos reúnem-se no auxílio para realizar o trabalho o qual está demandando naquele momento, seja no ciclo de colheita, por doença na família, ou momentos de estragos devido às forças da natureza, executando assim, o serviço necessário. Ao final do “mutirão”, geralmente realiza-se um almoço, ou festa a fim de agradecer pela ajuda dos vizinhos.

O *trabalho acessório* camponês é outro elemento que Tavares dos Santos (1978) expõe, sendo o momento em que o camponês trabalha via assalariamento, em uma determinada produção, como serviços de empreita, trabalho em construções de casas, entre outros, ganhando através da jornada de trabalho. Geralmente é liberado um membro da família para trabalhar temporariamente durante o período. Neste caso, o camponês migra para outras regiões, em áreas rurais ou urbanas, propriedades camponesas ou não. No entanto, não quer dizer que deixou de ser camponês e se tornou um trabalhador assalariado, conforme Tavares dos Santos (1978) assinala:

Não aceitam ser trabalhadores expropriados e sujeitos a um proprietário, mas admitem o trabalho acessório que não implica a perda de sua condição camponesa, também não lhes escapando que, além de suplementar monetariamente o rendimento insuficiente, a atividade acessória funciona como aprendizagem antecipada da condição de

proletário, característica particularmente valiosa aos filhos que desde há algum tempo migram para as cidades. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 39).

O assalariamento existe no meio rural, na maioria das vezes, é executado pelo camponês que não possui os meios de produção, trabalhando assim na terra de outrem, geralmente em grandes fazendas. No entanto, mesmo o camponês possuindo os meios de produção, poderá contratar a força de *trabalho assalariada*, o qual dependerá puramente de cada situação familiar, principalmente no que se refira ao número de pessoas que estejam em condições de trabalhar em serviços pesados. Desse modo, contrata-se o “jornaleiro”, que irá executar o serviço e em troca receber um salário por jornada. Vale destacar que, na maioria das vezes, este “jornaleiro” é um camponês que está ali trabalhando para complementar sua renda familiar, aproveitando o período em que não há serviço em sua propriedade (TAVARES DOS SANTOS, 1978).

Tanto o trabalho acessório, quanto o trabalho assalariado, ocorrem de forma distinta do processo de relação entre trabalhador assalariado e capitalista em uma fábrica. Em outras palavras, conforme Tavares dos Santos (1978), o camponês contratado também poderá possuir os meios de produção, ou seja, a sua propriedade. Ao mesmo tempo, este sujeito, como forma de auxílio na renda familiar, também busca um trabalho à parte. Da parte do contratante, também será a partir da necessidade familiar daquele momento, em que precisa de mais “braços” em um determinado período do processo produtivo. Assim:

Resulta desse processo que na unidade produtiva camponesa não se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força de trabalho assalariada para se reproduzir em escala ampliada. Em outros termos, não se verifica o desenvolvimento do capital enquanto relação social entre as pessoas envolvidas no processo de trabalho camponês. Ao contrário, a forma salário ocorre no interior da produção camponesa em função do ciclo da existência da família. Nesse sentido, a soma de dinheiro gasta no pagamento de salários aparece como redução do rendimento familiar. (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 43).

A propriedade camponesa está inserida no processo capitalista, sendo que, a terra é equivalente de mercadoria (TAVARES DOS SANTOS, 1978). Assim, a *propriedade da terra* é outro elemento que está interligado com a produção camponesa. Apesar da propriedade ser privada, a forma como se dá a produção se diferencia do capitalista, chamada por Martins (1981) de *terra de trabalho* (camponeses) e *terra de negócio* (capitalistas). Além da propriedade, os camponeses possuem a *propriedade dos meios de*

produção, ou seja, seus instrumentos de trabalho, utilizados frequentemente, como enxada, arado, trator, foice, entre outros.

Relacionado à produção camponesa está a *jornada de trabalho*, o qual irá depender da época do ano. Assim, em alguns momentos, o trabalho da família camponesa será mais intenso, já em outros períodos, a jornada diminui, intermediando outros tipos de tarefa, como no autoconsumo ou reformas na propriedade, ou ainda os momentos de lazer.

Os elementos destacados até aqui não são uma regra em todas as propriedades camponesas, pois cada região e cada família possui sua peculiaridade. Muitos destes elementos estão ainda presentes, principalmente no que se refere à produção do trabalho familiar, contrariando conceitos de que a produção camponesa desapareceu, pois, seu modo de vida ainda está presente em suas práticas rotineiras. Assim, a discussão de Shanin (2008) é pertinente:

A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece. Por isso, sob certas condições, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não-camponesas. Os membros da família e o modelo familiar básico de bem-estar econômico estão envolvidos de forma particular num sistema de uso do trabalho que não é trabalho assalariado, mas trabalho familiar. Daí sua capacidade para resolver problemas que outros tipos de economia não resolveriam de uma maneira tão eficaz e pouco dispendiosa. (SHANIN, 2008, p. 27).

A família camponesa possui um caráter de adaptação, com o intuito de buscar estratégias de sobrevivência, principalmente em momentos de crise, reproduzindo seu modo de vida (SHANIN, 2008). Na atividade sericícola, por exemplo, o bicho-da-seda é uma das alternativas encontrada pelos camponeses para se manter no campo. Porém, é um caminho contraditório, porque nos sistemas de integração, a “parceria” é vantajosa para o capital industrial. No entanto, não é somente o bicho-da-seda a garantia de sua permanência, pois há outros cultivos e atividades que se complementam neste processo.

Entretanto, autores como Abramovay (1992), o qual será discutido mais adiante, alegam que os costumes camponeses são atrasados ou ultrapassados, dando lugar à agricultura familiar. Assim concordamos com Bombardi (2003):

Entretanto, é inútil tentar enxergar neles uma visão empresarial, quando todo o universo de valores camponês está imerso numa concepção holística de mundo. A visão empresarial, que os teóricos da agricultura familiar acreditam que os ‘agricultores familiares’ têm é avessa à lógica

moral camponesa. Muito embora parte do campesinato esteja altamente ‘tecnificado’, como é o caso dos camponeses do Bairro Reforma agrária, e com acesso aos mais variados objetos de consumo urbano, a lógica que lhes preside a vida não é a lógica da sociedade de mercado. (BOMBARDI, 2003, p.113).

O conceito de agricultura familiar, conforme Fernandes (2008), calcado no paradigma do *Capitalismo Agrário*, surgiu na década de 1990, sendo Ricardo Abramovay (1992) um dos principais autores que traz o debate para o meio acadêmico. Nesta vertente, discute-se a não sobrevivência do campesinato e seu modo de vida, em meio ao avanço do desenvolvimento capitalista e as novas relações com o mercado (FERNANDES, 2008). O objetivo do termo agricultura familiar, era desconstruir termos que relacionavam a “pequena produção”, “produção de subsistência” e até mesmo “produção camponesa”, pois carregavam noções de que essa agricultura estava ultrapassada, atrasada, e que tinha pouca eficiência (SAUER, 2008).

O termo agricultura familiar surge no contexto da “modernização da agricultura”, relacionada à Revolução Verde, em que se incorpora o uso de tecnologias no campo (SAUER, 2008). Nesse sentido, a intenção das mudanças no campo e a inserção de novos termos, tem por objetivo diferenciar o agronegócio de setores ditos “atrasados”.

Uma das possibilidades de sobrevivência dos camponeses, conforme esta corrente, seria sua adequação ao novo modelo capitalista, tornando-se assim, um *agricultor familiar*. Na visão de Abramovay (1992), o problema não estaria no capitalismo e seu desenvolvimento, mas sim, na não adequação do camponês. Porém, em concordância com Fernandes (2008), a partir do paradigma da *Questão Agrária*, que o campesinato resiste às amarras do capital, recriando-se a partir das novas realidades.

O termo agricultura familiar também foi inserido por movimentos, como o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR), a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), em 1995. Na mesma década foi criada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), entre outros sindicatos e organizações. A discussão da inserção do termo Agricultura Familiar ocorreu no 6º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), em 1995. É preciso salientar que, esta discussão de se usar ou não o termo agricultura familiar não foi tranquila entre os movimentos (SAUER, 2008). Nesse sentido, movimentos ligados à Via Campesina, permanecem utilizando o termo *camponês*, exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimentos dos Atingidos por Barragem (MAB), entre outros.

Essa relação entre os movimentos mostra que, os camponeses possuem uma visão política de sua realidade, contrariando a tese de que são sujeitos apolíticos e atrasados.

A discussão do paradigma do Capitalismo Agrário, irá se ampliar nas políticas públicas no governo de Fernando Henrique Cardoso, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Novo Mundo Rural, Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), entre outros (FERNANDES, 2008).

No paradigma do capitalismo agrário, o qual Fernandes (2008) problematiza, parte-se da ideia de que todos são agricultores familiares, todos devem se enquadrar numa lógica empresarial. Assim, a compreensão de Bombardi (2003) é pertinente:

Esta visão de agricultura familiar, assentada na ideia de que estes já não são camponeses – e que, portanto, podem e devem até mesmo desenvolver outras atividades que não agrícolas - posto que estão imensamente envolvidos com o mercado, tem duas implicações que considero extremamente sérias, sobretudo se considerarmos o peso que esta concepção tem tido no direcionamento das políticas públicas no Brasil. A primeira questão é que esta visão negligencia toda uma ordem de valores que se inserem no plano moral e, que, a despeito da integração destes camponeses no mercado, orienta-lhes a prática, a vida cotidiana e as relações que estabelecem com a sociedade global [...]. A segunda implicação está no fato de que esta abordagem não comporta uma explicação para os movimentos sociais no campo que luta pela reforma agrária. (BOMBARDI, 2003, p. 115).

Este debate do paradigma do capitalismo agrário, levaria ao entendimento de que, os sericicultores de Diamante do Sul são agricultores familiares, exatamente por estarem integrados ao processo de produção, pois sua matéria-prima, o qual transforma-se em fio de seda, tem relação direta com o mercado internacional. No entanto, discorda-se dessa afirmação, porque o campesinato está diretamente inserido ao modo de produção capitalista e, portanto, ao mercado. Ou seja, não é um sujeito de fora deste processo, essa relação ocorre como possibilidade contraditória de se recriar e permanecer no campo.

Sendo assim, a análise e discussão das diversas correntes feitas até aqui, leva ao entendimento que, o campesinato possui autonomia para se recriar, mesmo que de forma contraditória. Como classe social, há elementos próprios de luta, que se articulam na organização familiar, na produção e na sua organização política. Em outras palavras, a família camponesa luta pela manutenção de sua existência, mostrando que não estão fadados ao desaparecimento.

A partir da compreensão de que o campesinato é uma classe social, que está inserido no modo de produção capitalista e que possui suas próprias formas de luta, buscase na sequência, analisar a questão agrária brasileira e as relações contraditórias do campesinato que se estabelecem neste processo.

2.2 A agricultura capitalista brasileira e a reprodução contraditória do campesinato

Historicamente, o campo brasileiro é marcado pelo impedimento de acesso à terra, por indígenas, escravos e camponeses, os quais sempre foram expulsos de forma violenta de seus territórios. Assim, a terra no Brasil, factualmente foi e é monopolizada pela classe latifundiária, ou seja, pelos grandes fazendeiros. Esse processo auxilia na compreensão da desigualdade no campo e ainda, na realidade do campesinato.

No regime escravocrata, a terra não era mercadoria e sim, uma concessão da coroa para o uso através das sesmarias. Somente em 1850, com o fim do tráfico de escravos e com a Lei de Terras, é que a terra passa a ser acessível através da compra (MARTINS, 2004). Porém, o acesso não era igual para todos, mas sim para os grandes fazendeiros, o qual sua mercadoria mais valiosa passa a ser a terra e não mais, exclusivamente o escravo, no entanto, vale lembrar que, somente em 1888 irá ocorrer a abolição da escravidão.

Além de excluir escravos e imigrantes da compra de terras, os latifundiários por vezes não seguiam a Lei, pois neste período é que se intensifica a grilagem de terras, ou seja, a falsificação de títulos de propriedades, fato executado e legitimado por cartórios oficiais. No entanto, a concentração de terras já existia no período anterior à 1850, portanto, apenas se valida as desigualdades e contradições existentes no campo brasileiro. Martins (2004) revela que:

Tais procedimentos, porém, eram geralmente inacessíveis ao antigo escravo e ao imigrante, seja por ignorância das praxes escusas seja por falta de recursos financeiros para cobrir despesas judiciais e subornar autoridades (essas despesas eram provavelmente ínfimas em relação à extensão e ao valor potencial das terras griladas, mas eram também desproporcionais aos ganhos do trabalhador sem recursos). (MARTINS, 2004, p. 29).

Surge uma nova forma de trabalho, com a mão de obra dos imigrantes europeus, através do regime de colonato. Esse trabalhador era livre, o pagamento feito pelo fazendeiro não era por salário, mas por pagamento fixo na produção de café e outro proporcional pela colheita do café. A questão importante do regime de colonato era que,

os camponeses imigrantes poderiam produzir outros tipos de alimentos para seu autoconsumo e vender o excedente.

Assim como era no colonato, Oliveira (1996) explica que utilizando as relações não capitalistas de produção, o fazendeiro poupa os investimentos em mão de obra. Nos arrendamentos, o fazendeiro apenas entra com a terra e o camponês, este sem-terra ou com pouca terra, faz todo o trabalho na produção. Depois da colheita, entrega ao fazendeiro parte da produção ou parte em dinheiro no qual foi vendido a safra. Diante disso, o fazendeiro não pagou nenhum salário ao camponês por todo o trabalho feito na fazenda. Além de ficar com parte da produção e ter cobrado a renda por ceder a terra.

Além do mais, foi no regime de colonato que o fazendeiro adotou o argumento da “*ideologia da noção de trabalho*”, explicada por Martins (2004), como uma ideia produzida pela burguesia, a fim de convencer o colono imigrante a trabalhar nas fazendas de café. Dessa forma, o camponês trabalharia arduamente por um período, até possuir recursos e ter a “conquista” como proprietário de sua própria terra.

Assim, é no regime do colonato que se produzia a partir de relações não capitalistas de produção, além de todo o processo no cafezal, os camponeses produziam outros cultivos para o autoconsumo, além da venda de excedentes. Vicini (2019), com base em Martins (2010), contribui na compreensão sobre o colonato:

Ou seja, o regime de colonato foi uma produção capitalista realizada pelo capitalismo baseado em relações não capitalistas de produção. Este fato é de extrema importância para a compreensão da questão agrária brasileira, uma vez que o desenvolvimento do capitalismo através de relações não capitalistas de produção é um componente da questão agrária, pois possibilita a subordinação da produção camponesa ao capital, que utiliza dos elementos não capitalistas do camponês, como o próprio trabalho familiar para canalizar a renda da terra camponesa [...] (VICINI, 2019, p. 35).

Neste debate, Vicini (2019) aponta que, o regime do colonato, baseado em relações não capitalistas de produção foi fundamental para a expansão do capitalismo, sendo os imigrantes a alternativa encontrada após a abolição da escravatura. No entanto, os camponeses cultivavam em pedaços de terra nas fazendas de café como forma de autoconsumo, tendo uma dupla jornada, de modo que trabalhavam para o fazendeiro e para si (VICINI, 2019).

Aqui é importante destacar as contradições do capital e a resistência da classe camponesa, pois conforme Martins (2004), se os camponeses apenas tivessem o

assalariamento, dificilmente teriam sobrevivido. Portanto, o colonato foi uma forma do capitalismo utilizar relações não capitalistas, de modo a explorar para assim se expandir no campo.

Sendo assim, é ponto chave desta contextualização teórica a produção capitalista assentada em relações não capitalistas de produção, isso porque é dessa forma que o capital se desenvolve no campo, sobretudo, consegue assim, subordinar o campesinato, instaurando esta contradição de mediar à reprodução capitalistas de relações que não podem ser julgadas como capitalistas. (VICINI, 2019, p. 38).

Nesse sentido, a partir do exemplo do regime do colonato, se compreende como o capitalismo age no campo brasileiro, sob relações capitalistas e não capitalistas, de modo que, o capital encontra um meio de explorar os camponeses. Essa relação persiste até o momento na realidade camponesa, um dos exemplos é no sistema integrado, o qual é o foco deste estudo.

No entanto, a questão agrária possui várias contradições, pois embora o capitalismo utilize da renda da terra a partir da subordinação camponesa, o campesinato possui um histórico das lutas e resistências no campo. Assim, Fernandes (2004) utiliza o conceito de conflitualidade, existindo dois lados distintos, de um lado o capitalismo, por meio da territorialização do capital, de outro, o campesinato, o qual é desterritorializado e reterritorializado através do conflito.

Fernandes (2008), aponta ainda que conflitualidade e desenvolvimento andam juntas, transformando territórios, modificando o mapa da geografia agrária. Conflitualidade e desenvolvimento são elementos que existem há décadas, porém foram tratados separadamente, dificultando a compreensão da questão agrária. “O capital se realiza desenvolvendo a sua própria relação social, destruindo o campesinato, mas também se desenvolve na criação e na recriação do campesinato.” (FERNANDES, 2008, p. 7). E por essa razão é que o capitalismo no campo se torna contraditório.

A relação capitalista se realiza em si mesma e pela reprodução de suas contradições. Esta é a marca de seu poder, cuja capacidade extraordinária de superação tem como fundamento o *controle político* das relações econômicas. O *controle político* é explicitado pelas regras que regem o mercado, construídos a partir da lógica do capital. Desse modo, o mercado torna-se território do capital. Essas regras são determinadas por lei, a partir de princípios que representam interesses de uma classe, e são votadas no Congresso Nacional pela maior parte dos parlamentares eleitos democraticamente. Assim, os capitalistas, também denominados *ruralistas*, procuram sempre que possível deslocar as políticas relativas à questão agrária para o mercado. (FERNANDES, 2008, p. 7, grifos do autor).

Para além do conflito que se dá diretamente por meio das ocupações de terras, ao se cortar as cercas, montar acampamentos, entre outras formas de resistência camponesa, há também conflitos mais “silenciosos”, que também são formas de resistir às amarras do capital. Mesmo que esta resistência ocorra de forma contraditória, como no caso dos camponeses sericicultores, inseridos através da “parceria” pelas integradoras, ainda assim é uma forma de recriação e manutenção do modo de vida. Dito de outro modo, é uma forma de resistir para existir, nesse sentido, no próximo item, aborda-se como ocorre a monopolização do território camponês pelo capital no interior dos sistemas de integração, vinculados com o bicho-da-seda em Diamante do Sul.

2.3 Os sistemas de integração e a monopolização do território camponês pelo capital

Primeiramente se faz necessário esclarecer que nas relações capitalistas, o trabalho é que produz valor, ou seja, produz riqueza. O que irá determinar o valor das mercadorias é o tempo de trabalho necessário para produzir determinada mercadoria. Nesse sentido, o trabalhador é livre, exceto de sua força de trabalho, o qual também é uma mercadoria, que será vendido em troca de um salário. Martins (1981) esclarece que:

Por tudo isso é que a relação social capitalista é uma relação ao mesmo tempo, aparentemente igual entre pessoas iguais, mas que produz resultados econômicos profundamente desiguais entre si, que são o salário e o lucro (o valor a mais criado pelo trabalhador e que não fica com ele, a chamada mais-valia, personificados por pessoas de fato desiguais, que são o trabalhador e o capitalista. (MARTINS, 1981, p. 155).

Porém, ao discutir a questão agrária, observa-se que, a terra não é capital, ou seja, não tem valor, pois não é produto do trabalho humano, é um bem natural. A terra possui renda, e por este motivo o capitalista, ao se apropriar da terra, paga uma renda ao proprietário. “O capital se apropria do trabalho, também pode se apropriar da terra. O capitalista paga um salário para se apropriar da força de trabalho do trabalhador, também precisa pagar uma renda para se apropriar da terra”. (MARTINS, 1981, p. 160).

A contradição que Martins (1981) revela é o pagamento que o capitalista precisa realizar para utilizar a terra, imobilizando parte de seu capital, pois este pagamento é o preço para remover o obstáculo e se apropriar da terra. Além disso, o capitalista terá que investir em ferramentas, insumos e força de trabalho.

A tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz. Só não poderá fazê-lo se diante dele se levantar um obstáculo que o impeça de circular e dominar livremente, que o impeça de ir adiante. A terra é esse obstáculo. Sem a licença do proprietário da terra, o capital não poderá subordinar a agricultura. Como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa por essa transformação, adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser alugada. A licença para a exploração capitalista da terra depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda da terra. (MARTINS, 1981, p. 160-161).

Para Martins (1981), a renda da terra representa uma irracionalidade do capital, exatamente por imobilizar parte deste capital no momento do pagamento da renda. Entretanto, não significa que há impedimento do mesmo se apropriar e se expandir na terra, através da subordinação da propriedade fundiária.

A subordinação da propriedade fundiária ao capital ocorre justamente para que ela produza sob o domínio e conforme os pressupostos do capital. A apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital. A terra assim apropriada opera como se fosse capital, ela se torna equivalente de capital e, para o capitalista, obedece a critérios que ele basicamente leva em conta em relação aos outros instrumentos possuídos pelo capital. Ainda assim, o fato de que a terra pareça, socialmente, capital não faz dela, efetivamente, capital. (MARTINS, 1981, p. 162).

Além disso, o capitalista pode, efetivamente, comprar a propriedade a fim de adquiri-la como reserva de valor, fazendo com que haja a unificação de capitalista e proprietário de terra. Martins (1981), refere-se que este capitalista está comprando a renda da terra, ou seja, o direito de obter uma parte da mais-valia social. Assim:

Quando o proprietário diz que a sua terra está ‘valorizando’ ele denuncia exatamente o caráter irracional da propriedade fundiária: como pode a terra valorizar-se se ela permanece improdutiva, se ela não incorpora trabalho, se ela não devolve produtos? Isso só pode acontecer se o trabalho que valoriza a propriedade não precisa ser feito necessariamente na propriedade. À medida que cresce a necessidade de frutos da terra para alimentar o povo, à medida que a terra já trabalhada é insuficiente para atender essa necessidade, o valor da terra cresce – a sociedade estará disposta a repartir com os proprietários uma parte crescente da sua riqueza para que os alimentos sejam produzidos. (MARTINS, 1981, p. 166).

Como dito por Martins (1981), a renda da terra, comprada pelo capitalista, é a renda paga por toda a sociedade. Porém, em outros casos, o capital subverte esta ordem (de necessidade de compra da terra), seja pela grilagem de terras públicas, seja pelo acesso a um conjunto amplo de benefícios públicos ou privados, como financiamentos, construção de estradas, entre outros, possibilitando assim, a expansão de sua renda.

No entanto, nem sempre o capitalista será o proprietário da terra, junto com o pagamento via assalariamento. Em outras palavras, não é uma regra a unificação de proprietário e capitalista. Nesse sentido, o capitalista é um sujeito e o proprietário é outro, mas cria condições para extrair a renda, onde aparentemente não existe (MARTINS, 1981), como no caso das pequenas propriedades camponesas.

Onde o capital não pode tornar-se proprietário real da terra para extrair juntos o lucro e a renda, ele se assegura o direito de extrair a renda. Ele não opera no sentido de separar o proprietário e o capitalista, mas no sentido de juntá-los. Por isso começa estabelecendo a dependência do produtor em relação ao crédito bancário, em relação aos intermediários, etc. [...] O que hoje acontece com a pequena lavoura de base familiar é que o produtor está sempre endividado com o banco, a sua propriedade sempre comprometida como garantia de empréstimos para investimento e sobretudo para custeio de lavouras. (MARTINS, 1981, p. 176).

Além do endividamento nos bancos, existem outras formas que o capital se apropria da renda camponesa, como o preço estabelecido pelas indústrias nos insumos, máquinas, a ação do capital financeiro, entre outros (PAULINO, 2003).

Outra forma do capitalismo se apropriar da renda camponesa, é explicado por dois conceitos trabalhados por Oliveira (1996), os quais são fundamentais para o entendimento do desenvolvimento contraditório do capital nas propriedades camponesas. Trata-se da *territorialização do capital* e da *monopolização do território*. O primeiro se dá pela unificação entre indústria e agricultura. Assim, o capitalista torna-se latifundiário, a exemplo das indústrias de açúcar e álcool. Em outras palavras, capitalista e proprietário de terra tornam-se uma só pessoa.

Neste primeiro caso, utiliza-se o trabalho assalariado, o qual será predominante nas grandes e médias propriedades, enquanto que nas pequenas propriedades se desenvolve o trabalho familiar (OLIVEIRA, 1996).

Oliveira (2016) também tem debatido sobre o conceito da *territorialização dos monopólios*. Em sua obra “A mundialização da agricultura brasileira” (2016), ressalta sobre os monopólios que atuam em três setores: no controle da propriedade da terra; no

processo produtivo no campo bem como, em todo o processamento industrial da produção agropecuária e florestal. Ou seja, o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial são a mesma pessoa física e jurídica (OLIVEIRA, 2016).

Assim, o processo de territorialização do monopólio nasce simultaneamente, do controle da produção imediata da circulação. E, deriva da especificidade técnica desses dois setores: o sucroenergético e o de celulose, papel e madeira plantada. Esta especificidade tem a ver com os setores que operam com matéria-prima cujo peso elevado, atua como fator limitante da distância entre a área de produção e a unidade industrial de processamento. Isto quer dizer, que os custos com o frete da matéria-prima limitam a área de plantio. (OLIVEIRA, 2016, p. 128).

Oliveira (2016), explica que a territorialização dos monopólios nos setores da cana-de-açúcar e celulose tem relação entre capital nacional e estrangeiro. No entanto, há outros exemplos que o autor aponta, como no setor de grãos, que também possuem aliança entre a burguesia nacional e internacional. Assim, as novas empresas nacionais de grãos se articulam com o capital mundial, de modo que, essas empresas passam a atuar no mercado de terras, no mercado da propriedade para produção e na produção em si e ainda na comercialização, formando grandes corporações neste setor (OLIVEIRA, 2016).

Como visto, na territorialização do capital e na territorialização dos monopólios, os sujeitos são um só. Já na monopolização do território, capitalista e proprietário de terra são sujeitos diferentes. Há casos em que o proprietário vive da renda paga pelo aluguel da terra, enquanto que, uma terceira pessoa, ou seja, o camponês rendeiro é quem vai produzir na terra com sua família (OLIVEIRA, 1996). Neste caso, o capital não precisa territorializar-se na terra camponesa, em outras palavras, não precisa expropriar o camponês, o capital monopoliza o território através da *sujeição da renda da terra*. “Nesses casos o capitalista não imobiliza dinheiro na compra da terra, ele não territorializa-se. O camponês continua dono da terra e o capitalista, por sua vez, sujeita a renda da terra por meio da monopolização do território.” (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 45).

Paulino (2003) destaca que, a produção que define a monopolização do território pelo capital se dá no interior das relações não tipicamente capitalistas, ou seja, através da riqueza gerada pelo trabalho dos camponeses. Esta relação mostra a contradição do capital, pois ao mesmo tempo, os camponeses controlam sua força de trabalho e os meios de produção, se diferenciando da classe dos operários (PAULINO, 2003).

Nesse sentido, os sistemas de integração, como nas indústrias do fumo, frango, e no caso da nossa pesquisa: o bicho-da-seda, o capital industrial além de financiar insumos, possui diversas regras que os camponeses devem cumprir em todo o processo de cultivo, criando uma dependência com a empresa. No entanto, os camponeses ainda possuem o domínio de seu território, ou seja, a sua propriedade.

Conforme Paulino (2003), a integração é um caminho para o capital definir os preços da matéria-prima, ou seja, é através da sujeição da renda da terra que se está apropriando o trabalho da produção camponesa.

Os camponeses, nos sistemas de integração, na maioria dos casos, permanecem com seus meios de produção, como a propriedade. Além de possuírem uma dinâmica de trabalho que se pauta na divisão de tarefas entre os membros da família (PAULINO, 2003).

Aos camponeses, o caráter familiar da exploração impõe outro ritmo. Em se tratando de famílias nucleares, à força de trabalho do chefe da família é somada a da esposa e dos filhos, cuja intensidade também varia de acordo com a conjuntura. Por outro lado, há casos em que a unidade reúne várias famílias constituídas com o casamento dos filhos, que juntas ou separadamente dividem a utilização produtiva do sítio. Dessa maneira, indivíduos nas mais diferentes condições de força física e vitalidade têm um papel produtivo a desempenhar. (PAULINO, 2003, p. 114).

No interior da dinâmica familiar camponesa, observa-se a sua reprodução social, a qual se difere das normas capitalistas, em que os camponeses têm sua própria forma de organização no trabalho da família. Diferente do que ocorre com os operários, sendo trabalhadores individuais, os quais não possuem os meios de produção, apenas sua força de trabalho.

Na sericicultura, por exemplo, há também seu próprio ritmo, como o trabalho é majoritariamente manual, precisa de um cuidado constante pela família camponesa. Conforme avance o estágio das larvas, irá aumentar o ritmo de atividades, principalmente nas últimas etapas. Assim:

Entre as atividades desenvolvidas na área pesquisada, a sericicultura é, sem sombra de dúvida, a que mais requer cuidados diferenciados, considerando a cadência que extrapola o ritmo habitual das atividades no campo, regidas pela luz do sol. Isso porque o dormir e o acordar dos bichos-da-seda se articulam num ciclo completamente alheio à alternância das noites e dias. Em suma, esses insetos regem, quase que

nesse compasso, toda a rotina das famílias que os criam. (PAULINO, 2003, p. 149).

Paulino (2003), destaca que, caso esta atividade ocorresse mediante ao assalariamento, o preço da matéria-prima subiria, logo, a renda obtida na atividade seria maior, considerando os cuidados que a sericicultura requer, somadas com os adicionais noturno. Por essa razão que, nos sistemas de integração, torna-se mais vantajoso a sujeição da renda terra dos camponeses, do que via assalariamento. No caso da Bratac, evidencia-se o auto poder de monopólio, por ser a única indústria da seda no Brasil, a qual se apropria da riqueza produzida pelas famílias camponesas, sem necessariamente se territorializar.

A Bratac se apropria da riqueza produzida pelas famílias camponesas de Diamante do Sul, no entanto, apesar da subordinação, os sericultores possuem sua autonomia, ou seja, não estão totalmente dependentes da empresa integradora, visto que, há possibilidades de recriação:

A nosso ver, o mais apropriado é buscar na dinâmica produtiva as possibilidades da recriação. A recriação a que nos referimos propõe exatamente contemplar as estratégias a que recorre a classe camponesa, renovadas sempre que as condições mantenedoras de sua autonomia se desintegram, e sabemos o quanto elas são recorrentes. (PAULINO, 2003, p. 158).

As formas de recriação camponesas no interior dos sistemas de integração, no caso da Bratac, se dão de forma contraditória. Uma delas pode ser apontada na sua propriedade, ou seja, seu território continua sob seu domínio. Desse modo, os camponeses, tem a autonomia de sair da produção do bicho-da-seda, buscando outras opções. Além disso, há outros cultivos e um conjunto de trabalhos realizados pela família camponesa, para além da sericicultura. Portanto, através de um conjunto de práticas mais silenciosas, os quais complementam-se na sua produção, evidencia-se a resistência contraditória camponesa na luta pela permanência no campo.

Desse modo, no capítulo a seguir, será debatido sobre o sistema integrado da sericicultura a partir das entrevistas realizadas em Diamante do Sul, de forma a aprofundar a análise do processo contraditório que se relaciona entre a recriação camponesa e a subordinação da renda da terra.

CAPÍTULO III

RESISTÊNCIA E SUBORDINAÇÃO: A RECRIAÇÃO CONTRADITÓRIA DO CAMPEPINATO NO SISTEMA INTEGRADO DA SERICICULTURA EM DIAMANTE DO SUL

Neste capítulo busca-se aprofundar as análises sobre os camponeses sericicultores de Diamante do Sul a partir da pesquisa, dados e informações empíricas, analisando como a monopolização do território e a subordinação se inserem nas propriedades camponesas.

Nesta etapa analisa-se cada estágio do ciclo do bicho-da-seda, compreendendo que a indústria monopolista controla parte do território do campesinato, ditando regras e principalmente subordinando o fruto de seu trabalho. No entanto, embora haja a subordinação do território camponês através do sistema integrado da sericultura, há um conjunto de atividades rotineiras, os quais são característicos do modo de vida camponês. As práticas voltadas ao autoconsumo são exemplos dos mais importantes como forma de recriação camponesa, as quais se interligam neste processo contraditório para a permanência no campo.

3.1 As etapas de produção no ciclo do bicho-da-seda e o trabalho familiar camponês

O processo de produção em torno do ciclo do bicho-da-seda é fundamental para entender a fundo a relação da família camponesa com a indústria capitalista. Para isso, as falas dos camponeses são de extrema importância no debate e na compreensão da subordinação do sistema integrado na sericultura. Nelas é possível identificar resistências (embora contraditórias), da família camponesa em meio à subordinação.

Importante lembrar que o camponês e sua família são os responsáveis por todas as etapas de produção, sendo que, a maior parte do trabalho é manual, além do cuidado constante em torno do ciclo. No entanto, quem irá se apropriar do fruto do trabalho dos camponeses é a empresa responsável, vinculado ao sistema de integração por meio de contrato. Se este processo fosse via trabalho assalariado, significaria mais gasto à empresa integradora, uma vez que, todo o trabalho da família camponesa acarretaria horas extras, adicional noturno, férias, entre outros direitos trabalhistas, bem como, aumentaria o preço da matéria-prima (PAULINO, 2012).

Como visto, a Bratac é a única indústria de seda no Brasil, o que evidencia o monopólio do capital sobre o território. Ou seja, há momentos que o capital não está

expropriando de fato o camponês, mas está subordinando a produção deste à indústria (ROOS, 2015). Em outras palavras, a terra continua sendo do camponês, mas há um processo contraditório de subordinação visto nos sistemas de integração.

Na integração da sericicultura, o camponês irá cuidar do bicho-da-seda a partir da terceira idade. Porém, o ciclo geral totaliza entre 30 e 34 dias, inicia-se quando a mariposa põe os ovos e pós a eclosão, em seu período de crescimento, a lagarta passa por 5 idades e faz a troca de pele quatro vezes (EMATER, 1996). Na primeira e segunda idade as lagartas ficam nas chamadas “chocadeiras”, sendo um local da indústria onde ocorre a alimentação e manutenção da espécie.

A lagarta recém-nascida é chamada de “bicho formiga”, nesta fase seu corpo é de coloração preta, coberto por pelos curtos. Passados dois dias, a lagarta cresce e ocorre a queda dos pelos (EMATER, 1996). Desde o seu nascimento já começa a se alimentar, após três ou quatro dias, para de se alimentar e dorme, será a primeira troca de pele, esta fase é chamada de *primeira idade*. Depois de 19 a 21 horas, a lagarta se alimenta novamente, passando para a *segunda idade*, com duração que varia entre dois ou três dias. Novamente irá dormir de 24 a 30 horas e será a segunda troca de pele.

Desde a primeira idade, a lagarta se alimenta exclusivamente com folhas da amora sendo que, a partir da terceira idade os criadores é que serão os responsáveis no trato das lagartas. No entanto, para além da alimentação, a responsabilidade na manutenção do cultivo das amoreiras é da família camponesa, que arca com todo esse processo, desde trabalho de limpeza, poda, adubação, pois a boa qualidade das folhas de amora implica na saúde das lagartas, caso contrário poderá afetar o desenvolvimento da cria (PAULINO, 2012).

Os sericultores possuem pequenas propriedades, geralmente em torno de 1 a 3 alqueires de terra. A maior parte de sua propriedade é destinada justamente para o cultivo das amoreiras, conforme Fotografia 3.

Fotografia 3: Cultivo de amoreiras em propriedade camponesa - Diamante do Sul/ PR

Foto: Trabalho de campo. Autor: ARRUDA, 2022.

O cultivo da amora servirá para os 9 lotes anuais na sericicultura, cada lote corresponde a um ciclo de 28 dias, totalizando 9 meses. Desse modo, no ano, durante três meses não se produz o bicho-da-seda. Este período corresponde a estação do inverno, pois as baixas temperaturas desta, impactam negativamente o desenvolvimento das amoreiras. É neste período que os camponeses fazem a manutenção das amoreiras, tais como poda, limpeza e adubação. Essa relação contribui para refletir que a organização dos lotes se dá a partir da dinâmica da natureza, ou seja, suspende o trabalho com o bicho-da-seda, pois sua evolução não será favorável por conta do processo natural das amoreiras no inverno. No entanto, a subordinação camponesa não se interrompe, pois há todo um trabalho intenso nesse período, precisamente com as amoreiras, para que estejam prontas para o próximo lote. Nesse sentido, evidencia-se que até mesmo nesta ocasião a renda produzida pelos sericultores é subordinada pela indústria capitalista.

Além disso, há de se destacar que, na ocasião do inverno por não haver lotes, os camponeses não recebem renda. Embora não haja o processo de trabalho direto com o bicho-da-seda, os camponeses não ficam ociosos, pelo contrário, há o trabalho diretamente nas amoreiras. Em todas as falas foi possível perceber a dificuldade que a família enfrenta neste período. Enfatiza-se uma delas:

A dificuldade nossa... é que... chega no inverno, assim, que nem agora esse ano vamo tirar nove lote né? Daí no causo nós fica três... três mês ali é...sem... sem ganho né? E... trabalhar, tem que trabalhar né? Tem que adubar as amoreira, que nós aduba sempre no inverno, daí tem que compra os adubo né? Comprá o adubo orgânico e...podá, e limpá, tem que manter as amora né? É fazer os reparo que tem no inverno. Então serviço sempre tem, mas não temo ganho daí no causo. A nossa dificuldade é essa né? Inverno... para o ganho... Então que nem abelha, né? trabalha no verão pra comer no inverno, né? Se tivesse um qualquer outro ganho no inverno, já muda a coisa. (Camponês A, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

Nesta fala pode-se observar a existência concreta da subordinação da renda da terra, mas também demonstra insatisfação, pois como apontado, o trabalho ocorre o ano todo, e o ganho é interrompido durante o inverno. Além disso, a sujeição está vinculada com contradições, pois embora os camponeses estejam inseridos na lógica do capital, não estão homogeneizados, ou seja, a sua sobrevivência não depende apenas da sericicultura. Conforme relato anterior: “então que nem abelha, né? Trabalha no verão pra comer no inverno, né?”, demonstra que no período do inverno os camponeses buscam estratégias para não faltar renda e conseqüentemente passem por dificuldades. Outro relato de um camponês demonstra formas de completar a renda neste período:

[...] E daí tem a questão de inverno também né? Cê trabalha e tira oito, nove lote aí, aí você fica quatro, cinco mês sem... [No inverno não produz?] No inverno não [Por causa do frio mesmo?] Por causa do frio, as amora não vem né? [E aí como que vocês fazem? Que a renda de vocês a maior parte é a seda, e daí?] É a seda. [E nesse período do inverno daí?] Ah, eu me viro né? Eu tenho bastante serviço na construção né? Aí eu vou pra construção. [A Bratac dá algum tipo de auxílio?] Ela dá duas...uma ou duas cesta. [Cesta básica?] Cesta básica, durante esse intervalo né? [Em todo o período do inverno?] É ela dá. Uma ou duas cesta ela dá. [Você disse que tem serviços fora da...] É, eu tenho os serviço fora né? Mas só que tem bastante gente que vive... e é pouco, não dá pra “cê”... porque para de, de... para de pegá bicho-da-seda né? Mas o serviço continua, aí tem poda, aí tem limpa, tem adubação... né? Então é... serviço faz e continua né? Só que... [Só sem os bicho?] Sem os bicho, sem dinheiro no caso né? (Camponês B, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/ PR, janeiro de 2022).

Este apontamento mostra que não é possível sobreviver apenas com a sericicultura, ou seja, é preciso completar a renda camponesa com serviços secundários, até mesmo nos momentos em que os lotes estão disponíveis, somando-se com outras atividades para assim, permanecer no campo. Nesse sentido, Tavares dos Santos (1978) ao discutir os camponeses no cultivo da uva, salienta sobre o conceito de *trabalho*

acessório, em que o camponês se transforma em trabalhador assalariado periodicamente de modo a suplementar sua renda. Da mesma forma ocorre com os sericicultores, em que o trabalho acessório se desenvolve em momentos que os camponeses veem a necessidade de complemento, conforme visto no relato acima, cujo período do inverno não há renda direta com o bicho-da-seda. No entanto, conforme Tavares dos Santos (1978), o trabalho acessório não implica na transformação de camponeses para proletários:

Não aceitam ser trabalhadores expropriados e sujeitos a um proprietário, mas admitem o trabalho acessório que não implica a perda de sua condição camponesa, também não lhes escapando que, além de suplementar monetariamente o rendimento insuficiente, a atividade acessória funciona como aprendizagem antecipada da condição de proletário [...] (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 39).

De modo geral, os camponeses não possuem nenhum incentivo do Estado inclusive na estação do inverno, levando-os a se sujeitar das mais diversas formas, como serviços fora da produção, trabalhos como meeiros, ou até mesmo guardam parte da renda recebida durante os 9 lotes: “[...] nós pegamo e a gente vai, o que vai sobrando vai deixando depositado, né? lá no banco, né? pra quando no inverno, é que nem formiguinha, né? guardá pro inverno” (Camponesa F, Comunidade Erval Bonito, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

Além do trabalho com as amoreiras, principalmente durante o inverno em que não há renda, também é preciso apontar sobre o trabalho de limpeza do barracão antes da chegada das lagartas. Este procedimento de desinfecção é feito com formol, produto altamente perigoso para a saúde dos sericicultores, como demonstra a fala a seguir:

Esses dias eu tava passando e esqueci de ponhá a luva! me sapecou tudo, tive que passá um creme aqui na minha mão, ficô seco! com o formol, né? [Camponesa]: É forte, onte memo foi descoberta as cartela que foi ponhado lá dentro, foi tirado o plástico que tava coberto, mas tá forte lá dentro (Camponeses F, Comunidade Erval Bonito, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

Com o formol é feito a desinfecção, e para o controle da umidade se utiliza cal no barracão: “os técnico alerta a gente passa cal neles [na lagarta] todo dia né? porque daí aquele resto de amora que sobrô, que eles [as lagartas] não comeram já queima eles [folha de amora] com cal né? pra eles comê a otra que a gente coloca, fresquinho.” (Camponesa F, Comunidade Erval Bonito, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022). No barracão são instaladas as chamadas “camas”, onde são depositadas as larvas do bicho-da-seda e as

folhas da amoreira que servirão de alimento destas durante todo o ciclo. A Fotografia 4 ilustra esse processo.

Fotografia 4: Barracão de bicho-da-seda



Foto: Trabalho de campo. Autor: ARRUDA, 2022.

Após a desinfecção e limpeza do barracão, as lagartas já estão aptas a seguir com seu crescimento dentro dos barracões dos produtores, como mostra a Fotografia 5, iniciando a *terceira idade*. Nesta fase, a lagarta acorda e se alimenta de três a quatro dias. Em seguida irá dormir aproximadamente por 30 horas, trocando de pele pela terceira vez (EMATER, 1996).

Fotografia 5: Terceira idade do bicho-da-seda

Foto: Trabalho de campo. Autor: ARRUDA, 2022.

Embora nesta fase a lagarta necessite de uma quantidade menor de folhas de amoreira, em torno de três vezes por dia, deve-se ter um cuidado com possíveis predadores, conforme a fala de um camponês:

Isso ocorre direto. É formiga, é passarinho, é rato, raposa. Não é que ataca tudo o lote assim, rato, raposa né? E... mas formiga, você tem que tá, no começo, quando o bichinho chega, você tem que tá ali controlando direto. [Tem que ficar de olho, direto?] Tem que ficar de olho. Você vai esparramando os bichinho e as formiga vão chegando. (Camponês B, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul- PR, janeiro de 2022).

Conforme relato do camponês, em todas as fases deve-se ter um cuidado detalhado. Nesse sentido, o trabalho em conjunto da família é fundamental para que ao final do ciclo, o casulo torne-se saudável. Sendo assim, a renda da família dependerá da qualidade dos casulos, por isso o cuidado desde a terceira idade.

Percebe-se que a empresa capitalista impõe regras na propriedade camponesa, sem estar territorializada nesta, pois a terra continua sendo do camponês. Porém, há o processo de monopolização do território, já que a indústria controla toda as fases da produção, principalmente a circulação da mercadoria, sendo uma forma de monopolizar a renda da terra, fruto do trabalho coletivo da família camponesa. “Esta tem sido a prática do capital comercial e industrial, sujeitar a agricultura aos seus ditames. Estabelecendo o monopólio

na circulação, o capital subjuga, de um lado, grandes e pequenos agricultores e, de outro, os consumidores, com seus preços monopolistas” (OLIVEIRA, 2010, p. 23).

Seguindo o cuidado exclusivo com as lagartas, na *quarta idade* (Fotografia 6), ela se alimenta de quatro a seis dias, dormindo novamente por um período de 30 a 40 horas, nesse período também fará a última troca de pele (EMATER, 1996).

Fotografia 6: Quarta idade do bicho-da-seda.



Foto: PRADO, 2022.

Para que as lagartas sigam saudáveis durante todo o ciclo, um dos cuidados é que as folhas sempre estejam frescas. Quando a lagarta está na quarta e quinta idade, é necessário retirar uma quantidade maior de folhas e armazenar no depósito no interior do barracão, pois caso retire as folhas no meio da tarde, elas estarão quentes e desidratadas devido ao calor do sol. Desse modo, é necessário cortar as folhas pela manhã, período que as plantas estão orvalhadas, caso contrário, a folha ficará murcha, acarretando doenças no bicho-da-seda. A fala de um camponês nos ajuda a compreender esta etapa:

Cê tem que cortá amora de manhã, porque cê tá vendo que a mora tá orvalhada ainda?! a amora que cê corta de manhã, o bicho come o dia inteiro e tá, óia, verdinha! Isso é muito bom pro bicho né? Pra saúde dele. Então você pega e corta de manhã, fica o dia inteiro pra eles comê ali, tranquilo. [Tem que ser fresca a folha?] Tem que ser fresca a folha pra eles, porque se você dé uma amora murcha, você pode complicá pra eles né? (Camponês C, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

Os sericultores precisam ter o conhecimento do trato e quantidade ideal de alimento. Para isso, os técnicos da Bratac fazem visitas semanais nas propriedades. Todos os entrevistados destacaram que há uma boa convivência com os técnicos da empresa. Porém, a fala de um dos camponeses mais antigos da sericultura mostra a realidade no início da integração:

No início eles faziam pressão de nós produzir mais né? Só que daí teve uma época ali também eu comecei é... teimá com eles né? Nós produzindo uma média que dá, que nós vê que tá bão, tá bão! Porque no começo eles até queria que nós fosse tratar bicho meia noite e... daí nós vamo se desgastá né? Ia produzir mais, mas também a gente não pode ser escravo do serviço né? Tem que trabalhá mas não assim, e... nós produzindo... que a média é sessenta por caixa, é uma média boa né? Nós sempre tira acima de sessenta. (Camponês A, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

Nesta fala é possível observar que subordinação se relaciona com a resistência camponesa, embora seja uma resistência relativa. Ou seja, esse processo é contraditório, pois mesmo na condição de subordinados pela Bratac, o fato de serem os donos da terra lhes garante certa autonomia, já que os camponeses não aceitam tudo o que a empresa lhes impõe. Além disso, este trecho leva a compreender que os camponeses não veem a sericultura como algo central para acumular capital, mas que compõe parte de uma produção com as quais o objetivo central é a manutenção do grupo familiar no campo.

Conforme observação de Vicini (2019), ao estudar os camponeses vinculados a indústria do fumo, as “visitas” dos técnicos seriam uma espécie de vigia dos camponeses na produção, ou seja, uma forma de verificação se estão seguindo as regras ditadas pela empresa. Na fala do camponês acima, o mesmo tem consciência da sua subordinação, mas, concomitantemente, ele procura estratégias de resistir às regras que a integradora lhe atribui. Este exemplo mostra a relação contraditória entre resistência e subordinação. Portanto, além da monopolização da propriedade camponesa, há também a constante vigilância por parte da empresa. Nesse sentido, a Bratac dita as regras no território que não é seu.

Como visto nas entrevistas, esta etapa de cortar as amoras geralmente são os homens que realizam, ou por vezes o casal de camponeses. Em alguns casos há ajuda entre os vizinhos que possuem máquinas, as chamadas “cortadeiras”, que facilita e agiliza o processo. Assim, o trabalho em torno da produção do bicho-da-seda envolve toda a família camponesa, mas cada família possui uma organização particular:

É a família, nós trabalhamos junto aqui né? Que nem tem meu filho né? eu tinha minha filha, mas agora ela tá morando em Cascavel e foi pra estudá e já fico morando pra lá. Então tenho eu, meu filho e o... e a minha esposa, todo mundo ajuda. [Todo mundo ajuda no bicho-da-seda?] Isso [Cada um tem alguma função ou meio que vocês fazem tudo junto assim?] É a gente faz quase todos né? [...] As vezes mais uma coisa conforme né ali a... pode né? Por exemplo minha esposa ela mais faz o trabalho aqui no, no barracão né? Lá na roça a gente que, eu e meu filho que fazemos, e... mas sempre se ajudando, né? (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul-PR, abril de 2022).

Além do bicho-da-seda, existem outras tarefas, como por exemplo os serviços domésticos, que invariavelmente ficam sob responsabilidade da mulher camponesa, conforme relato da sericultora:

[E quem que trabalha aqui com o bicho-da-seda? é a senhora e seu marido?] É, agora eu e meu marido. [uhum, e vocês dividem tarefas?] Trabalhamos tudo junto [Tudo junto?] Nós dois junto. Única coisa que ele faz, que ele poda a amora e daí, enquanto eu faço o serviço da casa, daí ele vai podá a amora e eu fico dentro da casa fazendo serviço, se não pra carpi, pra í tratá e cortá é tudo nós dois. (Camponesa E, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul- PR, maio de 2022).

Também há formas de organização da família camponesa, em que as filhas realizam o serviço da casa e também na sericultura, como podemos observar no diálogo de um casal de camponeses:

[E agora quem faz aqui o trabalho é vocês dois?] Nós dois e tem ali a menina que... minha filha de 13, 14 ano né, ela sempre ajuda né. [Ela ajuda também!? Meio que tá junto assim (no serviço), ou ela só tem só uma tarefa? que é só dela?] Não ela... ela sempre, de vez em quando ela... ela mais fica na casa, cuidando o serviço da casa, mas quando apura né, sempre ajuda, né. [Camponesa]: Ela ajuda mais cortar amora, tratar os bicho de noite, tem que dá um trato grosso né, daí... É, ela ajuda né, só quando dá apuro mais né, que nem hoje nós ficamos aqui, daí é só nós mesmo né? Camponesa: Pra tirar a seda ela ajuda. (Camponeses A, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul- PR, janeiro de 2022).

Os relatos acima nos mostram que embora exista a subordinação no território camponês, a família tem sua própria organização na rotina diária. Além disso, o camponês não tem por objetivo acumular riqueza, já que ele vê na integração uma das possibilidades de permanecer no campo, reproduzindo seu modo de vida. Entretanto, essa reprodução subordinada do grupo familiar abre brecha para a dominação do modo capitalista de produção (PAULINO; ALMEIDA, 2010), por isso compreendemos que este processo de

vínculo aos sistemas integrados é uma forma contraditória de resistência que possibilita momentaneamente a permanência no campo.

Assim compreende-se que a unidade camponesa funciona com o ‘equilíbrio’ dos que trabalham e dos que consomem, da divisão de tarefas e da própria autoexploração dos integrantes da família de acordo com o que é necessário. É preciso todo um trabalho articulado da família no coletivo para que a unidade possa fluir e garantir a existência da família e não necessariamente o lucro como um todo. O camponês possui a organização interna da propriedade familiar, de modo que o objetivo não é a acumulação de capital, mas sim a manutenção da família, não se trata, portanto, de um negócio ou de lucro como em uma empresa capitalista, se trata, pois, primeiramente de suprir as necessidades da família e recursos para manter a propriedade, sobretudo visa-se a sobrevivência. (VICINI, 2019, p. 41).

Embora o campesinato esteja inserido no modo de produção capitalista, sua forma de organização se difere da indústria, ou ainda se difere das grandes propriedades do agronegócio, porque seu objetivo é a manutenção do grupo familiar. Ou seja, é na terra de trabalho que o camponês possui sua dinâmica específica de organização nas atividades rotineiras. Desse modo, Bem (2008) aponta a terra como patrimônio da família camponesa o qual não expressa valor de troca, sendo morada da vida. Para a família, a terra possui um valor ético e moral, organizado a partir de três pilares: terra, família e trabalho (BEM, 2008). Ao mesmo tempo, a empresa capitalista utiliza-se do modo de vida camponês para acumular riqueza.

Dando continuidade ao ciclo do bicho-da-seda, o período em que a família camponesa terá que se organizar profundamente entre a sericicultura e outras atividades, será na *quinta idade*, o qual tem duração de 6 a 8 dias. Assim, a quantidade diária na alimentação da espécie será maior, conforme a fala de um casal de camponeses:

Ah, a base, cada quatro hora nós damo um trato. Três hora, quatro hora tem que tratá. E teje chovendo ou não teje, tem que i lá cortá amora né? Com chuva, é com orvalho. [Camponês: É oito dia né? Oito dia que eles comem bastante, os bicho. Oito dia, cada três hora, quatro hora tem que por um trato né? É nesse intervalo, aí você tem que faze um trato e enche a cama de, de pasto, que eles comem, assim, cê tem que, que... eles comem só amora, só amora.] Se tem filho, se tem que dexá e se mandá! Eles num esperam né? Só que a gente enche o depósito de manhã também, fica sussegado né? Durante o dia, daí de tardezinho vai pegá de novo. [E vocês tem que tratar eles de madrugada também?] Sim, é nós tratamo a base de cinco hora. Que daí quando crareia o dia nós já tamo pronto pra ir cortá. (Camponeses F, Comunidade Eral Bonito, Diamante do Sul/ PR, janeiro de 2022).

Nesta fala fica evidente as formas de subordinação que interferem até mesmo na rotina do cuidado familiar, embora os camponeses organizem seu horário de trabalho, é uma organização estabelecida de acordo com a necessidade do bicho-da-seda a cada avanço de idade. Assim, todo este contexto compõe a renda da terra camponesa em que é abocanhada pelo capital. Como dito, se fosse via trabalho assalariado não teria a mesma vantagem, pois os camponeses não possuem um horário específico de trabalho como ocorre em uma fábrica. Essa relação é explicada por Paulino (2003), indicando que o campesinato possui um horário peculiar na integração, conforme o ciclo de produção, ou ainda há momentos de ócio. Sendo assim, caso fosse pago um salário por horas não trabalhadas, não seria compatível com a lógica capitalista. Os camponeses trabalham via contrato com a Bratac, não havendo um vínculo empregatício. Portanto, é dessa forma que o capital subordina a renda da terra camponesa.

[...] a integração abre caminho para a produção do capital, através, da definição dos preços da matéria-prima, o que seria o mesmo que admitir que, através da sujeição da renda da terra ao capital, se está apropriando do trabalho contido na produção camponesa. Eis a razão pela qual esses são tomados pelas integradoras como ‘parceiros’ ideais. (PAULINO, 2003, p. 113).

O termo “parceria” é contraditório nesse processo, pois o discurso é como se família camponesa e empresa capitalista tivessem juntas e em situação de igualdade na busca por objetivos comuns. No entanto, esse processo esconde que quem irá se apropriar do fruto do trabalho camponês é a integradora, por meio da monopolização do território.

Como enfatizado, a lagarta na quinta idade precisará se alimentar com uma quantidade maior de folhas de amora. Nesta fase, há relato de camponeses que fazem a troca de serviço com os vizinhos, principalmente na poda das amoras:

[...] Os vizinho tem um trator que corta amora né? Uma cortadera e aí leva, puxa pro barracão... Então eu ajudo eles lá fazer o que precisa lá, cortar as amora e trata bicho e carpi, podá amora com a roçadera e daí eles vem e me ajuda aí faze isso, geralmente pra quando é cortá amora e trata os bicho e coisa, daí que eles me ajuda. (Camponês G, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

É de repente fazia a poda né? De amorera, as vezes um tá lá atrasado pra poda né? Otro vai lá e ajuda a podá né? É... as vezes um, quando falta amorera pra um e tem sobrando no otro produtor, é... o produtor cede sem custos, vai lá e corta né? Isso é feito muito isso. (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

A gente troca, assim serviço. Tem dois vizinho que nós trocamos, é a época da adubação. Daí nós faz tipo uma...de uma ajuda, um ajuda o outro né? Cê marca um dia, cê aduba uma propriedade, marca outro dia... dá uma descansada né? Que é bem puxado! Vai pra otra propriedade daí (Camponesa E, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, maio de 2022).

Nestas falas se observa a solidariedade entre os vizinhos, o qual é típico das relações camponesas. Em outras palavras, o vínculo solidário não é o mercado quem determina, pois, o mundo do capital é motivado pelo dinheiro, diferente das relações pessoais presentes no universo do campesinato. Portanto, estes elementos representam as resistências cotidianas dos sericicultores.

Outro elemento importante dos camponeses nesse momento mais intenso da integração, são as diárias pagas, conforme relato a seguir:

É, é pago algum dia né? Que nem na final assim, na... da, da quinta idade dos bicho né? Eles tem três idade. Eles vem terceira, quarta, daí quinta idade eles come oito dia ali, daí pa... daí emboscar né? Aí eu tenho que paga uns dia pra uns ajuda né? Transportá amora, ajuda tratá ali porque é bastante. (Camponês B, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

Novamente Tavares dos Santos (1978) é pertinente no debate sobre as características camponesas, inclusive o trabalho assalariado e o trabalho acessório, conforme demonstrado nas falas acima. Soma-se a isso a propriedade da terra, propriedade dos meios de produção e a jornada de trabalho, discutida também por Tavares dos Santos (1978) e pela qual compreende-se que está presente na realidade dos camponeses sericicultores de Diamante do Sul.

A reflexão de Martins (2003) contribui com o debate:

Diferente do operário, o camponês não trabalha sozinho. O característico camponês trabalha com sua família. Portanto, seu trabalho não é um trabalho solitário, não é trabalho de indivíduo. Além disso, o característico camponês não é patrão, não compra força de trabalho de outrem, não paga salário. É evidente que em certos momentos especiais ou excepcionais do processo de produção, como na colheita, o camponês pode precisar de braços adicionais com urgência [...]. Tradicionalmente, esse trabalho excepcional era feito pelos vizinhos, no chamado mutirão, uma forma de ajuda mútua. Embora o mutirão ainda seja praticado, a demanda excepcional de força de trabalho em circunstâncias como essa tende a ser coberta com trabalho assalariado temporário. Isso ainda não compromete radicalmente o caráter camponês do trabalho na parcela agrícola. (MARTINS, 2003, p. 63-64).

Conforme enfatizado por Martins (2003), o camponês não se torna patrão pelo fato de necessitar em alguns momentos, do trabalho assalariado de outrem. Ou seja, o campesinato é socialmente dependente, já que, não trabalha sozinho, mas é trabalho familiar e *independente* (MARTINS, 2003). Tudo isso faz parte da realidade camponesa, que encontram diariamente estratégias de sobrevivência no campo, sendo que, subordinação e resistência são elementos que se relacionam contraditoriamente.

Assim, o território camponês está sendo apropriado pelo capital, o qual lhe impõe regras na sua produção, sendo que, o resultado do fruto do trabalho dos sericicultores beneficiará as grandes grifes internacionais da seda. Porém, este território não é controlado na sua totalidade, porque o camponês tem relativa autonomia sob um conjunto de atividades para além da sericicultura, o qual é desenvolvido pela família, levando-o a permanecer e resistir na terra. Em outras palavras, os camponeses têm o conhecimento que somente da sericicultura, a família não sobreviveria no campo. Desse modo, sua capacidade de organização não está voltada apenas para o sistema integrado, mas se relaciona com outras atividades, sendo chamado por Shanin (2008), como uma multiplicidade de soluções que os faz sobreviver no campo:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o de acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises. E, no centro dessas particularidades camponesas, está a natureza da economia familiar. (SHANIN, 2008, p. 25-26).

Nesta organização camponesa que por vezes é articulada com os vizinhos devido a alimentação intensa das lagartas na fase da *quinta idade*, precisa-se da atenção crucial da família, pois ao final deste período, as lagartas estarão em seu período “maduro”. Portanto, já estão prontas para subir nos bosques e começar o processo de formação do casulo, conforme visualizado na Fotografia 7.

Fotografia 7: Quinta idade do bicho-da-seda e início do processo de subida aos bosques



Foto: Trabalho de campo. Autor: ARRUDA, 2022.

O bicho-da-seda em seu processo natural, após fazer o casulo, nasce a mariposa, completando seu ciclo total, reiniciando ao depositar os ovos novamente. Na produção industrial tudo é reaproveitado pela integradora, pois mata-se a crisálida dentro do casulo antes mesmo de transformar-se em mariposa, o qual servirá de ração a outros animais. Porém, os camponeses ganham sua renda de acordo com o teor e a classificação dos casulos apenas.

Assim, neste item foi apresentado as etapas da sericicultura bem como as formas que o capital encontra para monopolizar o território camponês. Ao mesmo tempo, os sericultores rotineiramente adotam estratégias de resistência, mesmo que contraditórias no sistema integrado da sericicultura. Desse modo, no próximo subitem será debatido como ocorre a classificação dos casulos do bicho-da-seda e qual a relação com os camponeses nesse processo.

3.1.2 Classificação dos casulos de bicho-da-seda: A transferência da renda camponesa

É perceptível que o sistema integrado da sericicultura requer muitos cuidados em todo o seu ciclo. Por se tratar de uma espécie produzida inicialmente por meio da seleção genética, há momentos de instabilidade em sua adaptação, devido ao ambiente que os

envolve (PAULINO, 2003). A explicação dos camponeses nas falas a seguir ajuda a compreender os problemas com a falta de chuva:

Ixi! Os lotes deu menos! [Deu menos?] Ixi, muito seca a amora e coisa, daí o bichinho também não come direito, não produz e daí com a seca atrapaiô todo mundo! Não foi só um, foi pra todos, deu bem pouco! Teve lote que eu acho que deu mais ou meno a metade do que tinha... do que podia produzir. [Então eles acabam morrendo, daí produz menos?] Eles não caí, até que eles não morrem. Mas eles produz a seda mais pequena... mais miúdo. (Camponês G, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

A dificuldade em si não é tanta, o complicado é que você depende do tempo né? As vezes você investe, faz tudo certo, mas se não chove, não tivé uma umidade no terreno a amora não desenvolve, então a maior dificuldade é não ter uma irrigação ou alguma coisa do tipo, mas com relação ao serviço não, eu não acho difícil pelo menos. (Camponês H, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

E a fala de uma camponesa que explica a importância da água para o desenvolvimento do bicho-da-seda:

É, bastante, a seca foi bastante né? daí a amora não cresceu né? Num, num tinha vitamina né? não tinha água né? [...] e pra bicho você não dá água né? Daí os bicho não toma água né? Então a única água, que é fonte, é da amora né? Daí se fico ali três mês ou quatro mês de seca né? (Camponesa E, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, maio de 2022).

Toda essa carga (econômica e emocional), recaí nas costas dos camponeses, ao passo que, a empresa capitalista segue as demandas do mercado internacional. Além disso, a renda dos camponeses depende da produção final deste ciclo, o qual está amarrada às normas da Bratac. “[...] a incompatibilidade entre os modelos de avaliação estáticos, criados pela indústria em condições artificiais, e a variabilidade dos fatores que efetivamente atuam no ciclo produtivo, é uma das faces do conflito que medeia a relação de integração” (PAULINO, 2003, p. 118).

Vale ressaltar que o fio da seda é um produto voltado ao mercado exportador. Nesse sentido, Oliveira (2012) destaca sobre os monopólios mundiais em que, as empresas mundiais surgem tanto de empresas estrangeiras como nacionais e se articulam através da territorialização dos monopólios e da monopolização dos territórios (OLIVEIRA, 2012). Deste modo, o sistema integrado capitalista se insere no contexto da monopolização, o qual utiliza-se da subordinação da renda da terra camponesa, como

forma de controle de seu território. Ou seja, a mundialização da agricultura brasileira se sustenta através da produção camponesa, sendo que, a sericicultura é exemplo deste processo. Nesta relação com o mercado exportador, há um discurso de que: “o melhor fio de seda do mundo é produzido no Paraná”. No entanto, essa propaganda se volta em forma de pressão sob os camponeses, que cada vez mais são subordinados às regras da empresa.

No momento da entrega da produção, a classificação é realizada exclusivamente pela indústria capitalista, ou seja, os camponeses não participam desse processo. Assim sendo, os camponeses não possuem controle algum até mesmo no valor que será pago pela produção, em vista de todos os critérios que são feitos pela própria empresa integradora (PAULINO, 2003). Portanto, é na classificação dos casulos que está presente a subordinação da empresa aos produtores, pois há o controle total da Bratac em relação ao valor pago.

Por ocasião da classificação dos lotes entregues na indústria, a qual definirá os preços a serem pagos, os maus resultados, como produção baixa ou fora do padrão, são atribuídos a dois fatores: Qualidade das instalações e métodos inadequados de manejo. Embora construída pelos integrados por conta e risco, a estrutura de produção mais parece uma extensão da indústria. Além das instalações se prestarem exclusivamente para esse fim, os criadores estão permanentemente sob pressão para readequá-las conforme os patamares de produtividade, continuamente redimensionados. Assim, ao estabelecerem os critérios de preços da matéria-prima, as integradoras têm como trunfo o argumento de que a baixa rentabilidade resulta da inobservância das orientações quanto às instalações e ao manejo. (PAULINO, 2003, p. 118).

Conforme visto, em todo ciclo do bicho-da-seda há um cuidado minucioso da família camponesa. No entanto, mesmo com todos os cuidados, sucede o risco de não ocorrer bons resultados. De tal modo, o casulo limpo, com a crisálida viva, significa que é de primeira qualidade. Se o casulo for irregular, malformado, com manchas ou a casca for mais grossa, significa perda da qualidade, implicando no teor da seda e consequentemente no valor pago aos camponeses.

Ou seja, a classificação ocorre a partir de critérios da empresa, garantindo estratégias de subordinação da renda da terra camponesa (VICINI, 2019). Embora haja o trabalho penoso dos criadores durante o ciclo, e também na manutenção minuciosa das amoreiras, a integradora argumenta que os maus resultados se devem ao cuidado indevido dos camponeses. O resultado é o controle total do valor pago pelos casulos pela indústria capitalista.

Outro apontamento que se faz necessário neste processo são os insumos vendidos pela indústria, o qual é descontado no momento da entrega do casulo. A fala de um camponês corrobora para o entendimento:

Com a Bratac foi feito o contrato na questão do, do, dos equipamentos que a gente utiliza da Bratac. Por exemplo esse aqui são os, chama de bosque né? [Fotografia 7] É que a gente compra né? Na verdade, a gente compra da Bratac né? E, esse, depois é encaixado aqui, as cartelas que faz parte do mesmo bosque pra que o bichinho possa fazer o casulo né? Então isso aqui é a Bratac vende, aí a gente fez um contrato vamos dizer pra, de compra né? E assumiu assim o pagamento parcelado na época que a gente requeri. [Então foi parcelado né?] Foi parcelado, e pago com a produção. [Com a produção, então quando ia lá pra Bratac, vendia no caso, aí descontava?] Descontava, esses era descontado as parcela. Hoje a Bratac faz ali, tem feito por exemplo, a questão da adubação, é porque ela vende né? Não é, não é doação né? Não é auxílio, mas ela vende o pagamento parcelado. Ela compra do, do pessoal dos aviários aí que criam frango né? A cama do aviário, ela compra e repassa pro produtor né? E aí o produtor paga com a produção. (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

Este momento da “entrega” dos casulos evidencia a subordinação da renda da terra camponesa, sendo que, os camponeses sequer participam deste processo, já que, o valor da renda é a partir dos critérios da indústria.

Nesse processo da entrega da produção, os sericicultores pagam suas dívidas com a empresa, seja nos financiamentos do barracão ou ainda nos insumos fornecidos pela integradora. Das 9 famílias entrevistadas, 6 fizeram financiamento na construção do barracão, seja pagando de forma parcelada pelo banco ou ainda diretamente com a Bratac. As outras 3 famílias compraram o barracão de forma individual, além de outros materiais utilizados nos lotes. Os relatos a seguir mostram como foi negociado a compra do barracão e também de materiais diretamente com camponeses que abandonaram a sericultura:

Sim porque eu fui fazer um financiamento, só que daí se fosse pra mim comprar tudo o material que o banco pede, tudo o material tipo... igual a, a Bratac vende os bosque né? Só que daí tem semi ou o novo né? Então pros bosque novo eles dão nota né? Daí pros bosque velho, eles tinha que buscar nota, buscar tudo, e de como comprei o barracão usado e nem comprei da Bratac, nada da Bratac. Igual os bosque mesmo tudo usado, daí não tinha como incluir na Bratac, pedir nota se eu não comprei da Bratac. Comprei de outro produtor que tinha fechado, daí né? Não tinha como me dar nota né? E o banco exigia a nota da, pra mim liberar o financiamento. Então daí eu achei melhor então eu saí, eu conversei com o dono do barracão e eles fizeram parcela. No lugar de eu pagar o banco no, no, na parcela, eu paguei pro dono da, do barracão. [Uhum] Daí não

precisô financiá né? [Que aí ele abandonou então o bicho e daí venderam pra vocês?] É venderam, aham, ele tinha parado né? Daí nós compremo, fizemo, reabrimo o, assim, pra nós começa. (Camponesa E, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, maio de 2022).

Nós fizemo o barracão, compremo o... as maderá né? E.. bosque nós compremo usado assim, mas achamo que fosse mais barato sabe? E assim nós fomos construindo aos poco [Daí esses bosques usados foi de um vizinho ou?] É de uma pessoa que tinha fechado o barracão, e nós peguemo deles [humm, daí foi mais barato?] Aham. (Camponesa I, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

Como visto, os sericicultores procuram maneiras de escapar dos financiamentos, no entanto, de alguma forma os mesmos ficam “amarrados” com a Bratac. Assim, os camponeses estão na sericicultura por não haver um incentivo mais concreto do Estado nas pequenas propriedades: “Que na verdade é... a gente né? Que tem menos, menas terra né? Aí compensava mais na época plantá amora e cria o bicho-da-seda, que produzia mais é, em menas terra.” (Camponesa I, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022). Consequentemente o capital retira a renda camponesa produzida, Vicini (2019), ajuda na compreensão da monopolização do território camponês:

Pode-se compreender assim, que quando ocorre à monopolização da propriedade camponesa, o capital entra com o dinheiro, isto é, em forma de empréstimos para que o camponês tenha as condições de produzir a mercadoria e entregar o fruto do seu trabalho para o capitalista como forma de pagamento da dívida. E o capitalista se apropria do produto do camponês, isto é a renda da terra e a transforma em dinheiro novamente, ou seja, em renda capitalizada, pois faz a circulação do produto. (VICINI, 2019, p. 88).

Vicini (2019), esclarece sobre o sistema integrado da fumicultura, o qual, os camponeses ficam presos nestas dívidas, pois a cada safra de fumo os camponeses precisarão de mais insumos. Do mesmo modo, ocorre com os sericicultores. Em cada lote precisarão de algum tipo de material fornecido pela Bratac. Como visto, alguns camponeses adquirem de forma particular, ou até mesmo substituem por outro material “Nós compra na Agrinco...o cal... esses tempo a Bratac fornecia pra nós o formol, mas nós paremo de usar o formol né... é que a gente usa cal e quando dá assim alguma doença assim né? Nós usa quiboa né pra eliminá os vírus alí” (Camponês A, Comunidade alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

De modo geral, não há escapatória diante da subordinação nos sistemas integrados, havendo várias estratégias do capital de modo a amarrar a família camponesa,

sem precisar expulsá-los de sua terra. No caso particular da sericicultura, os camponeses percebem que ocorre esta subordinação e por vezes ficam insatisfeitos com a renda paga pela empresa capitalista. Conforme relato a seguir:

É, na, na verdade assim, eu acho que a, a dificuldade que o produtor enfrenta tem vários, várias tipos né de dificuldade né? As vez tem, eles tem problema sanitário, problema de doença nós já tivemos no barracão né? Aí morre muito, a produção cai né? É... tem de natureza do clima né? Agora houve estiagem nos últimos dois anos né? diminui, a amoreira não cresce né? Diminui a produção também né? Tem a questão de, de preço, o produto que as vezes, esse produto é vendido pra exportação, é vendido em dólar, mas nem sempre a empresa repassa os ganhos né? Pro produtor né? Que quando o dólar tá, o dólar tá alto, a empresa fatura mais né? Mas nem sempre ela repassa né? E... e a gente tem dificuldade porque não é... por questão de, de falta de investimento, de ter uma, uma tecnologia melhor pra trabalha né? Ca, na agricultura mesmo né? Que uma coisa que a gente vê assim que não tem é, no, no Brasil pelo menos a gente vê que não há uma, uma política assim voltada pro pequeno, pra desenvolve equipamento, assim de pequeno porte né? ao alcance né do, do pequeno agricultor né? Então esse trabalho aqui a gente faz é mais manual mesmo né? É de forma bem, bem rústica né? Existe máquinas, mas já pra grandes produtores né? Produzi é... já com trator de grande porte, ou médio porte né? Então é.. já é uma coisa que tá fora do alcance né da gente, ter um investimento muito grande pra pequeno né? (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

Neste trecho mostra a necessidade de mais políticas públicas voltadas ao pequeno proprietário, como mais equipamentos para o sericultor, conforme mencionado, visto que, as políticas do Estado para o agronegócio e para os camponeses são diferenciadas. Assim, por trás do discurso do agronegócio homogêneo, moderno, sinônimo de produtividade, há uma estrutura fundiária concentrada, desigual e contraditória. Nesse sentido, destaca-se à falta de incentivos aos camponeses e os baixos preços, conforme exemplo a seguir:

É, e os preço né? Os preço não ajuda, não... tinha que tá bem mais né? Que nem eles que precisam da seda, eles que, eles que fazem contrato pra entregá tantos quilos de seda, eles tinham que incentivar mais o produtor né? Incentivasse mais né? [E não tem tanto incentivo?] Não tem incentivo, eles querem seda mas não tem tanta incentivação né? [Quanto que você acha que deveria ser? Que você falou que uma vez dava mais, valia mais a pena né do que hoje.] Ah sim, de uns ano pra cá, depois dessa pandemia aí, aí num... a seda no preço que ela tá num tá, num tá ajudando, as coisa subiu demais e ela não subiu né? [Quanto que tá a seda hoje?] Ah hoje se pega em média de vinte e dois, até vinte e seis, vinte e sete se pega. Mas é mais ou meno por aí assim. [E deveria ser mais na tua visão?] Ah assim! Hoje de acordo com o que subiu as

outra coisa, hoje a gente tinha que tá vendendo a seda quarenta real o quilo né? Pra tá mais ou meno. (Camponês B, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

Estas falas expressam que os criadores têm conhecimento sob os preços da mercadoria e do processo de exportação. Ou seja, não há uma alienação por parte dos camponeses, pois eles sentem na pele quando recebem a renda final da produção. Nestes fragmentos está explícito a verdadeira face da integração, que de maneira geral, não há uma “parceria” por parte da empresa, o que ocorre é a subordinação do fruto do trabalho camponês.

Para além da luta cotidiana da família camponesa, percebe-se no presente estudo, formas de organização coletiva, conforme relato de um camponês sobre a reivindicação dos sericultores:

Não a dificuldade tava assim pra... a questão de é... se tá difícil por causa do preço, que tava muito baxo o preço do casulo. E daí você começa a, até o [filho dele] tava desanimado até janero, porque daí você, ó se tem que... tacá adubo orgânico, tá caro né? O ano passado tava 150, hoje já tavam falando que ninguém ia mais entregá uma tonelada de adubo orgânico de galinheiro por menos de 300 reais e o casulo no mesmo preço, daí não tem como você trabalha né? Com a quantia de, muito alta de adubação e, e o teu retorno não, não tá acompanhando né? Então aí tava difícil, agora deu uma melhorada, porque daí a empresa já não tá cobrando a larva né? A gente tá torcendo que a partir de setembro, que agora, que nem nós aqui é a última remessa antes do inverno, daí chego o inverno para tudo, vai começa em setembro de novo, então se tem que pegá e... ir de boa. [E por que que a empresa resolveu então amenizar?] Pressão dos agricultor [Teve pressão então dos agricultor?] Teve pressão, porque daí nós tamo num grupo agora né? De, dos sericultores e todo mundo opina ali né? Sai coisa boa e sai coisa pesada ali (risos). [Então vocês se reuniram em reunião ou como é que foi?] Não, esse é no grupo no WhatsApp [Ah foi entre vocês ali conversando no WhatsApp?] É, com a empresa, a empresa que criou esse grupo né? E daí pra eles ouvir um pouco né? E daí no eles ouvir que todo mundo, um se queixa de um jeito, outro se queixa do outro e aonde que eles decidiram de... porque o pessoal comenta assim: Diz não, se a empresa quantos anos tá vivendo disso, porque que ela não pode ajuda também um pouco o agricultor né? (Camponês C, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

Nesta fala é possível perceber o descontentamento dos criadores diante da falta de incentivo da empresa, demonstrando que, ainda que não estejam organizados de forma mais sólida num movimento social ou associação, não quer dizer que são sujeitos apolíticos. Ou seja, embora os sericultores apontem nos relatos que há a Associação

Brasileira da Seda (ABRASEDA), não é organizada pelos sericultores, já que, esta associação faz parte das indústrias, as quais sugam a renda camponesa. No entanto, a forma de organização dos sericultores, reflete na insatisfação em torno de uma pauta comum. Além do mais, demonstra a resistência diante dos preços que são impostos pela Bratac, mesmo que seja uma resistência contraditória. Após a cobrança coletiva dos sericultores, teve uma melhora no preço no quilo do casulo, conforme o relato de um camponês:

Agora eles [Bratac] deram uma reagida até boa sabe? Mas assim, eles perceberam que o pessoal tava abandonando né? E... a gente vendia aí a sessenta dias atrás, a gente vendia o, o casulo aí... um casulo de boa qualidade pegava aí... E quando era muito bom pegava tipo 25 reais o quilo né? Aí eles começaram a perceber, eles, eles, eu tava falando, tipo um pouco e repassaram poquinho, mas um poquinho né? Do que eles ganharam a mais com a alta do dólar aí, aí eles [camponeses] pegaram e falaram: Não vamo cobrar, porque a gente paga as larva né? Não, vamo cobrar as larva e, e deram um aumento de, de 4 reais e pouco por quilo né? Agora chega a 30 né? A gente tem que chega a 30 o quilo e... não vão cobrar as larva e a dívida, quem tem dívida, porque sempre pega alguma coisa né? Pra, comprar alguma coisa né? E deve um pouco, aí vamo, vamo congelá a dívida, até começa a próxima safra. Então é alguma coisa né, não resolve o problema, mas (risos) é alguma coisa, deu uma melhorada né, mas... (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

Como visto, houve uma melhora nos preços dos casulos, além do congelamento das dívidas dos insumos que os camponeses utilizam na produção. Aqui se concretiza a importância da luta coletiva do campesinato, mesmo que seja uma luta mais “silenciosa” e que “não resolva o problema” conforme visto. Ou seja, mostra o poder de reivindicação dos camponeses, com o intuito de melhorar suas condições imediatas, além de mostrar que os criadores têm conhecimento no processo da venda dos casulos e a relação com o mercado internacional.

Ademais, conforme relato do entrevistado, a insatisfação dos camponeses, levou alguns a abandonar a sericultura: “[...] e então o pessoal começo a... a abandoná, abandonaram e teve gente, tem um compradre meu, aqui vizinho, ele, eles pegaram e abandonaram e foram pra cidade, daí, tão lá os dois empregado, porque daí eles vão ganhá um, um pouco mais né? (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022). Portanto, a empresa não possui o domínio total sob os camponeses, já que os sericultores têm o poder de escolha em deixar ou não a integração. Para a empresa é desvantagem perder um “parceiro”, sendo que, é a partir da subordinação de sua renda

que irá acumular riqueza. Desse modo, o sistema integrado possui diversas contradições, em que os camponeses são atingidos diariamente pela subordinação do capital industrial.

Assim, conforme Fabrini (2007), apesar de subordinados, os camponeses são conhecedores de seu processo de produção, além de possuírem certa autonomia e controle desse processo produtivo, e por este motivo a alienação não os atinge da mesma forma que um operário de uma fábrica.

Neste ponto, é fundamental destacar que, ao iniciar a integração há um discurso da empresa que o sericicultor, o qual é possuidor de uma pequena propriedade, irá obter muitas vantagens com o bicho-da-seda, tornando-se “parceiros” como mencionado e assim ter acesso aos insumos e financiamentos.

Embora no início da integração haja um auxílio da prefeitura com materiais para o barracão e terraplanagem, conforme algumas falas dos camponeses, não é o suficiente, visto que, não há uma continuidade em políticas do Estado ao longo desse processo. Portanto, neste sistema de contrato, o camponês fica ancorado, sendo subordinado pelo capital industrial através da renda da terra. Assim, considera-se oportuno expor o apontamento de Lima, Santos, Ribeiro (2021):

Desse modo, entende-se um dos elementos essenciais da reprodução ampliada do capital no século XXI, pautado não apenas na expropriação da terra e o processo de proletarianização do camponês expulso, mas em uma subordinação da produção, ou seja, que se realiza no processo de circulação, mas que se imbrica ao modo de vida camponês. Os trabalhadores da pimenta estão inseridos em uma processualidade que combina formas de apropriação da renda da terra a partir da subordinação do trabalho camponês. Nesse caso, a propriedade da terra pertence aos camponeses, e a partir de contratos estabelecidos entre o Grupo Maratá para a aquisição da produção, impõem-se uma série de condicionantes de qualidade a serem seguidos [...]. (SANTOS; LIMA; RIBEIRO, 2021, p. 113).

Do mesmo modo que ocorre a monopolização do território camponês na produção da pimenta, conforme apontamento dos autores, também se manifesta na sericicultura. Ou seja, os sistemas integrados são formas de o capital se apropriar da renda camponesa sem ser proprietário da terra. Além disso, estabelecem regras a serem seguidas no território do campesinato, conforme visto sobre a qualidade do casulo, o qual fica sob responsabilidade da família camponesa.

Neste cenário, quem se beneficia de todo o fruto do trabalho do camponês sericicultor é a empresa integradora, que apenas fornece as larvas, mas todo o processo no qual foi exposto é por conta dos camponeses. Contraditoriamente, a produção do

bicho-da-seda torna-se a principal renda dos camponeses, no entanto, somando à sericicultura, há um conjunto de outros cultivos que os fazem manter-se no campo. Estes cultivos, geralmente são destinados ao consumo da família, mostrando sua autonomia, pois estes não estão dependentes apenas da sericicultura para sua sobrevivência. Deste modo, no próximo item será abordado o autoconsumo como forma de recriação camponesa, o qual soma-se ao debate visto até o momento.

3.2 Relações de resistência tipicamente camponesas na sericicultura: O autoconsumo

Foi debatido até aqui a subordinação da renda da terra camponesa através da monopolização de seu território e as regras impostas pela empresa capitalista. Durante o ciclo do bicho-da-seda, há um cuidado rigoroso por parte da família camponesa para que a produção seja “bem-sucedida”. Aliás, o trabalho familiar vai além do cuidado com as lagartas, ou seja, o árduo trabalho também envolve a limpeza do barracão e principalmente no período do inverno, a manutenção das amoreiras, momento em que não recebem renda proveniente da atividade da sericicultura.

O questionamento que se faz a partir das formas de subordinação sinalizadas até aqui é: por que os camponeses continuam na sericicultura? Apesar dos sericicultores perceberem as formas de subordinação pela indústria, não é a totalidade da problematização, pois há resistências contraditórias que se relacionam nesse processo, um dos exemplos é na organização diária do seu tempo de trabalho:

[Vocês trocariam o bicho-da-seda hoje por outra, outro tipo de, de produção? outro tipo de trabalho? ou vocês querem continuar com o bicho-da-seda?] É o bicho-da-seda pra, pra pessoa assim que, que, que tem uma profissão, é, é o bicho-da-seda né? agora quem tem uma profissão aí e ganha mais, daí tudo bem. Mas nós num tem profissão, nós tem que ser com o bicho-da-seda, porque a pessoa sem, já digo assim, servente de pedrero aí, daí pra trabaiaá na cidade é servente de pedrero, então o bicho-da-seda, vai dá um poco a mema coisa. [Camponesa]: **Não, e o bichinho a gente se manda no serviço né? você vai lá, faz o serviço né? Tá em casa né?** (Camponeses F, Comunidade Erval Bonito, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022, grifo nosso).

Outro exemplo de resistência camponesa é no período do inverno, o qual buscam formas de acrescentar sua renda, já que, não há a pretensão de sair do campo e tornar-se assalariado na cidade. Assim, a contribuição de Shanin (2008) é pertinente:

Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise nas quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso. (SHANIN, 2008, p. 25).

Conforme apontado por Shanin (2008), os camponeses buscam adaptar-se para a recriação de sua família, mesmo que haja a subordinação, a integração é uma das alternativas para manter-se no campo. Nesse sentido, a integração é um sistema permeado de contradições, já que a subordinação e resistência se relacionam. Como dito, o camponês é conhecedor da subordinação, porém ele visualiza na sericicultura uma forma mais rentável na sua propriedade, conforme relatos a seguir quando perguntado o motivo de iniciar com esta produção:

[E por que vocês decidiram começar com o bicho-da-seda?] Camponês: É pra dá um salarinho né? que nem a pessoa ... Camponesa: É que a lavora não tava dando mais nada né? planta milho aí e... [Antes do bicho-da-seda vocês plantavam milho então?] Camponesa: Sim, nós plantava milho, depois num ano plantemo algodão, depois plantemo mandioca daquelas mandioca que vende pra fora aí...daí depois resorvemo de ponha o barracão aí [Então antes não tava dando mais tanto lucro?] Camponesa: Não, é que assim é mais demorado né? Cê planta mandioca, cê tem um ano pra coiê, cê planta milho tem que espera seis mês, o bichinho em vinte e oito dia se tá entregando né e... Camponês: Daí.. nós tamo assim... desde o tempo que nós assim meximo com barracão de bicho-da-seda... tinha que ter feito antes esse barracão né? Assim... porque é a única coisa que... que dá um dinherinho, assim um salarinho é o bicho-da-seda. Se não fosse o bicho-da-seda, no Diamante, os pequeno mesmo não...é, é péssimo né? O barracão do bicho-da-seda, com um arquere de terra cê mantêm a família né? Ali, em cima de um arquere de terra. (Camponeses F, Comunidade Erval Bonito, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

[E por que que na época vocês decidiram começar com o bicho-da-seda?] É a única fonte de renda que dá mais aqui no Diamante pra nós porque é terreno pequeno né? Porque se você põe uma vaca pra 25, 23 igual nós temo aqui 23 litro de terra, pra uma vaca não dá! [Não dá?] Não dá e o bicho-da-seda você tira uma renda que você precisa. Não tem muito custo né? Porque só é uma vez por ano que você aduba e daí se acauso você vai cortá a amora e tem um pedaço mais fraco, cê vai lá e compra um saco de adubo e joga onde tá mais fraco né? E se, igual vaca não, vaca você tem que comprá o pasto né? pra, pra, pra podê mantê né? Um pedaço de terra pequeno, daí é o custo da Bratac é o mesmo, do bicho-da-seda. (Camponesa E, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, maio de 2022).

Conforme as falas dos camponeses, o caminho mais válido é seguir com a produção do bicho-da-seda, sendo que, plantar milho, soja ou qualquer outro tipo de produção não é viável nas pequenas propriedades. Se observa nas entrevistas, que antes da produção de bicho-da-seda alguns trabalhavam em fazendas, outros seguiam com a produção de leite, plantação de algodão, feijão, milho, depois seguiram para a sericicultura: “Porque aquele tempo pro pequeno a gente vê que é uma coisa muito boa né? Pro pequeno produtor” (Camponês C, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

Contudo, é preciso salientar a falta de políticas públicas, e mais do que isso, a falta de uma política de reforma agrária, o que leva os camponeses se submeterem à integração e as formas de subordinação. Ou seja, se houvessem políticas de Estado voltadas para os camponeses, a realidade poderia ser outra, com outras possibilidades de produção. Desse modo, o trecho de Vicini (2019), é uma realidade que abrange também o sistema integrado da sericicultura:

O capital industrial, como as indústrias fumageiras a exemplo, torna o camponês subalterno, porque a indústria ocupa os espaços vagos que o Estado deixa, o qual deveria com políticas públicas preencher, políticas que atendessem a diversidade do campesinato. No entanto, as políticas estatais atendem as demandas do agronegócio e da agricultura capitalista. Ao campesinato por falta de alternativas, resta participar deste sistema mesmo não o integrando, pois é algo que lhes é condicionado a sua reprodução (VICINI, 2019, p. 68).

Diante da inexistência de políticas públicas, cabe aos camponeses um conjunto de cálculos, não apenas na esfera econômica, que ora apontam para a sericicultura como possibilidade de manutenção no campo e ora a avaliação é pelo abandono desta atividade, buscando outras perspectivas, como observado na fala de uma camponesa:

Ah sim! Eu já me aposentei, ele [esposo] tá esperando vim o aposento dele, já tá ... prestes a sair também. Daí quando saí nós vamo... vê se alugamo, se o piá meu que trabaia fora vão vim pra cuidá daí vamo... Dá um jeito de alugá, ou acabá com a amora e pranta outra coisa. Mas também só dois é muito sofrido, você não tem descanso nunca. Hoje nós tamo tranquilo porque eles tão novinho, chegaram sexta-feira, são pequenininho, mas quando eles tão na quinta idade... (Camponesa F, Comunidade Eral Bonito, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022).

Esta fala expressa a realidade em torno do processo penoso de trabalho, neste caso, operado apenas pelo casal de idosos, havendo por vezes ajuda dos filhos. Assim, o

camponês entende que determinados momentos aquela produção não lhe é mais viável, buscando outras formas de renda, demonstrando que não está totalmente preso ao sistema integrado. Ou seja, o camponês pode abandonar a sericicultura, revelando sua autonomia em optar por outra forma de produção, tendo em vista que, não está completamente subordinado pela Bratac. “Ó eu...eu já tô me ajeitando, tô arrumando, plantando pasto, tô indo devagar né? Eu vô mexe com uns carnero...” (Camponês B, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022). Sobretudo, a autonomia faz parte de um processo contraditório de resistência para permanecer no campo, não havendo a mesma possibilidade se fosse um trabalhador assalariado na cidade. Assim, a relação entre subordinação e autonomia é explicada por Paulino e Almeida (2010):

Todavia, a autonomia e liberdade do camponês, contraditoriamente, se inscrevem na lógica do capital, já que esse vive cotidianamente a transferência de riqueza que a sujeição da renda da terra impõe. Porém, essa permanência camponesa não se deve a uma pura e simples determinação do capital, pois é também sua negação. Ou seja, os camponeses interferem, resistem, criam estratégias para escapar das necessidades do capital que tem na sujeição da renda da terra um filão de produção do capital (PAULINO; ALMEIDA, 2010, p. 54).

As diversas estratégias do campesinato em Diamante do Sul, como a troca de serviço e ajuda mútua com vizinhos, o modo de vida camponês, o qual envolve o trabalho familiar, e principalmente o autoconsumo, o qual destacaremos em seguida, são resistências tipicamente dos camponeses, as quais não são determinadas pelo capital.

Paulino e Almeida (2010), demonstram que há o mito da homogeneização do território, em razão do território do campesinato possuir suas especificidades e contradições, o qual se distingue do território capitalista. Assim, o “modo de vida” camponês não é organizado pelas necessidades do mercado (PAULINO; ALMEIDA 2010), ou seja, não é homogêneo. Essa relação contribui para sinalizar que o camponês não sobrevive apenas com o sistema integrado da sericultura, já que, seu objetivo não é a acumulação, mas sim a manutenção do grupo familiar.

Sendo assim, os camponeses combinam junto à integração outras atividades rotineiras, como o autoconsumo, tendo em vista que, os camponeses não possuem dedicação exclusiva com o bicho-da-seda. De tal modo, a diversidade na atividade do autoconsumo da família camponesa está na criação de porcos, galinhas, além de cultivos como arroz, feijão, batata, milho, mandioca, verduras em geral e também os diversos pomares de frutas espalhados pelas propriedades. No entanto, a empresa capitalista se

apropriada da diversificação camponesa, posto que, se fosse somente a sericicultura, a indústria teria que pagar um valor a mais pelo produto dos camponeses. Portanto, a diversificação está voltada principalmente para a manutenção da família camponesa, compreendida como resistência genuína do campesinato. Paulino (2003), explica sobre as atividades paralelas como o autoconsumo:

Prova disso é que as empresas classificam como sericultores ideais aqueles que são proprietários e desenvolvem atividades paralelas, inclusive de autoconsumo. Portanto, para se manter, os camponeses devem ter renda acessória, em geral obtida com a diversificação interna e produção parcial de alimentos, pois o retorno monetário da sericicultura não é suficiente para a compra de todos os víveres e satisfação das demais necessidades básicas da família. (PAULINO 2003, p. 161).

Ou seja, para a empresa integradora é vantajoso os camponeses produzirem outros cultivos, pois assim terão mais renda e conseqüentemente a empresa poderá retirar parcela maior da renda dos sericultores. Além disso, Paulino (2003) ressalta que, somente a sericicultura não é suficiente para as necessidades da família camponesa, questão que os próprios criadores percebem: “Se você não tivé uma estrutura fora, só daqui, só você, pra você comê e tudo num... num dá!” (Camponês C, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022). Esta fala sinaliza a “peleja” que os camponeses enfrentam no sistema integrado da sericicultura, sendo conscientes da sua realidade, por este motivo não seguem passivos diante da exploração do capital, encontrando nas atividades secundárias, e também no autoconsumo, formas de recriação.

No entanto, a principal renda dos camponeses continua sendo a sericicultura, precisamente por ser em pequenas propriedades, não sendo possível seguir com a rotação de outras culturas no período em que não há criação do bicho-da-seda. Ou seja, no inverno, quando se interrompe a produção, os sericultores não conseguem cultivar outra atividade devido ao cuidado com as amoreiras, não havendo espaço para atividades paralelas, para que haja possibilidades de renda neste intervalo.

Na maior parte das falas dos camponeses, é possível observar que há trabalhos secundários fora das propriedades, como serviço de meeiro, arrendatário, funcionário público, e também a aposentadoria como forma de complementar a renda familiar. Um dos entrevistados possui propriedade maior, o qual é conjunta com outros familiares, havendo criação de novilhas. Outro caso específico, é um camponês que possui outra propriedade de 13 alqueires juntamente com o filho na criação de gado. Além do que já

foi debatido sobre o inverno, em que os camponeses buscam formas de não faltar renda, guardando uma parte do ganho anual, ou até mesmo realizando trabalhos no setor da construção civil, visto que, não é possível sobreviver apenas com a cesta básica que a Bratac fornece.

Todavia, é preciso assinalar que em todas as 12 entrevistas foi possível identificar o autoconsumo como atividade conjunta com a sericicultura. Ou seja, o autoconsumo faz parte da realidade dos sericultores, sendo um conjunto diverso de cultivos que são destinados para a manutenção da família. Vejamos alguns exemplos nas falas dos camponeses:

No causo nós... nós tem **tudo pro gasto né?** Tem tudo crioulo né? Daí...daí **diminui no mercado né?** [...] Nós engorda um porco, tem a galinha, tem o ovo, o porco tem a banha né? E... daí o resto dos mantimento nós planta de tudo né? Pra ter pro gasto... [O que vocês plantam?] Camponês: É... o milho, feijão... arroz nós plantemo ali mas é... com esses problema de seca não dá mais, daí paremo. Camponesa: Verdura, mandioca... Camponês: É nós temo a horta, sempre tem... É, meio de tudo pro gasto né? Tem, daí... desde arvoredo nós temo né? Nossas verdura, produz meio de tudo... café... nós temo café crioulo. (Camponeses A, Comunidade Alto Cascudo, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022, grifo nosso).

Aí a gente não vende né? A gente, é... cria um porco ali pra comer a carne, umas galinhas também né? E... e a gente planta feijão né? **Mas só pro consumo também né?** [Só pro consumo?] É... mandioca, batata, essas coisa aí né? Uma horta também, mas é só pro consumo. **Se tivé alguma sobra lá uma vez ou outra**, se sobrá né? Entende né? [...] Já aconteceu de nós colhê mais feijão do que, do que o previsto e aí a, **a sobra a gente, a gente vende né?** (Camponês D, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022, grifo nosso).

[Além do bicho-da-seda né? Tem algum outro tipo de produção menor? E criação de galinha ou outros animais?] Camponês: Não, nós temo só o bicho-da-seda, galinha **só pro gasto**, num vendemo né? Só pro gasto, mas é...mas é só pro gasto mesmo. Camponesa: Mas tem galinha, tem porco, tem vaca, cavalo, mas pra venda não. [Vocês têm alguma horta também?] Camponês: Horta também. Camponesa: É hortinha nós planta as coisa **só pro gasto né? Não pra vende.** Camponês: Vendemo memo só o casulo. (Camponeses F, Comunidade Eral Bonito, Diamante do Sul/PR, janeiro de 2022, grifo nosso).

As diversas plantações e criações de animais são representadas nas falas dos camponeses como algo corriqueiro de sua rotina, “só para o gasto” como bem apontam, ou “quando sobra”, vendem o excedente. Desse modo, no caso dos sericultores de Diamante do Sul, a diversificação camponesa por vezes pode ser realizada a venda de excedentes, como observado no caso da produção do feijão, na fala anterior. No entanto

a diversificação está interligada especialmente no autoconsumo, sendo de grande importância para a recriação camponesa, já que representa alimento que a própria família produz. As Fotografias 8, 9 e 10 demonstram exemplos de autoconsumo nas propriedades camponesas.

Fotografia 8: Horta direcionada ao autoconsumo em propriedade camponesa



Foto: Trabalho de campo. Autor: ARRUDA, 2022.

Fotografia 9: Cultivo de mandioca para autoconsumo em propriedade camponesa



Foto: Trabalho de campo. Autor: ARRUDA, 2022.

Fotografia 10: Criação de galinhas para autoconsumo em propriedade camponesa



Foto: Trabalho de campo. Autor: ARRUDA, 2022.

Portanto, é justamente este conjunto de atividades que possibilita o sustento diário da família, o qual não seria possível apenas seguindo no cultivo das amoreiras e a produção de bicho-da-seda. Desse modo, Lima (2009), contribui para o debate:

Para o camponês, a sua existência (subsistência) tem como base as atividades agrícolas, sendo o trabalho na terra com os instrumentos de trabalho, a principal forma de garantir sua sobrevivência. Entretanto, o que diferencia o camponês dos demais sujeitos (classe social) é sua capacidade de produzir diretamente grande parte dos meios de subsistência, a exemplo, os instrumentos e ferramentas feitas por ele mesmo, o cultivo de gêneros alimentícios necessários ao consumo da família. (LIMA, 2009, p.18).

Lima (2009), define “subsistência” como um tipo de produção que não está voltada somente para o autoconsumo, já que, uma parte dela pode ser destinada ao mercado, satisfazendo assim, as necessidades físicas e sociais da família camponesa. No caso deste estudo, compreende-se que o campesinato utiliza do autoconsumo como forma de reprodução e garantia da existência de sua família, estando ligada diretamente com o seu modo de vida.

A diversidade de cultivos representadas no autoconsumo, não apresenta mediação com o mercado, pois o camponês não vende esta produção para conseguir renda, para em seguida comprar outro produto. Essa relação com o autoconsumo é exclusiva para a manutenção do grupo familiar, representando sua autonomia diante das amarras do sistema capitalista no campo. Destarte:

Se sua produção está totalmente direcionada ao mercado, este sujeito produtor está vulnerável às oscilações dos preços e a subordinação capitalista [...] a produção de autoconsumo proporciona maior controle da unidade produtiva pelos camponeses. Não é pelo fato da produção de autoconsumo fazer parte da subsistência camponesa que deve considerá-la como inferior. (LIMA, 2009, p. 20).

Embora o autoconsumo apareça como algo “só para o gasto” da sua rotina, é essa diversidade de produção que garante seu sustento e também sua permanência no campo. Para Lima (2009), quando o camponês realiza suas atividades agrícolas direcionadas para o autoconsumo, ele está negando a circulação no mercado.

Conforme sinaliza-se, a resistência do campesinato está rodeada de contradições, já que, as formas de recriação camponesa se somam com o sistema integrado da sericicultura, o qual subordina sua renda. Em outras palavras, o autoconsumo se configura como forma de manutenção da família camponesa, simultaneamente, tornam-se “parceiros” ideais para a empresa capitalista. Dessa forma, os camponeses, ao produzirem para o autoconsumo, não precisarão comprar no mercado, por exemplo. Contraditoriamente isso oportuniza o capital ampliar as formas de extração da renda via outros mecanismos como o sistema de integração. Segundo o raciocínio de um camponês:

Porque no sítio o custo de vida é bem mais em conta, se for comparar com a cidade e o salário que eu tiro aqui, nós dois teria, teríamos que nós dois trabalhá e mesmo assim, as vezes não sobraria o que eu tiro aqui, que além do bicho-da-seda eu tenho um pouco de gado, então a gente sempre tem uma atividade extra, e na cidade se você não trabalha, você tem um salário “x” e pronto. E todo mês é conta, é luz, é alimentação, combustível, então algum imprevisto que tenha né? E aqui no sítio é diferente, cê sabe tudo os gasto que vai ter, pode alterá alguma coisa, mas boa parte dos alimentos pelo menos você consegue né? Não precisa ir sempre no mercado. (Camponês H, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

Constata-se nesta fala que o autoconsumo é uma forma de manter a família camponesa no campo, fazendo parte de um conjunto de estratégias de recriação do campesinato. Lima (2009), ressalta que o camponês ao produzir para o autoconsumo

estabelece uma capacidade de se esquivar dos esquemas de subordinação do trabalho e da renda da terra, sendo estratégias de resistência camponesa, mesmo que seja de forma contraditória. De tal modo, a resistência camponesa se coloca como o conjunto de atividades que envolvem a sericicultura, além da autonomia na produção de uma diversidade de cultivos que se situam no autoconsumo. Nesta relação Martins (2003), é pertinente:

Nas situações de maior integração com o mercado, em que parte ponderável do tempo do camponês e de sua família é dedicada à produção de mercadorias, ainda assim têm elas um certo caráter excedente. Porque, no geral, o agricultor familiar mesmo especializado na produção do fumo, milho, feijão, suínos, soja, mandioca, frutas ou o que for, tende a produzir diretamente seus meios de vida, aquilo que se destina ao consumo diário da própria família. Nesse sentido, os problemas que o mercado e o dinheiro podem trazer e trazem para o interior dessa produção mercantil simples podem ser atenuados pela produção direta de parte ou de tudo aquilo que é necessário à sobrevivência. Situação diferente da do operário, que pode ser integralmente alcançado por qualquer crise econômica, no desemprego, na redução dos salários, no aumento do custo de vida, etc. (MARTINS, 2003, p. 77-78).

O trecho de Martins (2003), demonstra a recriação camponesa diante do modo de produção capitalista, o qual ele está inserido. Como já salientado, o campesinato é uma classe social diferente do operário, que possui suas próprias estratégias de luta. Embora esta luta tenha caráter silencioso em alguns momentos, centrada em questões da rotina da família camponesa para manutenção de seu modo de vida, a qual é enraizada em uma cultura tradicional permeada de contradições. Todavia, se difere com os trabalhadores da cidade, pois em momentos de crise, não há o autoconsumo como estratégia de sobrevivência.

Assim, conforme visto nas falas dos entrevistados, os sericultores de Diamante do Sul se articulam, sobretudo, com o autoconsumo como forma de recriação tipicamente camponesa para permanecer no campo. A autonomia que os confere, mesmo diante das contradições inseridas no sistema de integração, é um aspecto da vida camponesa, o qual cotidianamente, busca-se escapar das amarras do capital. Deste modo:

O ideário da produção para autoconsumo ou mercantil simples implica numa autonomia porque são os camponeses os produtores diretos dos meios de vida. Por isso, uma grande parte dos camponeses despossuídos da terra almeja alcançá-la porque vê aí uma possibilidade de independência e autonomia. Embora a produção camponesa esteja integrada aos mercados capitalistas mundiais, a família se constitui

numa unidade econômica de produção e apresenta uma lógica diferente da empresa, pois é regida pelas necessidades, consumo e sobrevivência do grupo. (FABRINI 2007, p. 25).

Sendo assim, as famílias sericicultoras de Diamante do Sul, as quais estão inseridas nessa cadeia da indústria da seda, articulada com o mercado internacional, não tem a mesma lógica mercadológica do capital. Ao contrário, estes sujeitos procuram se esquivar da pressão que lhes é imposta no momento da produção da matéria-prima utilizada pelas grandes grifes internacionais. Dito de outro modo, os camponeses da sericicultura objetivam recriar-se a partir de uma diversidade de atividades que realizam em suas pequenas propriedades. É claro que existem muitas contradições postas nesse processo, no entanto, a produção de bicho-da-seda, somada com seu modo de vida, lhes possibilita a manutenção de sua família no campo.

Para os camponeses que anseiam pelo acesso à terra, há uma busca pela autonomia, aspecto que a cidade não lhes proporciona. Deste modo, a diversificação é importante para a autonomia campesina e para permanência no campo, mesmo que haja um conjunto de contradições inseridas neste processo. Conforme as falas dos camponeses entrevistados, seu objetivo não é ir para a cidade, porque enxergam nesse caminho as dificuldades e a perda dessa autonomia:

Porque você pensa assim ó! Se, se eu tô errado, cada um barracão desse aqui você, você produz é a produção dele é cê mantém tua família, aqui no sítio. Que é muito melhor do que ih todo mundo pra cidade, vai pra lá é água, é aluguel, é luz, é tudo né? E as coisa é muito mais difícil na cidade. Sendo que aqui se você tivé uma horta, você já, a tua vida é muito melhor... né? Você trabalha aqui ó! Você corta a amora cedo, tá fresco. A hora que esquenta você só fica trabaiando na sombra aqui dentro, você fica tratando de, de bicho, você fica montando bosque, você é tudo, serviço aqui dentro né? Não precisa tá lá no solão lá ... e de tarde agora, ó! Já tá quase na hora de nós ir cortá mais amora pra tratá de noite, porque refresco, você já vai cortá amora porque tem que tratá deles a noite [...] (Camponês C, Comunidade Pinhalito, Diamante do Sul/PR, abril de 2022).

A contribuição desta fala mostra a compreensão sobre a complexidade em viver na cidade, não se identificando com a vida urbana, porque difere-se da dinâmica de quem vive no campo, o qual garante um conjunto de cultivos para manutenção da família. Ou seja, esta fala sinaliza a vida no sítio como possibilidade de obter uma relativa autonomia, de modo que, a organização familiar é possível por estar na condição de camponeses. Caso estivessem na condição de trabalhadores assalariados, precisariam cumprir ordens

de um padrão, com horários inflexíveis. Portanto, os sericicultores não desejam perder a condição de serem donos do seu próprio tempo, de modo que, a mudança para a cidade significaria mudar sua classe social, e por isso a resistência se realiza por intermédio da luta pela manutenção da sua existência.

Não quer dizer que a realidade posta seja o ideal, já que há falta de políticas de Estado para melhoria das condições de vida. Se houvesse outras possibilidades para o campesinato, não precisaria necessariamente sujeitar-se à subordinação da empresa capitalista. Portanto, a realidade dos sericicultores reflete uma escala maior, que é a desigualdade social presente no campo brasileiro.

Neste debate sinaliza-se que a subordinação não pode estar desvinculada com a resistência camponesa, sendo elementos que se relacionam neste processo contraditório. Assim, a sericultura possui muitas particularidades, visto que, a indústria capitalista cria estratégias de dominação através da subordinação da renda da terra, além da tamanha responsabilidade na produção, o qual foi debatido nesta pesquisa.

A complexidade dos sistemas integrados da sericultura está que as resistências encontradas pelos camponeses não estão desvinculadas com a subordinação. Desse modo, o campesinato não está homogêneo nesse processo do mercado da sericultura, pois há um conjunto de ações conforme mencionado, que os fazem permanecer no campo que vai além da produção de bicho-da-seda e que, contraditoriamente a empresa capitalista tira proveito da renda da terra camponesa, sendo mais viável do que se fossem contratados como trabalhadores assalariados.

Por isso, a recriação se dá também na própria sericultura, sendo uma das formas contraditórias de continuar no campo. Ou seja, a sericultura, conforme os entrevistados destacaram, é uma possibilidade de produção em suas pequenas propriedades. No entanto, os camponeses relatam também que não há como sobreviver apenas com a sericultura, visto que, há outros serviços secundários que objetivam complementar sua renda. Portanto, essa possibilidade de permanência no campo está rodeada pela subordinação de seu território, o qual é controlado pelo capital industrial. Ou seja, as atividades secundárias os quais os camponeses se sujeitam, representam o cenário de subordinação do sistema integrado.

Desse modo, as atividades como meeiro, empreita, construção civil, funcionário público etc., objetivam complementar renda, mas também demonstra a precarização deste sistema, em que beneficia a indústria capitalista a partir da subordinação da renda da terra camponesa. Ao mesmo tempo, o campesinato tenta se desviar das amarras do capitalismo,

de modo a evitar deixar o campo o que significa também uma mudança de classe: de camponeses para operários.

De tal modo, os camponeses sericicultores de Diamante do Sul não estão totalmente dominados por este sistema, pois contém outras formas de recriações sinalizadas na troca de serviço e ajuda mútua entre os vizinhos, na autonomia relativa de seu horário de trabalho, na organização coletiva como forma de reivindicações comuns, e especialmente, nas relações de autoconsumo como demonstrado.

Compreende-se que o campesinato não está desaparecendo, visto que, o capitalismo se recria a partir de relações não capitalistas, como no caso em questão, a partir da subordinação da renda da terra camponesa. No entanto, por mais que os camponeses estejam inseridos na integração, cujo sistema os subordina, a diversidade de atividades evidencia relativa autonomia.

Portanto, a resposta do campesinato diante da sujeição é seu modo de vida, que embora esteja monopolizado pelo capital industrial, recria-se em um conjunto de atividades importantes para a manutenção do grupo familiar. Assim, os sericicultores de Diamante do Sul resistem em seu território, que por vezes perpassa por contradições, todavia, essenciais para permanência da terra na condição de camponeses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a abordagem realizada sobre os sericicultores de Diamante do Sul, não há o intuito de concluir o presente trabalho, mas debater e refletir alguns elementos sobre esse processo contraditório do sistema integrado, o qual envolve os camponeses. É pertinente lembrar que, Diamante do Sul possui muitos contrastes sociais, o qual foi guiado a partir do levantamento dos dados. No interior dessa realidade, a maior parte da população é formada pelo campesinato, e que sobrevive com diversas atividades, dentre elas, a sericicultura.

Nesse sentido, compreende-se que, o sistema de integração da sericicultura subordina a renda da terra camponesa através da monopolização de seu território. No entanto, foi possível perceber que a subordinação insistentemente debatida, não está desvinculada com as resistências camponesas, e, portanto, são dois elementos que se relacionam, tornando um processo contraditório.

Assim, num primeiro momento considerou a produção do bicho-da-seda como forma de resistência para o camponês permanecer no campo. Todavia, ao analisar mais profundamente, a partir das bibliografias e o diálogo com os camponeses, nota-se que, a sericicultura não é a única forma do campesinato resistir na terra. Esse fato demonstra que, se houvesse somente a integração nas propriedades camponesas, não seria possível sua sobrevivência. Desse modo, além da sericicultura, há um conjunto de atividades que os camponeses realizam, compreendidas como resistências contraditórias que possibilitam sua permanência e recriação.

Nesse sentido, há uma relação contraditória, já que, a indústria domina o território camponês através da monopolização, sendo mais conveniente do que se fosse realizada através do trabalho assalariado. No entanto, embora haja diversas formas de subordinação, não há o domínio completo da integradora, de modo que, os camponeses tentam escapar das amarras impostas por ela.

Por vezes essa resistência ocorre coletivamente, como vimos na ajuda mútua e na troca de serviço, bem como, na organização coletiva que os camponeses realizaram em torno de uma pauta comum, demonstrando seu poder de reivindicação. Mas, também essa resistência ocorre de forma individualizada, quando a família camponesa possui uma diversidade de atividades para além da sericicultura com o objetivo de complementar sua renda.

Esses elementos parecem “pequenos” diante de toda a subordinação enfrentada por eles, mas, esse conjunto de atividades revela a importância na manutenção do grupo

familiar e sua autonomia, mesmo que seja relativa. Ou seja, se mostra relativa porque a indústria capitalista continua subordinando sua renda, através da imposição de regras antes das chegadas dos lotes, durante a produção do bicho-da-seda, cujo trabalho torna-se mais intenso à medida que as lagartas avançam em seus estágios de crescimento. Além da manutenção do barracão e das amoreiras no período do inverno, momento em que os criadores ganham apenas uma cesta básica da Bratac.

Mesmo diante de todo esse controle pela empresa capitalista, o território continua sendo dos sericicultores, os quais esquivam-se dessas imposições, ou ainda, por vezes abandonam a produção, por entender que não é mais possível, buscando outras formas de se reproduzir enquanto camponês, demonstrando a sua autonomia de escolha. Todavia, a maior parte dos camponeses entrevistados relataram que continuam na sericultura pelo fato de ser uma produção viável em suas pequenas propriedades, do que se fosse por exemplo, plantar milho ou seguir com a produção de leite. No entanto, mostram ter conhecimento deste processo e que estão subordinados, provando que não são sujeitos alienados e desconectados de sua realidade. Embora os sericicultores não estejam envolvidos em um movimento social, sua luta ocorre de forma mais “silenciosa”, o que não retira sua importância, já que possibilita sua permanência na condição de camponeses.

Embora os camponeses tenham acesso a financiamentos, insumos, e ainda tenham auxílio da prefeitura em materiais e terraplanagem quando iniciado a integração, não é suficiente, visto que falta mais políticas públicas de Estado voltada aos pequenos proprietários. Ou seja, por falta de políticas de Estado, os camponeses acabam indo para o caminho da integração, e assim, o capital industrial aproveita e abocanha a renda produzida pelos camponeses.

Desse modo, uma política de Estado mais concreta poderia mudar a realidade dos sericicultores para uma política efetiva de Reforma Agrária, em que garantiria acesso a mais terra e também a melhores condições aos camponeses e assim, haveria outras possibilidades de produção que não fosse necessariamente os sistemas de integração, os quais monopolizam seu território.

Nesse cenário de contradições do sistema integrado da sericultura, compreende-se que, a Bratac não controla o território camponês na sua totalidade, pois os camponeses conseguem organizar sua rotina de trabalho, sendo um fato possível justamente por estarem na condição de camponeses. Esse elemento evidencia que os camponeses não querem perder a autonomia de serem donos do seu tempo. Ou seja, os camponeses não

almejam tornar-se trabalhadores assalariados na cidade e cumprir ordens inclusive em seus horários. Nesse sentido, o modo de vida familiar camponês demonstra uma resistência do campesinato, mas que está inserida em um processo contraditório, em que o capital subordina o fruto de seu trabalho.

O modo de vida familiar apontado diversas vezes, é um elemento do campesinato que não visa acumular riqueza, pois sua produção se destina nas necessidades dos camponeses. Um desses elementos está principalmente no autoconsumo, em que a produção está voltada diretamente para manutenção de sua família. Portanto, esse conjunto de atividades, presentes na rotina diária da família camponesa, possibilita não apenas permanência na terra, mas também a permanência enquanto classe camponesa.

Portanto, neste trabalho foi possível compreender as contradições do sistema integrado da sericultura em que os camponeses de Diamante do Sul estão inseridos. Ainda que haja a subordinação da renda da terra pelo capital industrial, as resistências camponesas, que, embora contraditórias, se relacionam e persistem neste processo.

Fontes Orais

FURQUIM, Teresinha Alves. **Entrevista realizada por Paulo Koling, Edgar Smiderle e Vanessa Bueno Arruda.** Área Verde – Diamante do Sul/PR, 16/11/2019.

NEVES, Erotides Rodrigues das. **Entrevista realizada por Paulo Koling, Edgar Smiderle e Vanessa Bueno Arruda.** Pinhalito- Diamante do Sul/PR, 09/05/2019.

NEVES, Isaias Amaral das. **Entrevista realizada por Paulo Koling, Núbia Caroline S. dos Santos e Vanessa Bueno Arruda.** Pinhalito – Diamante do Sul/PR, 07/06/2019.

TAVARES, Antonio. **Entrevista realizada por Paulo Koling, Edgar Smiderle e Vanessa Bueno Arruda.** Diamante do Sul/PR, 17/11/2019.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: Edusp, 1992.

BEM, Anderson. **Os produtores informais de leite:** O lugar da reprodução camponesa no debate teórico da questão agrária. Cascavel: Coluna do Saber, 2008.

BOMBARDI, Larissa Mies. O papel da Geografia no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **Geusp Espaço e Tempo**, São Paulo, N°14, 2003.

BRATAC. **Estrutura.** Disponível em: <http://www.bratac.com.br/bratac/pt/index.php>. Acesso em: Julho de 2021.

CIRIO, Gianna Maria. Evolução e condição atual da sericicultura no Paraná. In: Soares Junior. et al. **Inovações na sericicultura do Paraná:** tecnologias, manejo e rentabilidade. Londrina. ABRASEDA: IAPAR, 2018. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/424225460/Livro-Sericicultura2018-2aED>. Acesso em: Setembro de 2021.

CORRÊA, Rosane Aparecida Brandalise. **Diamante do Sul – 1924 a 1995.** Diamante do Sul. 1995.

CRESTANI, Leandro de Araújo. **Nas fronteiras do Oeste do Paraná:** Conflitos agrários e mercado de terras (1843/1960). Novas Edições Acadêmicas, 2013.

DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil.** Presidente Pudente: NERA, 2020.

EMATER. **Criação do bicho-da-seda:** manejo da criação por Maçaharu Takii. Curitiba, 1996.

FABRINI, João Edmilson. Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa. **Tese de doutorado em Geografia.** Presidente Prudente: UNESP, 2002.

_____. A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa. **Revista Geografia**, vol. 13, n. 2, jul-dez, 2004.

_____. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Ano 10, n. 11, jul-dez, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

IBGE. www.ibge.gov.br. Acesso em: Julho de 2021.

INCRA. <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em Julho de 2021.

INCRA. **Lei nº 8.629/1993 Comentada por Procuradores Federais**. Brasília: Incra, 2018. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_10171941_15012019172213.pdf. Acesso em: Agosto de 2021.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Diamante do Sul**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85408&btOk=ok> Acesso em: Julho de 2021.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. Porto: Portucalense, 1972.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. Tradução e apresentação de José Paulo Netto. 2 Edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, Ivanildo Vieira. Produção de subsistência/ autoconsumo e resistência camponesa no assentamento Pedro Ramalho em Mundo Novo/MS. **Dissertação de Mestrado em Geografia**. Francisco Beltrão: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2009.

LIMA, Tiago Barreto; SANTOS, Josefa de Lisboa; RIBEIRO, Bruno Andrade. O ardil do ardor: Subordinação camponesa no agronegócio da pimenta. **Revista Pegada**, Vol, 22, n.2, maio-agosto, 2021.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital: Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARTINS, José, de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

_____. **A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

_____. **O cativo da terra**. 8 ed. São Paulo, Hucitec, 2004.

OBSERVATÓRIO DA QUESTÃO AGRÁRIA. **Atlas da Questão Agrária no Paraná: Diálogos em Construção**. Naviraí, Ipuvaíva, 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. 1 Ed. FFLCH/Labur, 2007.

_____. A mundialização da agricultura brasileira. In: XII Colóquio de Geocrítica, 2012, Bogotá. **Anais eletrônicos...** Bogotá: Universidade Nacional de Colômbia, 2012. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/14-A-Oliveira.pdf> Acesso em: 23 de Nov. de 2022.

_____. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo: Iände Editorial, 2016. Disponível em: <https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20%20MUNDIALIZA%C3%87%C3%83O%20pronto.pdf> Acesso em: 23 de Nov de 2022.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Terra e vida: A Geografia dos camponeses no Norte do Paraná. **Tese de doutorado em Geografia**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2003.

_____. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e Território: A questão camponesa no capitalismo**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

PRIORI, Angelo et al. **História do Paraná: Séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh> Acesso em: Outubro de 2021.

PORTO, Antonio José. Sericicultura no estado de São Paulo. **Boletim de Indústria Animal**. Nova Odessa, v.71, n. 3, 2014. Disponível em: <http://www.iz.sp.gov.br/pdfsbia/1412257067.pdf> Acesso em: Outubro de 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala**. Universidade Nacional Autónoma de México, 2012. Disponível em https://conceptos.sociales.unam.mx/conceptos_final/505trabajo.pdf Acesso em: Dezembro de 2022.

ROOS, Djoní. Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul paranaense : territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências. **Tese de doutorado em Geografia**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2015.

SALLES, Jeferson de Oliveira. Bagatelas e Bedengós: Empresas colonizadoras na formação da propriedade fundiária no Paraná 1940-1960. In: SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés (Coord). **Os Avá-Guarani no Oeste do Paraná: (Re)Existência em Tekoha Guasu Guavira**. Curitiba, Letra da Lei, 2016. Disponível em:

https://www.academia.edu/30289450/Os_Ava_guarani_no_oeste_do_Parana_re_existencia_em_Tekoha_Guasu_Guavira Acesso em: Outubro de 2021.

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio**: A dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Organizadores). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo, Expressão Popular, 2008.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho**: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucitec, 1978.

VICINI, Jennifer Paola. A territorialização da produção de fumo na mesorregião Oeste do Paraná: Sujeição da renda da terra e as formas de resistência do campesinato. **Dissertação de mestrado em Geografia**. Marechal Cândido Rondon: Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, 2019. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/4434/5/Jennifer_Vicini_2019.pdf Acesso em: Dezembro de 2022.

APÊNDICES

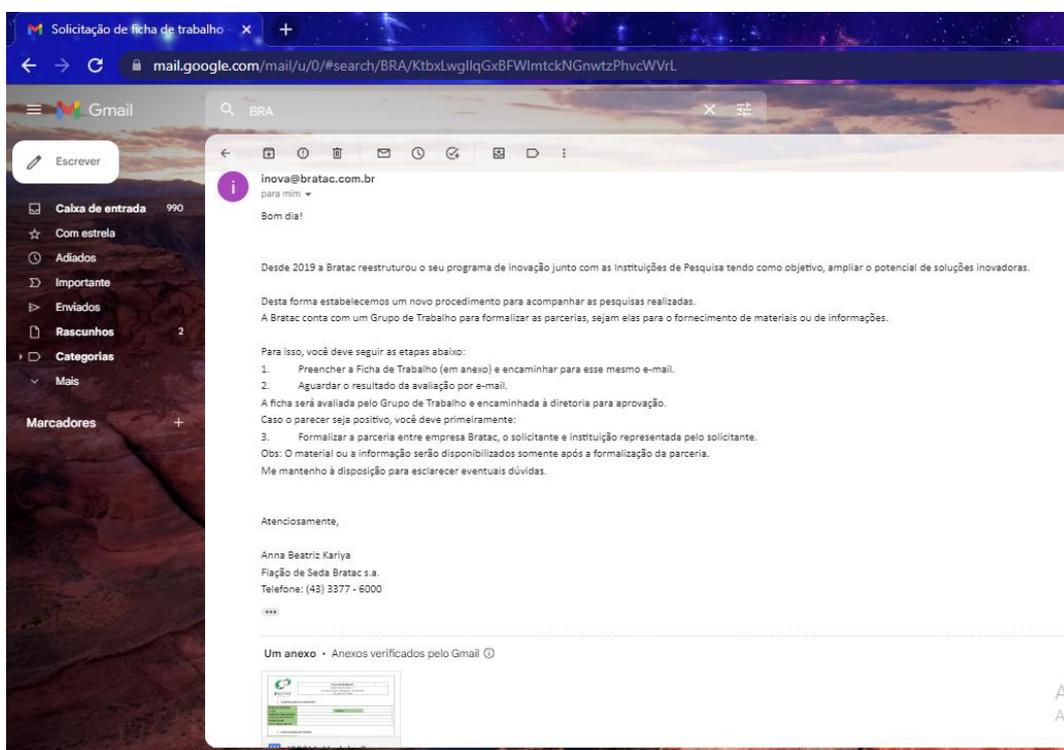
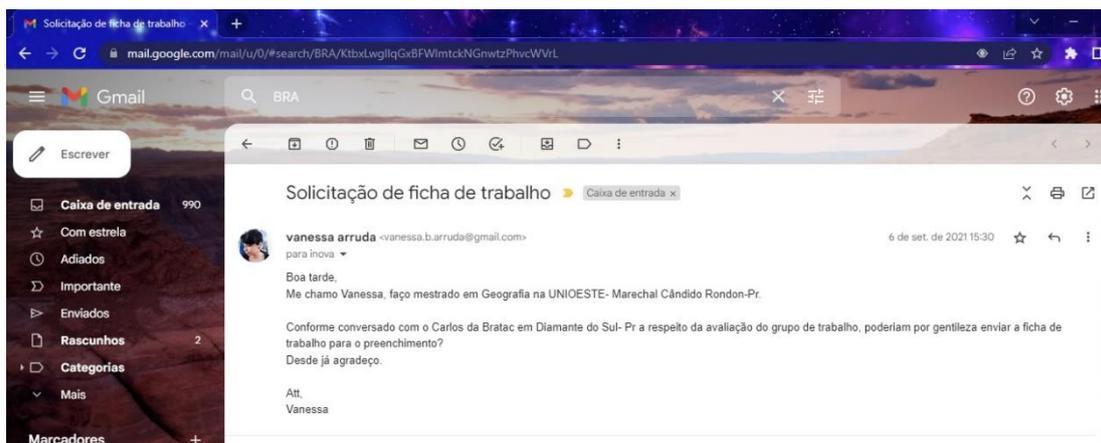
APÊNDICE 1: PERGUNTAS REALIZADAS AOS SERICICULTORES DURANTE AS ENTREVISTAS

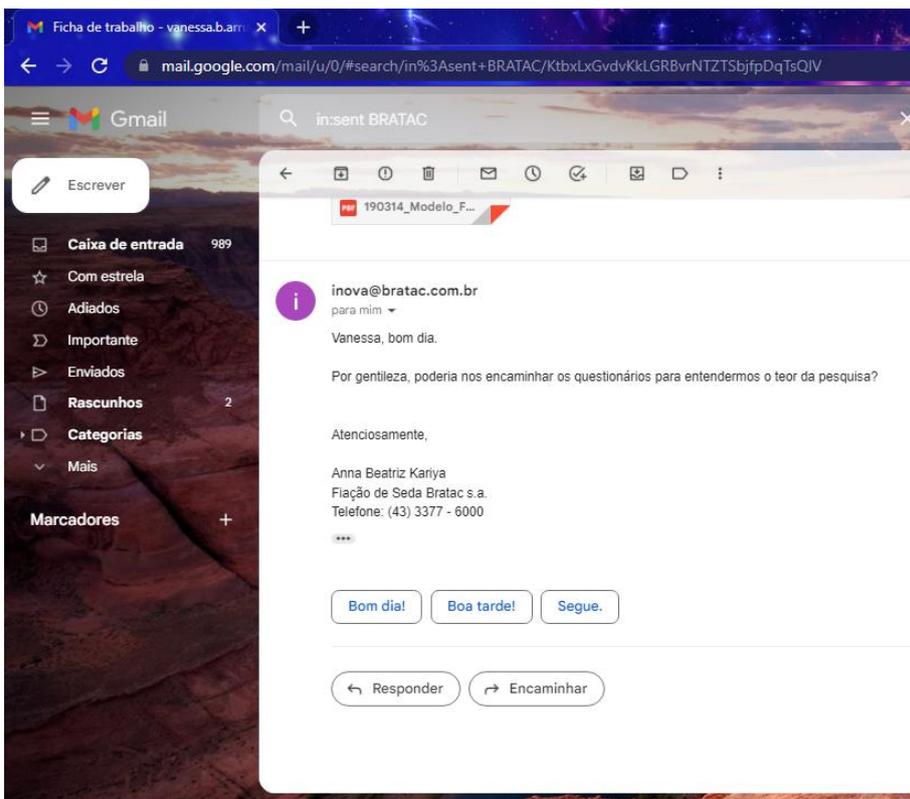
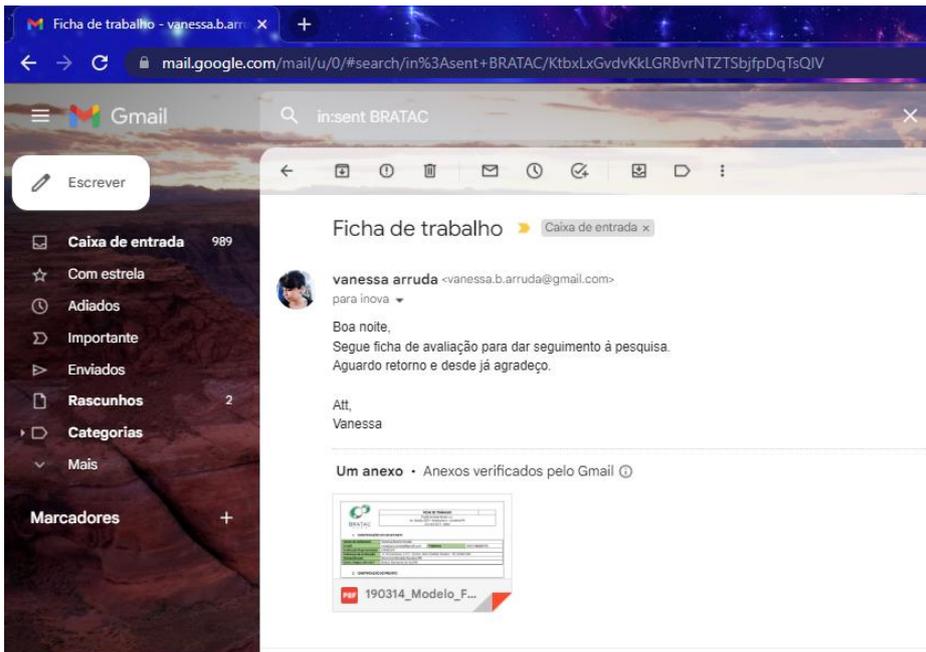
1. Nasceu em Diamante do Sul? Poderia contar um pouco de sua história de vida?
2. Sempre trabalhou na roça?
3. Qual o tamanho da sua propriedade? É proprietário?
4. Antes do bicho-da-seda, o que vocês plantavam na propriedade? Como era o serviço na roça?
5. Como iniciou o cultivo de bicho-da-seda?
6. Por que decidiu iniciar a produção com o bicho-da-seda?
7. Como foi o processo de investimento da sua propriedade? Fez algum tipo de financiamento em relação a sericicultura?
8. Teve que assinar algum contrato com a empresa?
9. Qual a área necessária para plantar amora?
10. Qual é a sua relação com os vizinhos? Trocam algum tipo de serviço ou dias de serviço?
11. Qual é a dificuldade que vocês têm nessa produção?
12. Além do bicho-da-seda, possuem outras plantações ou criação de animais? vendem ou é só para o consumo?
13. Possuem outro tipo de renda além do bicho-da-seda?
14. Como vocês consideram a assistência técnica com a empresa? Como é essa relação?
15. Com que frequência ocorre as visitas técnicas?
16. Possuem muitas regras pela empresa? Concorde com elas?
17. Qual é o tempo de trabalho dedicado ao bicho-da-seda?
18. Como é o ciclo e as etapas de produção do bicho-da-seda?
19. Todos da sua família trabalham na produção? Há uma divisão de trabalho?
20. Já tiveram algum tipo de prejuízo com o bicho-da-seda? Ou na produção das amoras devido à geada, seca, doença? A empresa ajudou neste período?
21. Vocês têm algum tipo de auxílio da empresa ou da prefeitura?
22. Qual é a renda obtida anualmente com esta produção?
23. Pretende continuar com o bicho-da-seda?
24. Trocaria o bicho-da-seda por outro tipo de produção?

25. Já tiveram algum problema com agrotóxicos por conta das plantações dos vizinhos?
26. Pretende continuar vivendo na roça? Por quê?
27. Seus filhos pretendem continuar no campo e com a sericicultura?
28. Possui familiares que cultivam ou já cultivaram o bicho-da-seda?
29. Fazem parte de alguma associação do bicho-da-seda? Como funciona?
30. Possui outra forma de organização ou reunião entre os sericultores?

ANEXOS

ANEXO 1: EMAILS ENVIADOS À BRATAC





ANEXO 2: FICHA DE TRABALHO ENVIADO À BRATAC EM NOVEMBRO DE 2021.



FICHA DE TRABALHO	
Fiação de Seda Bratac s.a. Av. Brasília 1075 – Rodocentro – Londrina/PR Tel. (43) 3377 - 6000	

1. IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

Nome do Solicitante	Vanessa Bueno Arruda		
E-mail	vanessa.b.arruda@gmail.com	Telefone	(45) 9 98260471
Instituição Representada	UNIOESTE		
Endereço da Instituição	R. Pernambuco, 1777 - Centro, Mal. Cândido Rondon - PR, 85960-000		
Cidade/Estado	Marechal Cândido Rondon/PR		
Como chegou até nós?	Bratac Diamante do Sul/PR		

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título da Proposta	OS AGRICULTORES SERICULTORES DE DIAMANTE DO SUL-PR		
Coordenador	Vanessa Bueno Arruda		
E-mail	vanessa.b.arruda@gmail.com	Telefone	(45) 9 98260471
Responsável Técnico			
E-mail		Telefone	
Patrocinador			
E-mail		Telefone	

Equipe de Trabalho				
Nome	Função	Instituição	E-mail	CPF
Vanessa Bueno Arruda	Mestranda	Unioeste	vanessa.b.arruda@gmail.com	07776862959
Djoni Roos	Orientador	Unioeste	djoni.roos@unioeste.br	04966798990

Informações da Proposta	
Período/ Data de realização	

Objetivo	Analisar o processo de integração entre agricultores e a Bratac na produção do bicho da seda no município de Diamante do Sul.
Justificativa	O processo de integração entre os agricultores e a empresa Bratac é de grande relevância para nossa discussão dentro da Geografia Agrária. Além disso, Diamante do Sul é um dos municípios de destaque na produção de bicho-da-seda, gerando renda para as famílias que vivem nas pequenas propriedades, sendo ainda um dos principais setores que agregam a economia local.
Metodologia a ser adotada	Nosso estudo de caso será a partir das visitas à empresa Bratac para levantamento de dados sobre a criação de bicho-da-seda e entrevista por meio de questionário estruturado aos técnicos e funcionários da Bratac, a fim de compreender o processo de produção na sericicultura.
Potencial de inovação da pesquisa	A pesquisa poderá contribuir no entendimento sobre a importância das relações de parceria para manutenção das famílias no campo e geração de renda. Ao mesmo tempo contribui na formação da presente pesquisadora.
Resultado esperado	Compreender como o processo de integração entre agricultores e a BRATAC na produção do bicho da seda no município de Diamante do Sul gera renda e mantém as famílias no campo.
Possibilidade de propriedade intelectual	
<input type="checkbox"/> patente <input type="checkbox"/> cultivar <input type="checkbox"/> registro de programa de computador <input type="checkbox"/> desenho industrial	
Possui autorização do comitê de ética da ICT	
<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> minha pesquisa não necessita de autorização	
Possui cadastro no SisGEN	
<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> minha pesquisa não necessita	

3. CRONOGRAMA

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	PERÍODO DE EXECUÇÃO	META DE CADA ETAPA
Atividade de campo	Vanessa Bueno Arruda	10/12/2021	Levantamento de dados
Atividade de campo	Vanessa Bueno Arruda	10/01/2022	Entrevistas via questionário
Atividade de campo	Vanessa Bueno Arruda	10/02/2022	Entrevistas via questionário

4. MATERIAL SOLICITADO À EMPRESA

Por que solicita o apoio da Bratac? (justificativa)

Para realizar entrevistas com técnicos da empresa e atualizar dados sobre o número de produtores do bicho da seda, quantidade de casulos produzida em Diamante do Sul entre outras informações relevantes que possam auxiliar a presente pesquisadora no entendimento do processo.

Quais os benefícios para a Bratac de participar dessa parceria?

A pesquisa poderá contribuir no mapeamento das famílias atendidas pela Bratac, a partir de um conjunto de dados organizados e analisados, bem como, apresentar uma sistematização fundamentada cientificamente sobre o processo de integração na produção do bicho da seda em Diamante do Sul.

Item	Quantidade
Finalidade	
Periodicidade do envio do Material	
Valor	

Item	Quantidade

Finalidade	
Periodicidade do envio do Material	
Valor	

Marechal Cândido Rondon, 22 de novembro de 2021.

Janessa Bruno Arruda

Nome do pesquisador coordenador
Departamento